

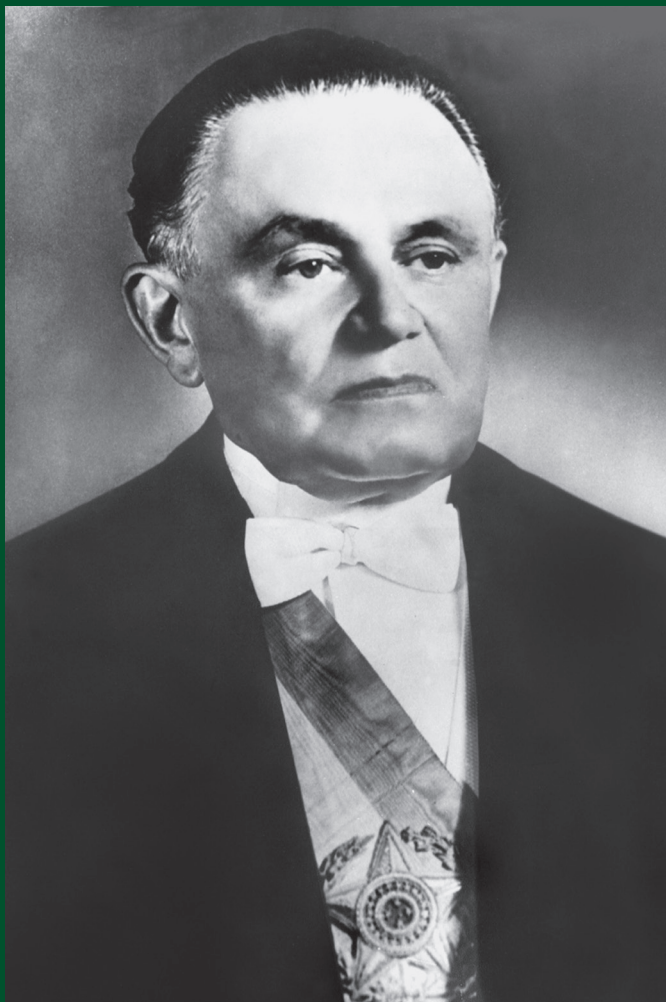


A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ISSN 0011-7641

Ano CIV – Nº 833 – 2º quadrimestre de 2017



O pensamento militar brasileiro p.4

PAULO CESAR DE CASTRO

Escola Sul-Americana de Defesa p.53

RODRIGO PEREIRA PINTO

Participação do Exército Brasileiro em operações de paz p.79

RODRIGO CAMPOS TORREZAM

A DEFESA NACIONAL

Editor

Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial

Richard Fernandez Nunes (presidente)
Carlos Eduardo De Franciscis Ramos
José Maria da Mota Ferreira
Reinaldo Nonato de Oliveira Lima
Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (relator)
Carlos Eduardo de Moura Neves
Túlio Endres da Silva Gomes

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça Gen. Tibúrcio, 125
Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270
Tel.: (21) 3873-3868

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação

Julia Duarte
juliaduarte@gmail.com

Impressão

Globalprint

Direção, edição e distribuição

BIBLIX
Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3ª andar – Ala Marçílio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.bibliex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras. Os originais deverão ser **enviados para a ECEME** (adefesanacional@gmail.com) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

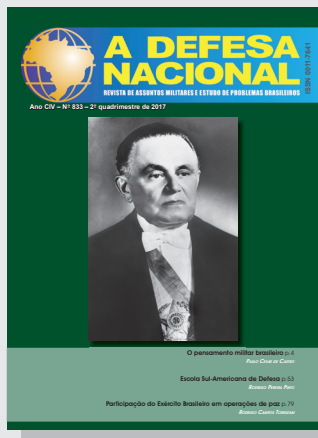
As referências, **sob exclusiva responsabilidade dos autores**, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos será feita na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715



Fac-Símile da portada do N° 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**



NOSSA CAPA

Homenagem ao marechal Humberto de Alencar Castello Branco pela passagem dos 50 anos de sua morte.

Reprodução obtida na Internet (domínio público).

Diagramação: Julia Duarte

EDITORIAL

Prezados leitores,

O pensamento militar brasileiro vem sendo objeto de frequente debate no meio acadêmico há muitas décadas. Entretanto, a maioria da produção acadêmica dedicada ao tema ocupa-se principalmente do pensamento político dos militares. Temas como opções estratégicas, ameaças militares, organização, equipamento e desdobramento das forças, só muito recentemente, começam a ocupar a atenção das universidades. Por essa razão, é com satisfação que abrimos esta edição de *A Defesa Nacional* com o artigo *O pensamento militar brasileiro*, do general de exército Paulo Cesar de Castro. Nele, o antigo chefe militar delineia os traços mais marcantes e a evolução do pensamento militar de cada Força singular e pontua o processo de integração de seus esforços.

O embaixador Arthur V. C. Meyer entende que a expressão do Poder Nacional mais importante para potências médias em ascensão, como o Brasil, é a econômica, uma vez que as demais expressões não se podem desenvolver adequadamente sem uma sólida base na economia. Seu artigo *Poder Nacional: uma nova reflexão sobre sua componente econômica* propõe uma metodologia para a mensuração do fator econômico do Poder Nacional a partir das cinco rubricas ou vertentes que o compõem: macroeconomia, produção industrial, energia, transportes e comunicações, e ecologia.

O coronel Rogério Marques Nunes nos oferece o artigo *A Cooperação Militar Brasileira e sua contribuição para a integração ibero-americana*, no qual aponta a educação militar como importante vertente de convergência de interesses na Comunidade Ibero-Americana.

O artigo *O comando do marquês de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança: da “guerra gaúcha” à “guerra estratégica”, uma mudança de paradigma*, do capitão Edgley Pereira de Paula, analisa o papel de Caxias no abandono dos padrões improvisados de

guerra “à gaúcha”, que predominavam nos conflitos platinos anteriores à Guerra da Tríplice Aliança, e na adoção de ação centralizada de planejamento, organização e apoio logístico.

O major Rodrigo Pereira Pinto nos brinda com o artigo *Escola Sul-Americana de Defesa, identidade cultural e bolivarianismo: assimetrias na integração dos estudos de defesa*, no qual analisa o papel da ESUDE na integração regional em assuntos de segurança e defesa e os fatores políticos e culturais que dificultam a integração buscada com sua criação.

O artigo *Cooperação internacional para desenvolvimento e segurança da Amazônia: histórico e perspectivas*, do major Rui Cesar Rech, apresenta um breve histórico do processo de integração regional sul-americana e os principais desafios de segurança e defesa na região. Também analisa a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e do Conselho de Defesa Sul-Americano na construção da segurança e desenvolvimento sustentável da região amazônica.

O major Rodrigo Campos Torrezam fecha esta edição de *A Defesa Nacional* com o artigo *Participação do Exército Brasileiro em operações de paz: breve análise e perspectivas de futuro*. Nesse artigo, o autor avalia os ganhos em termos de adestramento decorrentes da participação de tropas brasileiras em operações de paz sob a égide das Nações Unidas e propõe a ampliação da designação das unidades envolvidas nesse tipo de missão, incluindo elementos de especialidades variadas, como comunicações, guerra eletrônica, saúde e aviação.

Na expectativa de que a leitura desta edição de *A Defesa Nacional* sirva como ponto de partida para a reflexão e o debate em torno do futuro do Exército Brasileiro, fazemos votos de uma boa e proveitosa leitura.

SUMÁRIO

O pensamento militar brasileiro	4
--	----------

Paulo Cesar de Castro

Poder Nacional: uma nova reflexão sobre sua componente econômica	10
---	-----------

Arthur V. C. Meyer

A Cooperação Militar Brasileira e sua contribuição para a integração ibero-americana	22
---	-----------

Rogério Marques Nunes

O comando do marquês de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança: da “guerra gaúcha” à “guerra estratégica”, mudança de paradigma	35
--	-----------

Edgley Pereira de Paula

Escola Sul-Americana de Defesa, identidade cultural e bolivarianismo: assimetrias na integração dos estudos de defesa	53
--	-----------

Rodrigo Pereira Pinto

Cooperação internacional para desenvolvimento e segurança da Amazônia: histórico e perspectivas	66
--	-----------

Rui Cesar Rech

Participação do Exército Brasileiro em operações de paz: breve análise e perspectivas de futuro	79
--	-----------

Rodrigo Campos Torrezam

O pensamento militar brasileiro

Paulo Cesar de Castro*

“O pensamento militar brasileiro? Não existe!”

Estupefato, ouvi essa afirmativa de um colega de turma na Escola de Guerra Naval em 1993. Éramos alunos do Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM), e referia-se ele ao tema de minha monografia. Ao saber de sua opinião, fui tomado por dois sentimentos simultâneos: decepção e estímulo. Decepção, pela crítica tão mordaz e desabonadora à cultura militar. Estímulo, para pesquisar, estudar, refletir, concluir e expressar o pensamento militar brasileiro e, além disso, demonstrar o erro grosseiro que aquele oficial cometera.

Pesquisas e estudos conduziram-me a abordar o tema segundo quatro vetores de pensamento: o naval, o militar terrestre, o aeroespacial e o da Escola Superior de Guerra (ESG). Reflexões e conclusões permitiram-me afirmar que, no Brasil, havia consistente pensamento militar expresso nos planejamentos estratégicos da cada Força e em alentada produção intelectual de nossos marinheiros, soldados e aviadores.

Entretanto, tornou-se evidente, também, que cada Força desenvolvera, ao longo da história, pensamento próprio e isolado

do das coirmãs. A ESG contribuíra com sua doutrina básica, especialmente por intermédio de consolidada proposta de método de planejamento estratégico, que, com ligeiras nuanças, fora parcialmente adotado e adaptado pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

Restou patente que o pensamento era, pois, constituído de ilhas de excelência estratégica, isoladas, distantes, desconfiadas umas das outras e que temiam se identificar como um arquipélago. Naquelas ilhas nasceu, crescera e sedimentava-se profícuo pensamento militar. Essas conclusões revigoraram-me a alma de soldado e ratificaram-me plena confiança nas instituições armadas.

Desde então, tenho testemunhado a expansão crescente e de tendência agregadora das fronteiras do pensamento militar brasileiro. As ilhas de excelência estão cada vez mais próximas, e seus habitantes têm aprendido a se comunicar no mesmo idioma, irmanados que são por ideais e valores comuns.

Assim, este artigo se propõe a identificar conquistas significativas do pensamento militar no período 1993-2017, notadamente as que o tornam progressivamente conjunto.

O pensamento militar e a Amazônia

Estudos político-estratégicos abriram os olhos das Forças Armadas para um imenso vazio demográfico, rico, cobiçado, invadido, inexplorado, abandonado pelo poder público e pontilhado de organizações não governamentais estrangeiras e nacionais (sic), sob as vistas complacentes de autoridades civis, malgrado o persistente assessoramento e os insistentes alertas que recebiam das três Forças.

O general Beaufre,¹ em *Disuasion y Estrategia*, afirma que a estratégia total no modo indireto decorre de limitações, como liberdade de ação; nível de emprego da força; meios (em geral); e meios militares. Nessa obra, o autor estuda a manobra por lassidão, que,

no campo militar, não pretende ganhar, mas durar sem perder. Consiste em prova de força desenvolvida por longo tempo, em um ponto fraco do inimigo, num teatro de operações excêntrico para ele, constituindo uma zona de combate limitada.²

A lassidão encaixou-se como uma luva, isto é, a resposta militar adequada para enfrentar um inimigo cujo poder de combate fosse, incontestavelmente, superior ao nosso. O Exército Brasileiro adotou-a para combater na Amazônia e, por meio de experiências próprias, aprimorou a ideia original e desenvolveu a estratégia e o combate de resistência. Selva!

Pioneiro, vanguarda histórica da ocupação do território brasileiro, o Exército transferiu brigadas e unidades de outras áreas para o Comando Militar da Amazônia

e construiu quartéis e residências, ações que potencializaram sua contribuição para o desenvolvimento regional e apoio às populações locais.

Sob a mesma ótica, a Marinha criou, em 1994, o Comando Naval da Amazônia Ocidental, embrião do 9º Distrito Naval, ativado em 2005,³ em Manaus. Esse grande comando tem empregado seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais em prol da defesa da Pátria e, simultaneamente, apoiado as comunidades ribeirinhas. Lá estão homens e mulheres de branco da “Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando de nossa gente!”.

Riscando os céus da Amazônia, “As asas que protegem o país” tornaram-se cada vez mais indispensáveis — vitais mesmo — para a sobrevivência de populações desassistidas e indígenas, bem como dos guerreiros de selva e de seus familiares nos pelotões especiais de fronteira (PEF). A exemplo dos voos pioneiros do Correio Aéreo Nacional, a chegada de uma aeronave é, sempre, motivo de júbilo, festa e esperança para todos.

A fim de incrementar o poder aeroespacial na área, a FAB, nos anos noventa, ativou o 1º/3º Grupo de Aviação, Esquadrão Escorpião, sediado na, então, Base Aérea de Boa Vista, operando aeronaves de ataque AT-27, Tucano. Ativou, também, o 2º/3º Grupo de Aviação, Esquadrão Grifo, sediado na, então, Base Aérea de Porto Velho, que opera os modernos AT-29, Super Tucano.

Além do exposto, a FAB desativou gradativamente os famosos C-115 Búfalo, notabilizados por inesquecíveis participações em operações militares e de apoio humanitário em áreas carentes, só acessíveis por via aérea,

* Gen Ex Rfm (AMAN, Art/65), professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

como, por exemplo, o PEF de Surucucu, em Roraima. Quantos devem suas vidas e a de seus familiares aos militares da FAB, heróis anônimos? E quantos já estão devendo aos que tripulam os recém-incorporados C-105 Amazonas, aeronaves que substituíram os saudosos C-115?

Desde a década de noventa, portanto, Marinha, Exército e Aeronáutica já operavam de forma conjunta na Amazônia, sem necessidade de documentos normativos ou doutrinários. Esse testemunho pode ser recolhido dos marinheiros, soldados e aviadores que tiveram o privilégio de servir naquela área estratégica prioritária.

O pensamento militar e as Amazônia Verde e Azul

O pensamento militar evoluiu muito daqueles idos de 1993 até 2017. A floresta tropical e o Atlântico Sul emprestaram suas cores para distinguir duas áreas estratégicas de prioridade um, a “Amazônia Verde” e a “Amazônia Azul”.

Naquele período, a Amazônia (“Verde”) manteve-se como uma das referências do pensamento militar de longo prazo. A Marinha do Brasil, por exemplo, propõe-se a fortalecer sua presença na região próxima à foz do Amazonas, razão por que prosseguem os estudos com vistas à criação de uma 2ª Esquadra e de uma 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra.⁴

O Exército criou, em 2013, o Comando Militar do Norte (CMN), com sede em Belém. Sua área de jurisdição abrange os estados do Pará, Amapá, Maranhão e, em parte, Tocantins, ou seja, a Amazônia Oriental.

Em decorrência, há unidades subordinadas prontas para o combate e outras em fase de implantação.

Merece ser citado que Belém sedia, hoje, grandes comandos apenas de duas forças: o 4º Distrito Naval e o CMN. A Força Aérea, em curso de ousada reestruturação,⁵ ativou, em fevereiro de 2017, a Ala 9, em Belém. Foram ativadas, também, as Alas 7 (Boa Vista), 8 (Manaus) e 6 (Porto Velho), organizações operacionais de nível tático subordinadas ao Comando de Preparo.

A Marinha tem buscado alertar a sociedade para os incalculáveis bens naturais, biodiversidade e vulnerabilidade de extensa área oceânica, adjacente ao continente, a “Amazônia Azul”, cuja área é pouco menor, porém em tudo comparável à “Amazônia Verde”.⁶

A “Amazônia Azul”, por receber prioridade um, implica planejamento e preparo conjunto das forças componentes, naval, terrestre e aérea. Um desafio e tanto!

O pensamento militar e as operações de paz

O pensamento militar brasileiro tem evidenciado evoluir em direção a um pensamento conjunto. Eis o que se pretende demonstrar por intermédio de breve apreciação sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e sobre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

A MINUSTAH foi criada por resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em fevereiro de 2004. Sob o comando de um general brasileiro, encontram-se

capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea, além de tropas de outros quinze países.⁷

A par da missão atribuída pela ONU, a MINUSTAH tem aproximado as Forças Armadas e lhes permitido adquirir experiência em operações conjuntas. Uma das peças de manobra do Batalhão de Infantaria de Força de Paz Brasileiro (BRABAT) é o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais,⁸ e um pelotão de Infantaria da Aeronáutica integra o próprio BRABAT. Eis uma primeira conquista do pensamento militar conjunto.

O CCOPAB é uma organização militar vinculada diretamente ao Ministério da Defesa (MD), porém subordinado ao Exército Brasileiro, através da 1ª Divisão de Exército. É vinculado, também, ao Comando de Operações Terrestres e ao Departamento de Educação e Cultura do Exército.⁹

A história do CCOPAB passa pela criação, em 2005, do Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz). Em 2010, essa organização militar foi designada pelo MD para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e, simultaneamente, denominada CCOPAB.

Este Centro herdou a denominação histórica do antigo CI Op Paz, “Centro Sérgio Vieira de Mello”, atribuída em 2008 pelo comandante do Exército. Atualmente, o CCOPAB assim expressa sua missão: “apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária”.¹⁰ Como organização conjunta, seus quadros contemplam militares da Marinha, do Exército e da

Aeronáutica, segunda conquista do pensamento militar conjunto.

A próxima conquista são as operações conjuntas de garantia da lei e da ordem (Op GLO).

O pensamento militar e as operações de garantia da lei e da ordem

O MD adotou, em janeiro de 2014, o manual MD33-M-10 – Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Esse documento conjunto conceitua operação de GLO como

uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001).¹¹

Também em janeiro de 2014, o Exército adotou o Manual de Fundamentos EB20-MF10.103 Operações,¹² necessária fonte de atualização doutrinária para planejar e executar as operações em amplo espectro. Entre as chamadas operações básicas encontram-se as de apoio¹³ a órgãos governamentais que, como as demais, têm formas de apoio, e estas, tarefas. Garantir a lei e a ordem é uma das cinco tarefas da forma de apoio “proteção integrada”. Eis brevíssima síntese da doutrina em vigor no Exército sobre GLO.¹⁴

A doutrina, consolidada em ambas as fontes e transmitida pelos citados manuais, decorre da larga experiência acumulada por nossas forças em operações cada vez mais frequentes. Expressa pensamento militar genuinamente nacional.

Foram conduzidas, somente em 2017, as seguintes operações conjuntas de GLO: “Operação Capixaba”, no Espírito Santo; “Operação Carioca”, no Rio de Janeiro; e “Operação Potiguar II”, no Rio Grande do Norte. Chama a atenção a presença de tropas da Marinha, do Exército e da Força Aérea atuando sob o mesmo comando e doutrina, terceira e relevante conquista do pensamento militar brasileiro. Algo impen-sável naqueles tempos em que tive a honra de cursar o C-PEM.

Conclusões

O pensamento militar brasileiro em 1993, quando este autor teve a felicidade de cursar o C-PEM, era consistente e fruto de atualizados estudos político-estratégicos expressos nos mais elevados documentos orientadores da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, forças que observavam, segundo ótica própria, a doutrina básica da ESG. Constituíam-se em ilhas de excelência isoladas, desconfiadas, irmanadas por ideais e valores, mas que temiam reunir-se em um arquipélago. Assemelhavam-se, também, a quatro vetores que não formavam um sistema de forças.

A evolução do pensamento militar levou o Exército a voltar-se para a imensidão amazônica. Estudos acurados da conjuntura mundial, do subcontinente sul-americano,

do abandono a que estava relegada aquela área estratégica e de seu vazio demográfico assustador, entre outros fatores, obrigaram o Exército a concluir sem pestanejar: Amazônia, prioridade número um! Resultado atual: em Manaus, o Comando Militar da Amazônia e, em Belém, o Comando Militar do Norte, tendo ambos recebido unidades transferidas de áreas distantes e outras unidades especialmente criadas para operar na região. Selva!

A Marinha, sem tirar os olhos das águas azuis, decidiu incrementar seu poder de combate e, em consequência, sua presença na região amazônica. Assim, surgiram o Comando Naval da Amazônia Ocidental e seu sucessor, o 9º Distrito Naval, com sede em Manaus.

A Força Aérea, com aeronaves AT-27, Tucano, e AT-29, Super Tucano, ativou unidades de ataque na Amazônia Ocidental, a par de substituir os C-115, Búfalo, pelos modernos C-105, Amazonas. Continuou, destarte, a proteger o espaço aéreo, além de amparar a vida de inúmeras populações isoladas e dos militares do Exército e familiares que servem e vivem nos PEF.

Operar de forma conjunta é o dia a dia das Forças Armadas na Amazônia. Lá a doutrina aprende com os profissionais de branco, verde e azul. Por vezes é difícil distingui-los, já que todos envergam uniformes camuflados.

A Amazônia influenciou de tal modo a evolução do pensamento militar que a Marinha, em decisão magistral, denominou de “Amazônia Azul” a extensa região oceânica adjacente ao litoral brasileiro, que, de tão rica e cobiçada quanto sua irmã “Verde”,

como esta recebeu prioridade estratégica máxima. A preparação das forças componentes para eventual teatro na “Amazônia Azul” é um desafio a mais para os que pensam as soluções para o problema militar brasileiro atual e futuro.

O pensamento militar tem dado significativos passos rumo às operações conjuntas. É gratificante testemunhar tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica operando sob comando único e doutrina similar em operações de paz sob a égide da

ONU e em operações de garantia da lei e da ordem.

A criteriosa seleção das áreas estratégicas prioritárias e o emprego conjunto das Forças Armadas comprovam que o pensamento militar brasileiro evoluiu — e muito! — de 1993 a 2017. A par da comunhão de valores e ideais, o pensamento contribui para que desfrutemos de elevados índices de credibilidade junto à população brasileira.

Rumo ao futuro, “Sustentar o fogo, que a vitória é nossa!”. 🇧🇷

- ¹ General de exército, francês, nascido em 25 de janeiro de 1902. Retirou-se do serviço ativo em 1962.
- ² BEAUFRE (General). **Estrategia de la Acción**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1994. p. 138 e seguintes.
- ³ BRASIL, Comando da Marinha. Disponível em <www.marinha.mil.br/com9dn/sobrenos>. Acesso em 9 de março de 2017.
- ⁴ MUTTI, Gersio. **Marinha do Brasil: “Implantação e Localização da Segunda Esquadra”**, in Plano Brasil. Disponível em <www.planobrazil.com/marinha-do-brasil-implantacao-e-localizacao-da-segunda-esquadra/>. Acesso em: 12 de março de 2017.
- ⁵ Todos os Comandos Aéreos Regionais (COMAR) foram desativados, no contexto do processo de reestruturação da FAB.
- ⁶ BRASIL, Marinha do Brasil. AMAZÔNIA AZUL. Disponível em <www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-1> Acesso em: 12 de março de 2017.
- ⁷ BRASIL, Ministério da Defesa. O BRASIL NA MINUSTAH (HAITI). Disponível em <www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>. Acesso em 12 de março de 2017.
- ⁸ Defesanet. Disponível em <www.defesanet.com.br/ph/noticia/24470/GptOpFuzNav-tem-a-primeira-mulher-combatente-a-integrar-uma-tropa-da-ONU/>. Acesso em 12 de março de 2017.
- ⁹ BRASIL, Centro Conjunto de Operações de Paz. SUBORDINAÇÃO. Disponível em <www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 12 de março de 2017.
- ¹⁰ BRASIL, Centro Conjunto de Operações de Paz. SOBRE O CCOPAB. Disponível em <www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 12 de março de 2017.
- ¹¹ BRASIL, Ministério da Defesa. OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, pag. 14-64. BRASÍLIA, Diário Oficial da União, 3 de fevereiro de 2014. Disponível em <://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf>. Acesso em 13 de março de 2017.
- ¹² BRASIL, Estado-Maior do Exército. OPERAÇÕES. BRASÍLIA: Estado-Maior do Exército, 1994.
- ¹³ Idem, página 4.21.
- ¹⁴ Ibidem, página 4.22.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Poder Nacional

Uma nova reflexão sobre sua componente econômica

Arthur V. C. Meyer*

1. A presente ordem mundial, na era da globalização, pode ser chamada de unimultipolar, conforme propôs Samuel Huntington.¹ Ela difere de uma estrutura unipolar (na qual existe uma única superpotência em todas as expressões do Poder Nacional) ou de uma estrutura multipolar (em que várias potências dominantes de peso aproximadamente igual concorrem ou cooperam).

2. Na ordem mundial do tempo presente, existe uma única superpotência militar, a saber, os Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, a hegemonia política e militar norte-americana não é absoluta, pois sofre concorrência da Rússia e da China, especialmente na Eurásia. Além disso, embora os EUA também sejam uma grande potência nos campos econômico, científico-tecnológico e cultural, existe nesses domínios uma forte tendência ao estabelecimento de múltiplos centros de poder.

3. A atual estrutura unimultipolar sucedeu à ordem bipolar que caracterizou o longo período (de quase meio século) da Guerra Fria. A presente ordem internacional contém a superpotência militar (os EUA) e outras potências em marcada ascensão, especialmente nos domínios econômico e técnico-científico. Trata-se, em suma, de uma unipolaridade matizada, que tende, em vários campos, à multipolaridade.

4. Cabe ainda observar que nenhum modelo de ordem mundial é perfeito e isento de deficiências. Nem o atual sistema híbrido unimultipolar, nem os sistemas que vigoraram ao longo da História (unipolar, bipolar ou multipolar) têm conseguido assegurar, de forma amplamente satisfatória, a paz e a segurança em escala global e a difusão justa e equilibrada do progresso econômico, social e técnico-científico.

5. Na era atual da globalização e da unimultipolaridade, as potências dominantes no sistema internacional ainda buscam, tal como no passado, manter ou expandir suas “esferas de influência”. No entanto, esse trabalho contínuo se torna muito complexo em razão das rápidas transformações dos fatores constituintes do Poder Nacional.

6. Na Geopolítica, desde suas primeiras teorizações, o conceito de poder no sistema internacional constitui paradigma explicativo de importância central. Como ponto de partida, o Poder

Nacional poderia ser definido como “capacidade de agir no plano internacional” ou como “condição que permite a um agente da ordem mundial fazer com que outros concordem com seus desejos”.

7. Várias teorias das Relações Internacionais têm abordado a questão dos fatores constituintes do Poder Nacional. Não existe, entretanto, um consenso generalizado sobre essa questão porque nenhum dos seus fatores constituintes (político, militar, econômico etc.) é suficiente, apenas por si mesmo, para explicar o *status* dominante de um Estado em um certo momento histórico.

8. Gauchon e Huissoud,² entre outros autores, fazem apelo à noção dos “tabuleiros de xadrez” para explicar a gênese e o desenvolvimento dos fatores constituintes do Poder Nacional. Segundo essa concepção, os estados nacionais (ainda hoje o principal agente nas relações internacionais) praticariam seu relacionamento como partidas de xadrez, jogadas em campos diferentes (complementares ou não), ao mesmo tempo.

9. Em consequência, os estados poderosos seriam aqueles que são fortes em vários domínios do Poder Nacional simultaneamente. Dito de outra forma, os estados com maiores “coeficientes de poder” no mundo seriam aqueles que se notabilizam ao mesmo tempo em vários dos fatores constituintes do Poder Nacional.

10. Essa concepção foi aprofundada por Susan Strange em obra publicada em 1996. Segundo essa autora, o elemento mais importante a explicar o Poder Nacional de um estado seria mais o equilíbrio entre seus fatores constituintes (político, econômico, militar etc.), operando em sinergia, do que a expressão numérica elevada de cada um deles isoladamente.³

11. Desse modo, as capacidades industrial, financeira, tecnológica e militar de um país deveriam operar conjunta e coordenadamente para gerar seu “coeficiente de poder”. Outros elementos, tais como o prestígio político, a tradição democrática e o peso ambiental também poderiam ser levados em conta.

12. Observe-se, no entanto, que até mesmo a existência de um “coeficiente de poder” elevado não assegura o êxito e a eficácia da ação política, militar ou econômica de um estado nacional. Com efeito, o poder (capacidade de agir) não é tudo, pois deve ser acompanhado de uma doutrina e, principalmente, de uma vontade de exercício. Além disso, o *status* de potência envolve também, ao menos em parte, a reputação do estado que a detém.

13. Portanto, o conceito de Poder Nacional é, de certa forma, algo fugaz e indefinido. Mais do que isso, ele é “nômade”, uma vez que a potência de ontem não é mais hoje necessariamente a mesma.

14. A questão do Poder Nacional e de seus fatores constituintes enseja também uma reflexão acerca de sua base física. Na era atual da globalização, assiste-se a um debate sobre a importância relativa dos territórios e das redes.

* Embaixador (ministro de Primeira Classe, Quadro Especial); bacharel, mestre (Universidade de Chicago/77 – EUA) e doutor (Universidade Católica Andrés Bello – Caracas/Venezuela) em Economia. Em 2013, fez o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro-RJ). Atualmente, é assistente do Ministério das Relações Exteriores na Escola Superior de Guerra.

15. Segundo alguns autores, na presente era histórica, o Poder Nacional não estaria mais referenciado a uma base física (controle dos territórios), mas sim ao controle dos fluxos de comércio, de investimentos e de informações. A noção tradicional do poder vinculado ao controle dos territórios não seria mais adequada à atual época da globalização.

16. No entanto, se bem que a globalização econômica e tecnológica, manifestada, entre outros aspectos, pelo enorme e crescente poderio das empresas multinacionais, venha causando um certo enfraquecimento dos Estados, o controle dos territórios continua sendo de grande importância. As redes precisam de lugares concretos para existir e nunca são completamente imateriais.

17. A formação e o controle dos territórios ainda é uma das questões fundamentais da Geopolítica e se liga diretamente à problemática do Poder Nacional. Na maior parte das comunidades existentes no mundo, permanece ativa uma demanda por território.

18. Estudiosos do assunto chegam falar de uma “territorialização das identidades”, a qual seria o fundamento moderno da Geopolítica. Dessa forma, o território seria mais do que o objeto primário da disputa no jogo mundial de poder, influenciando decisivamente, por suas características físicas e situação relativa, as populações que o habitam.

19. No tocante às redes, estas são constituídas, par excellence, pelos meios de comunicação modernos. Eles representam um dos elementos mais importantes a caracterizar a situação geopolítica e geoeconômica da era atual, em rápida evolução. Seu progresso contribui decisivamente para o avanço generalizado da globalização.

20. Graças aos modernos meios de comunicação, cuja face mais visível é a Internet, a relevância dos agentes das relações internacionais organizados em redes conhece presente-mente um apogeu. Estes são principalmente as empresas multinacionais, as organizações não governamentais (ONGs) e grupos informais ligados por confissão religiosa, identidade cultural ou propósitos ilícitos ou criminosos.

21. O mundo atual da era da globalização tem sido descrito por alguns autores como um mosaico de territórios recoberto por canais de redes. Entre as duas formas de organização do planeta (território ou rede) e entre os tipos de agentes por elas engendrados, perduram ainda, como notam Gauchon e Huisoud,⁴ as seculares pendências e relações de enfrentamento e cooperação entre os estados, baseadas no Poder Nacional em rápida e constante mutação.

22. O Poder Nacional, como acertadamente sublinhado por Thales Castro,⁵ apresenta cinco características essenciais. Ele é simultaneamente:

- (i) dinâmico (está em constante mutação);
- (ii) pluridimensional (é constituído por vários fatores);

- (iii) relacional (deve ser estudado em comparação a outros atores ou agentes);
- (iv) situacional (deve ser visto em um contexto histórico definido);
- (v) mensurável (é passível de quantificação).

23. O presente artigo se concentra no aspecto da mensurabilidade do Poder Nacional e da importância relativa de seus elementos constituintes. Argumenta-se então que, no caso de potências médias em ascensão (como o Brasil), o fator ou elemento econômico do Poder Nacional é o de maior relevância.

24. Existem várias fórmulas sugeridas para a mensuração do Poder Nacional. Quase todas, como as de Cline e de Organski-Kugler, envolvem fatores econômicos e militares.⁶

25. Outra fórmula conhecida de mensuração é o Índice Elcano de Presença Global (IEPG), proposto pela entidade espanhola Real Instituto Elcano. O IEPG tem cinco variáveis básicas interligadas (economia, defesa, migração/turismo, cultura-ciência e ajuda ao desenvolvimento) e subdivididas em diversos itens.⁷

26. Segundo a fórmula proposta por Thales Castro,⁸ a qual se aproxima da metodologia adotada pela Escola Superior de Guerra (ESG), o Poder Nacional seria expresso pela média aritmética dos índices referentes aos elementos político-diplomático, econômico-financeiro, cultural, militar e geodemográfico. Cada um dos elementos constituintes possui várias rubricas específicas.

27. O elemento econômico-financeiro, que é o objeto específico do presente artigo, contém, na análise de Thales Castro, cinco rubricas. Estas são a radiografia macroeconômica, a produção industrial, a energia, a economia intelectual e a economia verde.

28. Apresenta-se, a seguir, uma formulação alternativa para a mensuração da componente econômica do Poder Nacional, acompanhada de justificação. Quando apropriado, faz-se comparação com as propostas de outros autores.

29. O elemento ou fator econômico do Poder Nacional deveria ter cinco rubricas ou vertentes. Estas seriam as seguintes:

- (i) vertente macroeconômica (RME);
- (ii) vertente produção industrial (RPI);
- (iii) vertente energia (REN);
- (iv) vertente transportes e comunicações (RTC);
- (v) vertente ecológica (REV).

30. Embora a economia do conhecimento seja também de grande importância, preferimos enquadrá-la no âmbito do Poder Científico e Tecnológico, como um dos

grandes elementos constituintes do Poder Nacional. Segue-se, nesse caso, a abordagem adotada pela ESG.

31. Os elementos ou fatores da vertente macroeconômica (RME) se derivam dos objetivos básicos da política econômica de um estado. De forma sucinta, estes são a promoção do crescimento econômico; a busca do pleno emprego; a manutenção de baixa taxa de inflação; a busca do equilíbrio no balanço de pagamentos em conta corrente; a busca do equilíbrio nas contas públicas; e, finalmente, a equidade na distribuição da renda nacional.

32. À vista do que precede, as variáveis relevantes da RME seriam as seguintes: Produto Interno Bruto (PIB) real (medido pela Paridade do Poder Compra) per capita; taxa de variação do PIB real (média sobre um dado período); taxas de desemprego e de inflação (médias sobre um período dado); saldo (positivo ou negativo) do balanço de pagamentos em conta corrente (média sobre um dado período) como proporção do PIB; razão entre as reservas internacionais (conceito de caixa) e a soma da dívida externa bruta total e do total dos investimentos diretos estrangeiros; saldo (positivo ou negativo) nominal das contas públicas como proporção do PIB (média sobre um dado período); e, finalmente, o índice de Gini de distribuição de renda.

33. Propõe-se então a seguinte fórmula para o cálculo da RME:

$$RME = [Y/N - \sum U/n - \sum \acute{P}/n + \sum (\Delta Y/Y)/n + \sum (BP/Y)/n + \sum (SG/Y)/n + RI/(DE + IDE) + IGI]/8$$

34. O significado das variáveis indicadas na fórmula anterior é o seguinte:

Y = PIB real medido pela Paridade do Poder de Compra

N = população nacional (número de habitantes)

U = taxa anual de desemprego (número decimal)

\acute{P} = taxa anual de inflação (número decimal)

RI = total de reservas internacionais (conceito de caixa)

DE = dívida externa bruta total

IDE = total de investimentos diretos estrangeiros

$\Delta Y/Y$ = taxa anual de variação do PIB real

BP/Y = saldo anual do balanço de pagamentos em conta corrente como percentagem do PIB

SG/Y = saldo nominal das contas públicas como percentagem do PIB

IGI = índice anual de Gini sobre distribuição da renda nacional.

35. Algumas explicações são necessárias a respeito da fórmula apresentada no § 33. Em primeiro lugar, a variável Y/N (PIB real per capita medido pela Paridade do Poder Compra) é aferida segundo a maneira do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, qualquer variável “crua” é transformada em um número adimensional, que assume valores entre 0 e 1. Assim, uma variável “x” qualquer se transforma em

$$\text{Índice de } x = [x - \min(x)] / [\max(x) - \min(x)]$$

36. No caso do IDH da ONU, o índice do PIB real per capita é calculado, para cada país, segundo a fórmula seguinte:

$$\text{Índice de } Y/N = [\ln(Y/N) - \ln(100)] / [\ln(75.000) - \ln(100)]$$

Em outras palavras, trabalha-se com o logaritmo neperiano (ln) da variável Y/N (PIB real per capita medido pela Paridade do Poder de Compra), e os valores máximo e mínimo dessa variável são fixados em 75.000 e 100, respectivamente.

37. Uma nota metodológica complementar ainda pode ser acrescentada ao presente artigo. Em vez de seguir o procedimento descrito nos §§ 35 e 36, pode-se utilizar uma alternativa mais simples, exposta a seguir.

38. Para cada variável “crua” considerada nas diversas vertentes (RME, RPI, REN, RTC e REV) do Poder Nacional no domínio econômico, em vez de se usar a fórmula do § 35, pode-se convertê-la em número índice (tomando como 100 o valor máximo observado por país no mundo) e depois transformá-la em número decimal pela divisão por 100.

39. Esse procedimento mais simples evita a necessidade de se computarem os valores máximos e mínimos observados internacionalmente, reduzindo o trabalho de levantamento de dados estatísticos. Dessa forma, se, por exemplo, a maior renda per capita anual registrada no mundo é, digamos, USD 65.000 e a renda per capita do Brasil é hipoteticamente, USD 9.500 por ano, então, no caso brasileiro, a variável Y/N da RME seria calculada por

$$Y/N = 9.500/65.000 = 0,146 \quad (\text{ou } 14,6\%)$$

40. As demais variáveis constantes da fórmula da RME (v. § 33) também assumem valores entre zero e a unidade. Cabe notar que as variáveis U (taxa de desemprego), $\Delta Y/Y$ (taxa de variação do PIB real), BP/Y (saldo do balanço de pagamentos em conta corrente como proporção do PIB) e SG/Y (saldo nominal das contas públicas como proporção do PIB), expressas em percentagem, são transformadas em números decimais. Dessa forma, por exemplo, uma percentagem 12,5% é transformada no número decimal 0,125.

41. No caso em questão, fica também pressuposto que as variáveis \acute{P} e RI/(DE + IDE) não assumem valores anômalos (superiores a 100% ou negativos), o que poderia levar a distorções das estimativas. Essas situações constituem, de resto, casos raros e, por isso, não são consideradas no presente trabalho.

42. O período usado para o cálculo das médias aritméticas de $\Delta Y/Y$, BP/Y e SG/Y, bem como das taxas anuais de desemprego (U) e de inflação (\acute{P}), depende obviamente da disponibilidade de dados estatísticos, levando em conta o fato de que a finalidade última do exercício é fazer comparações internacionais. Como primeira aproximação, parece razoável postular um valor de n=5.

43. Cabe ainda notar que, na fórmula apresentada para o cálculo da RME, a vulnerabilidade econômica externa de um país é caracterizada pelo conceito de passivo externo. Este é mais abrangente do que o de dívida externa, porque abarca tanto as obrigações financeiras contraídas por meio de empréstimos quanto aquelas decorrentes de investimentos estrangeiros (os quais geram ônus ao país recipiendário sob a forma de remessas ao exterior de lucros e dividendos).

44. Nas décadas de 1980 e 1990, a questão da dívida externa conheceu grande notoriedade no Brasil, evidenciando a extrema vulnerabilidade do país a fatores externos. Naquela época, disseminou-se a noção equivocada de que, se os *deficit* do balanço de pagamentos em conta corrente fossem cobertos por investimentos diretos estrangeiros não haveria problemas de vulto a longo prazo: esses aportes de capitais externos não constituiriam fator de pressão negativa sobre o balanço de pagamentos, noção errônea porque desconsidera as remessas de lucros e dividendos.

45. Ainda é cabível uma última observação a respeito da fórmula da RME. Nesta, como se viu, aparecem as variáveis BP/Y e SG/Y (na forma de médias aritméticas sobre um dado período).

46. Do ponto de vista econômico, a situação ideal é a de equilíbrio dessas duas variáveis, ou seja, aquela em que ambas estejam próximas ou iguais a zero. A manutenção persistente e por longo prazo de saldos positivos no balanço de pagamentos em conta corrente ou nas contas públicas não é benéfica a um país, na medida em que representa fator potencial de expansão da oferta monetária ou de renúncia ao consumo.

47. A rubrica ou vertente produção industrial (RPI) do Poder Nacional no campo econômico é expressa pelos níveis anuais da produção de aço, cimento, alumínio e papel e celulose. Esses produtos constituem insumos básicos de todas as atividades da indústria de transformação.

48. À semelhança da fórmula da RME, propõe-se a seguinte fórmula para o cálculo da RPI:

$$RPI = (Prod1 + Prod2 + Prod3 + Prod4) / 4$$

onde:

Prod 1 = produção anual de aço (em mil toneladas)

Prod 2 = produção anual de alumínio (nível mil toneladas)

Prod 3 = produção anual de cimento (em mil toneladas)

Prod 4 = produção anual de papel e celulose (em mil toneladas)

49. Nesse caso, segue-se procedimento semelhante ao exposto nos §§ 35 e 36 (ou parágrafos 38 e 39). As variáveis Prod 1, Prod 2, Prod 3 e Prod 4, são transformadas, cada uma, em número adimensional entre 0 e 1, valendo-se, para tanto, não somente do nível observado no país em questão, mas também dos níveis máximo e mínimo observados internacionalmente.

50. Em razão da enorme dispersão de valores observada internacionalmente para cada uma das variáveis em questão, empregam-se também os logaritmos neperianos para o cálculo dos índices da Prod 1, Prod 2, Prod 3 e Prod 4. Essa dispersão de valores entre os vários países do mundo é ainda maior do que a observada para o PIB real *per capita*.

51. A título meramente exemplificativo, pode-se mencionar que, em 2008, o maior produtor de aço do mundo foi a China (505,5 milhões de toneladas), enquanto houve vários outros países com produção nula. No caso do alumínio, em 2004, o maior produtor mundial também foi a China (6.690 mil toneladas), havendo igualmente vários países com produção nula. Para o cimento, o maior produtor mundial foi a China (966.820 mil toneladas, em 2004); e para o papel, o maior produtor mundial foram os Estados Unidos da América (EUA), com produção de 81.437 mil toneladas, também havendo vários países com produção nula.⁹

52. Apenas para efeito de breve comparação, a produção brasileira de aço em 2013 foi de 34,2 milhões de toneladas, enquanto a produção chinesa foi de 779 milhões de toneladas. No tocante ao alumínio, a produção brasileira em 2010 foi de 1,54 milhão de toneladas, enquanto a da China foi de 17,3 milhões de toneladas. No caso do cimento, enquanto a produção chinesa em 2013 foi de 2.300 milhões de toneladas, a produção do Brasil foi de 70 milhões de toneladas.

53. A rubrica ou vertente energia (REN) do Poder Nacional no campo econômico abarca cinco variáveis. Estas são a produção anual de eletricidade (por todas as fontes), as reservas provadas de petróleo, as reservas provadas de gás natural, as reservas provadas de carvão mineral e as reservas provadas de urânio.

54. À semelhança das fórmulas propostas para o cálculo da RME e da RPI, sugere-se o seguinte procedimento para a REN:

$$REN = (ELEC + RPET + RGN + RCARV + RURAN) / 5$$

Neste caso, tem-se:

ELEC = produção anual de energia elétrica (em TWh)

RPET = reservas provadas de petróleo (em bilhões de barris)

RGN = reservas provadas de gás natural (em trilhões de metros cúbicos)

RCARV = reservas provadas de carvão (em milhões de toneladas)

RURAN = reservas provadas de urânio (em mil toneladas)

55. Novamente segue-se o procedimento exposto nos §§ 35 e 36 ou §§ 38 e 39 do presente artigo. Os valores das variáveis mencionadas no parágrafo anterior são transformados em número adimensional entre 0 e 1 a fim de permitir sua agregação.

56. Cabe notar que a formulação exposta acima não leva em conta os custos de produção, que podem variar consideravelmente de um país para outro. Essa observação também se aplica, de resto, às variáveis componentes da RPI.

57. A justificativa para o procedimento adotado com relação à RPI e à REN reside na extrema dificuldade e complexidade dos cálculos dos custos de produção e de sua comparação entre países. Dessa forma, optou-se por adotar uma formulação mais simplificada e por atribuir (como forma de compensação) um peso menor à RPI e à REN no cálculo final da componente econômica do Poder Nacional.

58. É possível ainda argumentar que, se o custo de produção (ou extração) de um bem como o aço, o cimento ou o petróleo em um país é muito superior à média mundial, essa produção se torna inviável a longo prazo. Nessa situação, a produção do referido bem tende a se tornar nula.

59. A vertente transportes e comunicações (RTC) da componente econômica do Poder Nacional deveria ser expressa da seguinte forma:

$$RTC = (MROD + MFER + MMER + TRAER + TELF + TELC + INTER) / 7$$

onde:

MROD = extensão da malha rodoviária (em milhares de quilômetros pela área terrestre do país)

MFER = extensão da malha ferroviária (em milhares de quilômetros pela área terrestre do país)

MMER = tonelagem da frota da marinha mercante (em mil dwt)

TRAER = número de passageiros transportados por via aérea (em milhares)

TELF = número de linhas de telefonia fixa (por 100 habitantes)

TELC = número de assinantes de telefonia celular (por 100 habitantes)

INTER = número de usuários da Internet (por 100 habitantes)

60. Mais uma vez segue-se o procedimento exposto nos §§ 35 e 36 (ou §§ 38 e 39) do presente artigo. Os valores das sete variáveis mencionadas no parágrafo anterior são transformados em números adimensionais entre zero e a unidade, a fim de possibilitar sua agregação.

61. Tanto no caso da REN, quanto no da RTC, é muito grande a dispersão de valores observados entre os vários países do mundo. Esse fato milita em favor do emprego de valores convertidos em logaritmos neperianos, para as comparações entre países (se usada a formulação dos §§ 35 e 36).

62. A título meramente ilustrativo e sem pretensão de esgotar o assunto, podem ser apresentados os seguintes dados estatísticos: ¹⁰

a) em 2006, os EUA foram o maior produtor mundial de energia elétrica (4.274 TWh), seguidos pela China (2.864 TWh); no mesmo ano, a produção brasileira foi de 419 TWh;

b) em 2008, o país detentor das maiores reservas provadas de petróleo era a Arábia Saudita (264 bilhões de barris); em seguida, vinham o Irã (137 bilhões de barris) e o Iraque (115 bilhões de barris); no mesmo ano, o Brasil apresentava reservas provadas de 12 bilhões de barris.

c) também em 2008, o país detentor das maiores reservas de gás natural era a Rússia (43 trilhões de metros cúbicos), seguida pelo Irã (29 trilhões de metros cúbicos) e pelo Catar (25 trilhões de metros cúbicos); no mesmo ano, o nível das reservas provadas brasileiras era de 0,33 trilhão de metros cúbicos;

d) ainda em 2008, o país com o nível mais alto de reservas provadas de carvão eram os EUA (238 milhões de toneladas), seguidos pela Rússia (157 milhões de toneladas), pela China (114 milhões de toneladas), pela Austrália (76 milhões de toneladas) e pela Índia (58 milhões de toneladas); nesse ano, o nível das reservas provadas do Brasil era de 7 milhões de toneladas;

e) em 2005, o país detentor das maiores reservas mundiais de urânio era a Austrália (1.143 mil toneladas), seguida do Cazaquistão (816 mil toneladas), Canadá (444 mil toneladas). África do Sul (342 mil toneladas) e Brasil (341 mil toneladas).

63. No tocante às variáveis da RTC, também podem ser apresentados exemplificativamente os seguintes dados estatísticos: ¹¹

a) em 2006, dentre os países com a maior extensão de malha rodoviária em relação a sua superfície terrestre salientavam-se Índia (3.316 mil quilômetros por 3.287 mil quilômetros quadrados); em seguida, vinham os EUA (6.544 mil km por 9.632 mil quilômetros quadrados), a China (3.457 mil quilômetros por 9.598 mil quilômetros quadrados) e o Brasil (1.752 mil quilômetros por 8.515 mil quilômetros quadrados);

b) também em 2006, os países com a maior extensão de malha ferroviária relativamente a sua área terrestre eram a Alemanha, a Argentina e a França; os EUA, a Índia, a China e a Rússia também ocupavam posições relevantes no ranking mundial, e o Brasil tinha 30 mil quilômetros por 8.515 mil quilômetros quadrados (enquanto a Índia, por exemplo, tinha 63 mil quilômetros por 3.287 mil quilômetros quadrados);

c) em 2004, desconsiderando os países de “bandeira de conveniência”, aqueles que se sobressaíam em termos de frota da marinha mercante eram a Grécia (54.642 mil dwt), EUA (47.728 mil dwt) e Singapura (40.935 mil dwt); a posição do Brasil (4.021 mil dwt) era modesta no ranking mundial, porém, de longe, a maior da América do Sul;

d) em 2007, os EUA foram o país com maior número de passageiros transportados por via aérea (744.302 mil), seguidos pela China (183.613 mil), Alemanha (106.102 mil), Reino Unido (101.623 mil) e Japão (99.842 mil); nesse ano, o Brasil teve 45.287 mil passageiros transportados;

e) em 2007, entre os países que mais se salientavam na telefonia fixa (número de linhas por 100 habitantes), estavam a Suíça (65,8), Alemanha (64,6), Hungria (62) e Suécia (60,4), com França, Canadá e Reino Unido também ocupando posições de destaque; a marca do Brasil era 20,5, um pouco inferior às do Uruguai, Argentina e Chile;

f) também em 2007, os países que mais se salientavam na telefonia celular (número de assinantes por 100 habitantes) eram os Emirados Árabes Unidos (176,5), Malásia (165,1), Itália (152,5) e Arábia Saudita (150,4); o Brasil já apresentava índice expressivo (63), e nesse campo a situação internacional apresenta rápidas variações;

g) ainda em 2007, o acesso à Internet (número de usuários por 100 habitantes) era particularmente elevado na Noruega (85), Países Baixos (84), Dinamarca (81) e Suécia (80); a marca dos EUA era de 72,5 e a do Brasil era de 352 (a mais alta da América do Sul); nesse campo, a situação internacional também se encontra em rápida mutação.

64. As rubricas ou vertentes RPI, REN e RTC da componente econômica do Poder Nacional se enquadram no campo dos indicadores não monetários do desenvolvimento econômico. Apesar de algumas deficiências (tais como as anteriormente mencionadas e referentes aos custos de produção ou extração), esses indicadores são úteis complementos das variáveis econômicas “clássicas” que formam a RME.

65. Por fim, a rubrica ou vertente ecológica (REV) da componente econômica do Poder Nacional se expressa pela fórmula seguinte:

$$REV = (AE + UT + RAD) / 3$$

onde:

AF = total de áreas florestais (como percentagem da superfície terrestre do país)

UT = uso da terra para culturas agrícolas, pastagens ou repouso temporário (como percentagem da superfície terrestre do país)

RAD = reservas de água doce (em bilhões de metros cúbicos)

66. As variáveis AF e UT, expressas em percentagens, são transformadas em números decimais entre zero e unidade, conforme exposto no § 37. Para a variável RAD, segue-se o mesmo procedimento apresentado nos §§ 35 e 36 (ou §§ 38 e 39).

67. Mais uma vez, a título meramente ilustrativo,¹² pode-se mencionar que, no tocante a áreas florestais, os países que mais se salientavam no mundo em 2005 eram Gabão (84,5% ou 0,845), Finlândia (73,9% ou 0,739) e Guiné-Bissau (73,7% ou 0,737). A posição do Brasil era elevada no contexto sul-americano (56,5% ou 0,565).

68. No tocante às variáveis UT e RAD, os seguintes dados poderiam ser apresentados como simples ilustração:¹³

a) em 2005, os países com mais alto índice de uso da terra eram Moldova (65,3% ou 0,653), Bangladesh (0,646), Ruanda (0,597), Ucrânia (0,576) e Índia (0,571); a marca do Brasil era de 7,9% ou 0,079, inferior às da Argentina, Paraguai, Equador e Uruguai na América do Sul;

b) são consideráveis as reservas de água doce do Brasil, calculadas em 8.233 bilhões de metros cúbicos em 2000 e muito maiores do que as da Rússia, Canadá, EUA, China e Índia, sendo também largamente superiores às daquelas dos outros países sul-americanos.

69. Um breve comentário sobre a rubrica ou vertente REV é justificado. Já há tempos, vários pensadores têm manifestado insatisfação com os conceitos tradicionais da Contabilidade Nacional,

especialmente o PIB real. Esse conceito não leva em conta os possíveis danos ambientais das atividades econômicas (tanto na produção, quanto no transporte e no consumo), razão pela qual a REV deve ser incluída no cálculo do Poder Econômico Nacional.

70. Para o cálculo final do valor da componente econômica do Poder Nacional, utiliza-se uma média aritmética ponderada. Dessa forma, para a obtenção do índice final, faz-se

$$Poder\ Econ\omicron mico = 0,3(RME) + 0,2(RPI) + 0,2(REN) + 0,2(RTC) + 0,1(REV)$$

71. O Poder Nacional tem várias expressões. A maioria dos estudiosos da Geopolítica aceita que essas expressões de componentes sejam a política, a econômica, a militar, a científico-tecnológica e a cultural-psicossocial.

72. Para uma potência média em ascensão como é o Brasil, cuja projeção de influência se dá primordialmente no contexto da América do Sul, a mais importante expressão do Poder Nacional é a econômica. Esta, de fato, condiciona, em larga medida, as demais expressões, as quais não se podem desenvolver acentuada e harmonicamente sem que haja uma sólida base do Poder Econômico. Por essa razão, a procura da mensuração adequada da expressão econômica do Poder Nacional (objeto fundamental do presente trabalho) ganha plena justificação. ☺

-
- ¹ HUNTINGTON, Samuel. The clash of civilizations. Foreign Affairs, Spring, vol. 72, Summer 1993.
 - ² GAUCHON, Pascal; HUISSOUD, Jean-Marc. Les 100 Mots de la Géopolitique. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.
 - ³ STRANGE, Susan. The Retreat of the State: The Difusion of Power in the World Economy. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1996.
 - ⁴ GAUCHON; HUISSOUD. op. cit.
 - ⁵ CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
 - ⁶ CLINE, Ray. The Power of Nations in The 1990's: a Strategic Assessment. New York: University of America, 1994; ORGANSKI, A. F. K.; HUGLER, Jacek. The War Ledger, Chicago: Chicago University Press, 1980.
 - ⁷ ESTUDO ELCANO. Índice Elcano de Presencia Global. Madrid: RIE, 2011, citado em CASTRO, op. cit.
 - ⁸ CASTRO, op. cit.
 - ⁹ ESTATÍSTICAS outubro de 2009. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
 - ¹⁰ Ibidem.
 - ¹¹ Ibidem.
 - ¹² Ibidem.
 - ¹³ Ibidem.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A Cooperação Militar Brasileira e sua contribuição para a integração ibero-americana

Rogério Marques Nunes*

Introdução

A Comunidade Ibero-Americana de Nações é formada por 22 países, sendo 19 das Américas do Sul e Central (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e três da Península Ibérica (Andorra, Espanha e Portugal). Criada com a finalidade de estimular avanços em temas políticos, econômicos e culturais, tem o Brasil com um dos principais prestadores de cooperação.¹

O Brasil está presente em diversos mecanismos inter-regionais, o que o coloca em contato com países de todos os continentes. Sendo assim, a participação internacional brasileira ocorre dentro de princípios, em que a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade são fatores preponderantes, pois estão delineados no artigo 4º da Constituição Federal.

O caminho atual do sistema internacional indica a multipolaridade. Nesse

contexto complexo, em que o sistema multipolar² toma forma, a área de Defesa é de fundamental importância, aliada a uma diplomacia eficiente. No pronunciamento do ministro da Defesa, Raul Jungmann, realizado em setembro de 2016, essa assertiva foi corroborada. Na ocasião, o ministro ressaltou que:

Sempre definimos nosso entorno geográfico como um espaço de cooperação e desenvolvimento. Ao contrário de todas as intuições realistas, imbuídas de uma lógica de soma zero de poder, o Brasil visualiza esse entorno estratégico como um espaço de soma positiva, como um jogo em que todos ganham, no qual a perda de um é a perda de todos em seu conjunto.

Em síntese, visualizamos nosso entorno geográfico no contexto de uma visão de mundo multipolar. Nosso entorno geográfico é um polo de poder, que queremos constituir como uma área de paz, desenvolvimento e cooperação, uma zona de estabilidade político-estratégica, sem ingerências externas, em um mundo instável.(JUNGMAN, 2016) (grifo do autor)

Nesse sentido, o espaço ibero-americano é importante para o Brasil, não só

por ocupar grande porção do território sul-americano e por conviver harmonicamente com seus vizinhos na busca de interesses comuns, mas, sobretudo pela capacidade de projeção no continente europeu, graças ao compartilhamento com Portugal e Espanha de uma identidade construída ao longo de muitos anos. Portanto, é essencial a dedicação pelo Brasil a essa maior aproximação e ao estreitamento de laços de confiança para aprofundar a integração mútua em diversas áreas desse espaço.

Na atualidade, o Brasil vive um momento importante de aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais com diversos países e blocos de países, o que reforça o sentido de cooperação internacional que pode efetivamente exercer como importante protagonista global. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo apresentar brevemente o espaço ibero-americano e a realização de atividades que reforçam o estabelecimento de confiança mútua entre os diversos países, concluindo sobre as principais vantagens e oportunidades para o Brasil em pertencer à Comunidade Ibero-Americana, em particular na sua vertente de Defesa.

Desenvolvimento

Antecedentes

Historicamente, a formação e a evolução política do Brasil estiveram muito ligadas a Portugal, como consequência natural de antiga Metrópole, mas também à Espanha. Muitas passagens históricas relatam os feitos e mais aproximam do que afastam o Brasil desses dois países que compartilham a Península Ibérica. Resumidamente, po-

dem ser citados o período da União Ibérica (1580-1640) bem como os diversos tratados de limites entre Portugal e Espanha, que culminaram na conformação do atual traçado fronteiriço brasileiro (CUNHA, 2012, p. 19-46).

Nesse sentido, a consolidação da base territorial brasileira e a sua efetiva demarcação fronteiriça, trabalho hercúleo de antepassados, permite que o Brasil usufrua, no presente, boa aceitação e excelente potencial de integração em relação a seus vizinhos ibero-americanos. Essas são as condições psicossociais importantes para se lograr êxito na construção de uma identidade ibero-americana, em que o Brasil pode contribuir de maneira efetiva nesse espaço internacional.

O surgimento de conceitos acadêmicos e científicos, em especial no campo de estudo das Relações Internacionais, permite que a apresentação seja realizada sob uma ótica contemporânea da integração ibero-americana, como um espaço de convívio cooperativo.

O termo “cooperação” é muito utilizado na disciplina de Relações Internacionais. Portanto, cabe delimitá-lo, pois seu uso pode ser abrangente. Assim, segundo o Dicionário de Relações Internacionais (SOUZA, 2005, pág. 53), encontra-se a palavra definida da seguinte forma:

Cooperar é agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. **O sucesso na obtenção deste objectivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos actores, a elaboração em comum de um**

* Cel Cav (AMAN/89, EsAo/97, ECEME/05), especialista em Relações Internacionais (Universidade Candido Mendes/10). Atualmente, exerce a função de instrutor na Escola Superior das Forças Armadas do Reino da Espanha.

conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação das acções, a participação activa de todos os elementos etc. (grifo do autor)

Nessa vertente, é conveniente destacar que, segundo Coelin ([200?])

O termo cooperação, tomado em seu sentido mais amplo, constitui atualmente a essência da prática diplomática entre países amigos, tanto no plano bilateral quanto no multilateral.

A atividade diplomática é tão antiga quanto a organização social humana e está assim definida (SOUZA, 2005, pág. 64):

Actividade formal de um Estado frente a outros Estados. **Sendo uma das instituições fundamentais do sistema internacional, constitui um dos instrumentos da política externa, utilizado para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos plurilaterais de carácter pacífico entre governos de diferentes Estados e outras entidades, através do emprego de intermediários mutuamente reconhecidos entre as partes** (Calvet de Magalhães). As suas principais funções são: representação externa, reforçando a existência de um sistema de Estados e as suas regras; informação, através da recolha e transmissão da informação entre diferentes Estados, promovendo a comunicação entre os detentores do poder político; negociação, nomeadamente de acordos internacionais, minimizando os efeitos de fricções nas Relações Internacionais; promoção e protecção dos interesses do Estado acreditante junto do Estado receptor e extensão do serviço público, assegurando o acesso a estes serviços, no Estado receptor, aos nacionais do Estado acreditante. (grifo do autor)

Nessa linha de pensamento, coerente com os conceitos anteriores, surge a união de interesses diplomáticos e de cooperação no universo ibero-americano. Assim, são buscados objetivos comuns baseados nos valores e anseios compartilhados pelos países constituintes. Esse sentimento mútuo se tornou efetivo em uma primeira reunião de países ibero-americanos, realizada em 1991, quando ocorreu a I Cúpula de Presidentes e Chefes de Governo. Essa I Cúpula possibilitou a criação da Conferência Ibero-Americana e da Comunidade Ibero-Americana de Nações.

Naquela ocasião, foi declarado que, pela primeira vez na História, estavam reunidos para verificar conjuntamente os grandes desafios que confrontavam seus países em um mundo de transformação. Para isso, foi proposto harmonizar a vontade política de tais governos para propiciar as soluções que esses desafios requerem e, assim, converter o conjunto de afinidades históricas em um instrumento de unidade e desenvolvimento baseado no diálogo, na cooperação e na solidariedade. Também foi reconhecido o vasto conjunto de nações que compartilham suas raízes e um rico patrimônio de cultura fundada na soma dos povos, crenças e sangue diversos, bem como a decisão de projetar ao terceiro milênio a força dessa Comunidade.³

Se por um lado, para o Brasil, é recente a aproximação ibero-americana, para a Espanha, é uma realidade já há bastante tempo, sendo considerada uma peça-chave na sua ação exterior, na qual as Forças Armadas espanholas são um importante instrumento. Nesse sentido, pode ser verificado por Veloso (2008, pág. 111) que na Ibero-América:

Este interesse não só é palpável nos sólidos vínculos culturais e afetivos que vêm desde mais de 500 anos, mas de uma forma material se manifestam nos 70 bilhões de dólares desembolsados pelas empresas espanholas na região no período 1996-2000, o que coloca a nossa nação como o segundo investidor na mesma. As intensas relações de ordem política, cultural e, certamente, de uso da mesma língua, são o fruto de vários séculos de História comum que deixaram uma marca de enorme valor para nossa situação atual. **A cooperação militar com esta região está aumentando gradualmente e deveria seguir assim para equilibrar o valor de nossa estratégia militar em uma área só aparentemente distante fisicamente, e muito próxima a nossos interesses, com as outras estratégias que realiza Espanha.** (tradução e grifo do autor)

Por outro lado, uma possível convergência de interesses entre a Comunidade Ibero-Americana de Nações e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) como um projeto futuro pode ser importante para a projeção brasileira. Nesse raciocínio, o aumento de cooperação em um espaço geopolítico intercontinental, com mais de 600 milhões de pessoas em ambos os lados do Atlântico Sul, é de proporções consideráveis e abre um grande leque de oportunidades, em especial na área de Defesa (VELOSO, 2008, pág. 114).

No enfoque militar, verifica-se que é na educação, onde surgem as melhores perspectivas de cooperação. Conforme constata Veloso (ibidem, pág. 119):

O campo do ensino merece um tratamento próprio. As atividades que vão desde a formação, o aperfeiçoamento e a instrução de alunos, tanto espanhóis como ibero-

-americanos, até o intercâmbio de instrutores ou de oficiais de ligação nas escolas militares, passando pela celebração de seminários sobre a evolução ou adaptação das Forças Armadas no novo entorno de segurança, constituem verdadeiros multiplicadores de força de cooperação com a Ibero-América na área militar, onde é necessário realizar um forte esforço. (tradução e grifo do autor)

Dessa forma, é a área da educação militar que se apresenta em excelentes condições para a participação brasileira em ambas as comunidades, seja na Ibero-Americana, seja na CPLP. Isso é devido à excelência alcançada pelos estabelecimentos de ensino brasileiros nos diferentes níveis (formação, aperfeiçoamento e altos estudos). Essa qualidade pode ser constatada no resultado de pesquisa realizada junto a ex-cadetes de nações amigas da CPLP, formados pela Academia Militar das Agulhas Negras em dados compilados por ARAÚJO (2014, p. 56), onde é verificado que:

Os ex-cadetes destacaram os seguintes aspectos como positivos no ensino militar na AMAN: **o intercâmbio com militares de outras nações, a elevada qualidade da instrução militar ministrada, a dedicação dos instrutores, a formação conectada com os assuntos da atualidade, a vasta gama de conhecimentos militares ensinados, a chance de aprender uma nova forma de treinamento e a oportunidade de o cadete de nação amiga exercer funções de comando durante a realização do curso.** (grifo do autor)

Assim, pode ser comprovado que a vertente da educação militar é uma grande oportunidade para o Brasil continuar

avancando no aprofundamento de laços já existentes com as nações amigas que miram o país como importante ator no contexto internacional. Além disso, aumenta a capacidade de gerar vínculos permanentes entre estados, em que são compartilhados conhecimentos e valores, bem como é promovida a salutar interação institucional e pessoal.

O modelo espanhol de cooperação

O Curso de Altos Estudos Estratégicos para Oficiais Ibero-americanos (CAEEOSI) surgiu no ano de 2002, com a atribuição da missão ao Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional (CESEDEN), seguindo as orientações da Secretaria Geral de Política de Defesa, do Ministério de Defesa da Espanha. Sua organização tem a finalidade de facilitar o conhecimento pessoal de oficiais superiores pertencentes às Forças Armadas das nações ibero-americanas, além de permitir a compreensão de diferentes pontos de vista em relação aos temas de segurança e defesa, como também de alcançar um certo nível de pensamento comum que contribua para sua formação e para a consolidação da Comunidade Ibero-Americana de Nações (VELOSO, 2008, pág. 144).

No ano de 2016, o Curso atingiu a sua 15ª edição e contou com a participação dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Espanha (anfitriã), Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela; totalizando 39 oficiais. Mantendo a sua característica desde que teve início, com pequenas variações devido à experiência acumulada, foi desenvolvido ao longo de

sete semanas, nos quais se exploraram os seguintes módulos temáticos: Situação Mundial; Economia e Indústria de Defesa; Planejamento de Defesa; e Cultura e Sociologia de Defesa.

Ao desenrolar do curso, foram proferidas palestras por autoridades do primeiro escalão do governo espanhol e por especialistas nos temas propostos. As atividades foram complementadas com visitas a centros de interesse, unidades militares e instituições da administração espanhola e europeia.

No XV Curso, foram realizadas três viagens de estudos. A primeira contemplou a região da Andaluzia, porção sul da Espanha — as cidades de Sevilha, Cádiz e Córdoba —, onde foram visitadas a empresa de aviação Airbus e unidades militares ali localizadas, como a Brigada de Infantería Mecanizada “Guzmán el Bueno X”, a Base Naval de Rota, a Base Aérea de Morón, além de ser visto o material militar empregado pelas tropas ali aquarteladas.

Na segunda viagem, houve um intercâmbio acadêmico na Universidade de Salamanca, onde participou uma representação de Portugal composta por integrantes do corpo diplomático e pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN) daquele país. Por fim, o coroamento foi a viagem de estudos a Bruxelas, onde foram visitados o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Quartel-General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O CAEEOSI está dentro da Estratégia de Ação Exterior espanhola, em que, devidamente colocado em sua Política e Diplomacia de Defesa, tem por objetivo o fortalecimento da Comunidade Ibero-Americana de Na-

ções. Nesse sentido, o financiamento do curso é buscado por intermédio de parcerias, na qual se destaca a Fundação Carolina.⁴

Cabe destacar que o sistema de ensino adotado contribui para o bom convívio formado pelos participantes do curso, já em fase de maturidade em suas carreiras, pois todos são coronéis ou generais. Dessa maneira, permite que se formem vínculos importantes, os quais reforçarão, no futuro próximo, junto aos decisores de seus respectivos países, os laços de confiança necessários para o exercício de uma diplomacia de defesa efetiva e consistente, gerando resultados positivos para todos.

Nesse contexto, verifica-se que o CAEEOSI é referência para uma iniciativa que

poderá também ser conduzida pelo Brasil e direcionada aos países da Comunidade Ibero-Americana de Nações. A experiência já existe na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), com o Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE), realizado no idioma inglês e dirigido a oficiais de exércitos de nações amigas.

Perspectivas futuras para o Brasil

A participação do Brasil em todos os fóruns internacionais sobre Defesa é de suma importância, em particular se o país deseja ter maior protagonismo no cenário mundial atual. Nesse sentido, inúmeros são os caminhos que poderão ser seguidos para facilitar maior divulgação e projeção do



Figura 1 – Início do XV CAEEOSI em 18 Abr 16

Fonte: CESEDEN⁵

trabalho realizado pelo militar brasileiro em prol do desenvolvimento de uma diplomacia de defesa. Para isso, um subsídio importante é a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), a qual estabelece as orientações básicas, de caráter geral, para o planejamento e ações das atividades afetas ao Exército Brasileiro (EB).

A DAEBAI tem como princípios norteadores a Política Externa Brasileira, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, bem como as Diretrizes do Ministério da Defesa. Assim, é um documento que trata de forma objetiva as atividades do EB na área internacional, o que facilita significativamente o esforço a ser empreendido.

Entre as normas gerais da DAEBAI, está definida a Diplomacia Militar, a qual está a seguir conceituada:

A Diplomacia Militar visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial. Para o Exército Brasileiro, são propósitos da Diplomacia Militar: a) contribuir para manter a ordem global estável, mediante a participação em ajuda humanitária e operações de paz sob a égide dos organismos internacionais e regionais; b) apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas; c) facilitar a consecução de um marco jurídico que regule o desenvolvimento, no âmbito da Defesa, das relações bilaterais e multilaterais; d) ampliar as oportunidades de fortalecimento da indústria nacional de produtos de defesa, para reduzir a dependência tecnológica e superar as restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis; e e) contribuir para a capacitação pro-

fissional dos integrantes da Força Terrestre. (DAEBAI, 2016, pág. 15)

As iniciativas no Brasil propostas pela DAEBAI compreendem as atividades em idiomas estrangeiros, a condução de exercícios e competições militares, bem como a implementação da função de assessor militar para assuntos internacionais.

Uma linha importante de projeção é a capacidade da educação militar desenvolvida nos diversos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas, nos quais as escolas de formação de oficiais e de praças têm atuação destacada, bem como os demais institutos de ensino e pesquisa, ligados à Marinha, ao Exército e à Força Aérea Brasileira. Todos esses centros de excelência são responsáveis pelo intercâmbio e troca de experiências em nível de igualdade com países de longa tradição, como os Estados Unidos, França, Reino Unido e Espanha. Assim, aumentar a capacidade de oferecer maior número de vagas no Brasil a países interessados, bem como desenvolver cursos direcionados especificamente à Comunidade Ibero-Americana de Nações e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, pode ser importante para consolidar a projeção brasileira já adquirida na comunidade internacional.

A participação exitosa nas missões sob o escudo da Organização das Nações Unidas (ONU) também projeta positivamente a imagem do Brasil. Nesse sentido, a contribuição à United Nations Interim Force In Lebanon (UNIFIL), onde Brasil e Espanha trabalham conjuntamente, é um excelente instrumento de projeção internacional do país, além de concorrer para a contínua preparação dos

militares envolvidos com essa experiência adquirida.

Atualmente, a presença de dois oficiais instrutores brasileiros na Escola Superior das Forças Armadas,⁶ subordinada ao CESEDEN, os quais são os únicos estrangeiros nessa condição na estrutura desse Centro, aumenta a importância atribuída à participação brasileira em instituições das nações amigas, em especial, na Espanha. Da mesma forma, dá maior visibilidade ao Brasil junto aos militares e civis que buscam a Espanha para realizar cursos, seminários e eventos acadêmicos na área de defesa. É uma excelente

projeção graças ao interesse espanhol em intercambiar conhecimento e experiência no espaço de sua diplomacia de defesa.

Um fato digno de nota é a presença de oficiais brasileiros em centros de estudos e investigação de nível político-estratégico dos países sul-americanos, como a Escola de Altos Estudos Nacionais da Bolívia e o Centro Regional de Estudos Estratégicos da Colômbia. Nesses locais, graças a sua vivência e experiência pessoal, os militares desempenham atividades que colaboram para uma efetiva presença e integração estratégica do Brasil com seus vizinhos do entorno geográfico.

A existência da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (CMBP), com mais de 20 anos de exitosa experiência junto a esse país amigo e com grande legado recebido da então Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, constitui uma excelente referência para a integração com



Figura 2 – Conclusão da preparação de contingente brasileiro integrante da UNIFIL, incorporado à Brigada de Infantería Mecanizada “Guzmán el Bueno X”, sediada em Córdoba

Fonte: ADIDEFEX Espanha

as Forças Armadas de outros países da Comunidade Ibero-Americana de Nações (NU-NES, 2015, p. 895).

Tangente ao contexto ibero-americano, cabe assinalar que, além das iniciativas propostas pela DAEBAI, existe um crescente interesse de outros países em assessoria militar brasileira, como se pode verificar nas recentes missões iniciadas nos anos de 2016 e 2017:

- Senegal – Missão Brasileira de Cooperação em Engenharia Militar;
- Guiné-Bissau – Assessoria Militar no Escritório Integrado de Construção da Paz em Guiné-Bissau (UNIOGBIS, sigla em inglês);
- Timor Leste – Assessoria Militar ao Ministro da Defesa.

Essa demanda é devida ao grande êxito obtido pelas Forças Armadas nas diversas

missões internacionais em que toma parte e reforça a necessidade da ação conjunta que deve existir entre os agentes do Estado brasileiro envolvidos, pois projeta a imagem positiva do Brasil na esfera internacional. Nesse sentido, cabe destacar o proferido por David Harland, ex-diretor da Europa e América Latina do Escritório de Operações do Departamento de Operações de Paz da ONU, sobre a atuação brasileira no Haiti:

[...] um tipo especial de tropa, difícil de encontrar nas missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade e, ao mesmo tempo, pelo relacionamento cordial com a população. Trata-se de uma tropa que inspira grande confiança a quem conhece ou tem contato com ela. (2008 apud CUNHA, 2012, pág. 287)

Outra vertente relevante que se abre aos países com que o Brasil coopera é a da área de produtos de defesa (PRODE). O desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e uma política de comércio exterior voltada com mais interesse aos produtos de defesa brasileiros é, ainda, uma tarefa que necessita especial atenção para ampliar a competitividade desses produtos frente ao mercado internacional.

Conclusão

Os antecedentes mostram que, desde sua concepção, a Comunidade Ibero-Americana já nasceu com uma visão cooperativa e de união de esforços, dentro de um mundo que caminha à multipolaridade. Portanto, a participação brasileira é condição justa, de acordo com a importância e o peso político

do país vivido internacionalmente, coerente, é claro, com os preceitos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88) no que toca às relações internacionais do Brasil.

Inicialmente, verifica-se que a comunidade de História, valores e tradições facilita sobremaneira a integração ibero-americana. Dessa forma, o empreendimento de ações que favoreçam e fortaleçam a cooperação entre os países da Comunidade Ibero-Americana poderá ser vantajoso ao Brasil, principalmente em longo prazo.

Ao decorrer desta breve investigação, se pôde constatar que a vertente da educação militar é um ponto importante de convergência de interesses e que proporciona um intercâmbio que permite a troca de experiências entre países e projeta a presença brasileira no cenário internacional. Nesse campo, a exploração das atividades já em curso, bem como o direcionamento de cursos específicos para países integrantes da Comunidade Ibero-Americana, pode ser uma iniciativa promissora para o Brasil, pois o conhecimento e a capacidade já existem para levar a cabo esse projeto, tornando-se uma oportunidade a ser implementada.

De todas as formas, a vantagem de propor e levar a efeito iniciativas de cooperação e integração, seguindo os princípios preconizados no artigo 4º da CF/88, trazem ao Brasil um papel de protagonismo na condução da política de defesa sul-americana, um espaço primordial para a própria Defesa brasileira. Além disso, promove a necessária coesão interna no continente, ou seja, no entorno estratégico brasileiro, o que estabiliza relações e promove o entendimento para o desenvolvimento de todos os países vizinhos.

Sendo assim, a Comunidade Ibero-Americana é um espaço que tende a crescer de importância, mormente com a capacidade de articulação que o Brasil poderá dar a esse segmento de sua política internacional. Nesse sentido, o modo de atuação, a capacidade de integrar e direcionar esforços bem como a condução da política exterior e de defesa da Espanha são referências relevantes a serem consideradas em qualquer estudo a respeito desse tema.

Por fim, o artigo procurou trazer à tona uma pauta considerada interessante no

tocante à maior inserção do Brasil nas decisões tomadas em nível internacional, em particular as ligadas à defesa. A contribuição brasileira tem sido grande nos últimos anos, principalmente nas missões de manutenção da paz, em que concorre com um crescente número de militares como observadores, assessores e mantenedores da paz em todas as áreas do planeta. Nesse propósito, as Forças Armadas são uma referência a ser seguida e podem continuar contribuindo sobremaneira junto à Diplomacia para a projeção positiva do Brasil na comunidade internacional. 🌐



Figura 3 – Palestra proferida pelo embaixador Antonio Simões, no CESEDEN, em 16 Jan 17
Fonte: ADIDEXFEX Espanha

Referências

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Resende: Acadêmica, 2008.

ARAÚJO, Hélio Dias de. **Cooperação Militar Brasil-África**: formação de cadetes de nações amigas na Academia Militar das Agulhas Negras. 2014. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro-RJ, 2014.

ÁVILA, João Augusto Vargas. **A atual Política Externa Brasileira**: impactos e implicações para a Política de Defesa Nacional no entorno estratégico. 2015. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

BARTOLOMÉ, Mariano César. *La cooperación entre España e Iberoamérica en el campo de la defensa*: dos casos de estudio. **Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública**, Santiago, Chile, vol. XIII, núm. 23, 2015, pp. 31-48. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/960/96043202003.pdf>. Acesso em 18 Out 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República (Casa Civil). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 1º Out 2016.

BRASIL. Portaria nº 1258, de 9 de dezembro de 2013. Estabelece as condições de funcionamento do Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE), e dá outras providências. **Boletim do Exército nº 50**, de 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 17 Fev 17.

_____. Portaria nº 1082, de 11 de agosto de 2015. Designa o Coronel Marcio Tomaz de Aquino para desempenhar a função de Assessor Militar de Engenharia junto ao Exército Senegalês. **Boletim do Exército nº 36**, de 4 de setembro de 2015. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 18 Jan 17.

_____. Portaria nº 566, de 25 de maio de 2016. Designa o Cel Inf Paulo Roberto Coriolano para desempenhar a função de Professor/Pesquisador no Centro Regional de Estudos Estratégicos, em Bogotá, na República da Colômbia. **Boletim do Exército nº 22**, de 3 de junho de 2016. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 18 Jan 17.

_____. Portaria nº 39-DCEM, de 1º de junho de 2016. Agregar por ter sido designado para a Missão de Assessor Militar junto ao Ministro da Defesa do Timor Leste, o Cel Cav José Ricardo Pinto de Albuquerque Cavalcante. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 Jun 16. Seção 2, p. 10. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/117926414/dou-secao-2-13-06-2016-pg-10>. Acesso em 17 Jan 17.

_____. Portaria nº 1287, de 6 de outubro de 2016. Designa o Cel Inf Marcos André Gueiros Taulois para desempenhar a função de Instrutor na Escola de Altos Estudos Nacionais, em La Paz, no Estado Plurinacional da Bolívia. **Boletim do Exército nº 41**, de 14 de outubro de 2016.

Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 18 Jan 17.

_____. Portaria nº 90/GM/MD, de 09 de janeiro de 2017. Designa o Coronel Olyntho Alves Gomes de Sá para exercer função de natureza militar no Escritório Integrado de Construção da Paz em Guiné-Bissau (UNIOGBIS). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 Jan 2017. Seção 2, p. 7. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/134390596/dou-secao-2-16-01-2017-pg-7>. Acesso em 17 Jan 17.

_____. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Portaria nº 184 de 2 de março de 2016 (EB10-D-01.006). Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 2 Out 16.

CAMPOS, Paulo Cesar de Oliveira. Relatório de Gestão. **Senado Federal**, Brasília. Disponível em: <www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=168878&tp=1>. Acesso em 22 Jan 17.

COELIN, Saulo Arantes. O Brasil na CPLP: uma modalidade de cooperação Sul-Sul. **Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores**, Brasília-DF, [200?]. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-4.pdf>. Acesso em 23 Jan 17.

CUNHA, James Bolfoni da. **Jaguarão e os Militares – Dois Séculos na Fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

DIPLOMACIA de Defesa – La Defensa em la Acción Exterior del Estado. **Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE)**, Jan. 2016. Disponível em: <www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_trabajo/2016/DIEEET01-2016_DiplomaciaDefensa.pdf>. Acesso em 12 Out 16.

ENCERRAMENTO da fase de adestramento do Contingente da UNIFIL. **EB em Revista**, Brasília, 10 Nov 16. Disponível em: <www.eb.mil.br/web/resiscomsex/internacional/>. Acesso em 15 Dez 16.

FUNDACIÓN CAROLINA. *Información Institucional*. **Becas AEEOSI**. Madrid, 2016. Disponível em: <www.fundacioncarolina.es/formacion/estudios-institucionales/>. Acesso em 20 Fev 17.

JUNGSMANN, Raul. Defesa, Desenvolvimento e Democracia na América do Sul. **Aula Inaugural do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungsmann, no V Curso Avançado de Defesa Sul-Americano**, Rio de Janeiro, 19 Set 16. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2016/pronunciamento/aula_inaugural__jungsmann_v_cadsul.pdf>. Acesso em 22 Dez 16.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Conferência Ibero-Americana**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3678-conferencia-ibero-americana>. Acesso em 30 Set 16.

_____. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>. Acesso em 30 Set 16.

MINISTERIO DE DEFENSA. *Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN)*. **Información XV Curso Altos Estudios Estratégicos para Oficiales Superiores Iberoamericanos**. Madrid. 2016.

NUNES, Rogério Marques. Cooperação Brasil-Angola. **Revista Militar**, Lisboa, Portugal, n. 2566, p. 891-907, nov. 2015. Disponível em: <www.revistamilitar.pt/artigo/1063>. Acesso em 20 Jan 17.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 2000, v. 43, n. 1, p. 5-23, 10 Maio 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a01.pdf>. Acesso em 14 Out 16.

ROLDÁN, Félix Sanz. *La diplomacia de defensa: una aproximación desde España*. **Arbor CLXV**, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Mar 2000. Disponível em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/982/989>. Acesso em 10 Jan 17.

SEGIB. **Carta cultural iberoamericana**. 2006. Disponível em: <http://segib.org/wp-content/uploads/Carta-cultural-iberoamericana.pdf>. Acesso em 18 Out 16.

_____. *Cumbres Iberoamericanas de Jefes de Estado y de Gobierno*. **Declaración de Guadalajara, México**. 1991. Disponível em: <http://segib.org/wp-content/uploads/Primera-Cumbre-Iberoamericana-de-Jefes-de-Estado-y-de-Gobierno.pdf>. Acesso em 10 Out 16.

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Edições Afrontamento. 2005. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2015/05/dicionario-das-relac3a7o-es-internacionais.pdf>. Acesso em 20 Out 2016.

VELOSO, Javier Álvarez. *Componente educativo en el estamento militar*. In: *La evolución de la Seguridad y Defensa en la Comunidad Iberoamericana*. **Monografías del CESEDEN**. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. Madri: CESEDEN: Imprenta Ministerio de Defensa, 2008. p. 107-149.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas

¹ Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3678-conferencia-ibero-americana>. Acesso em 30 Set 16.

² Segundo o Dicionário de Relações Internacionais, em um sistema multipolar, as dinâmicas de aliança são intrinsecamente mais fluidas e poderá haver maior incerteza e menor previsibilidade quanto a alterações de política externa e de alianças. Os Estados poderão envolver-se em hostilidades, no apoio dos seus aliados ou manter-se afastados na expectativa de que os outros não o façam (SOUSA, 2005, pág. 11-12).

³ Declaração de Guadalajara de 19 de julho de 1991.

⁴ Mais informações disponíveis em: www.fundacioncarolina.es/.

⁵ Disponível em www.defensa.gob.es/ceseden/.

⁶ Os Oficiais exercem a função de instrutor, respectivamente nos Departamentos de Cultura e Diplomacia de Defesa e no Departamento de Estratégia.

O comando do marquês de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança

Da “guerra gaúcha” à “guerra estratégica”,
mudança de paradigma

Edgley Pereira de Paula*

Introdução

O século XIX é um interessante observatório para se pensar a “Arte da Guerra” nos países da América do Sul, pois será a partir do início desse século que os países, antigas colônias europeias, irão se desvencilhar das amarras metropolitanas e iniciar um processo de construção dos seus projetos de estados nacionais.

Algumas das mais importantes questões que esses jovens estados terão que enfrentar são a busca por definições de fronteiras e a formação de um exército e de uma armada nacionais capazes de garantir os interesses, muitas vezes conflitantes, dessas novas nações.

Acreditamos que nenhum outro objeto ou campo de pesquisa é tão intrínseco à História Militar quanto o estudo das transformações que o modo de pensar e fazer a guerra sofreu em diferentes sociedades e tempos da história. É nesse contexto que procuraremos delimitar como se processava

o modo de fazer a guerra nesse período e como esse *modus operandi* mudará quando for posto em prática durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). Como bem salienta Nelson Werneck Sodré (1968),

Contra o profundo e sólido sistema fortificado que López levantara nas barrancas do Paraguai, já não era suficiente, na sua bravura insofrida, a tropilha gaúcha. Ela poderia, como aconteceu, continuar a ser instrumento importante, mas, instrumento auxiliar (...).¹

Outros autores que trabalharam com o tema já sinalizaram que, durante o conflito, houve uma profunda mudança no modo de fazer a guerra. De fato, é comumente aceita essa tese.

Assim como Sodré (1968) evidencia a questão que a “tropilha gaúcha” não daria conta da campanha, muitos anos depois, quando o tema ganhou novo fôlego na historiografia brasileira, Ricardo Salles (1990),

* Cap QCO (Magistério, História; EsAEx/xx), graduado em História (UERJ/xx), pós-graduado em História Militar Brasileira (UNIRIO/xx), mestre em História Política (UERJ/xx), doutorando em História Contemporânea (Universidade de Coimbra/Portugal), pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército (CEPHiMEx). Atualmente, serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX).

no seu livro *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, comenta em passant a questão, quando identifica o “estilo paisano e gauchesco” de fazer a guerra vigente na região do Prata, assim como Vitor Izecksohn (1997), em *O cerne da discórdia – A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*, só para citar os autores que julgamos mais importantes e que perceberam essa questão, sem contudo, caracterizá-la ou mesmo evidenciá-la, como se pretende realizar no presente artigo.

Desenvolvimento

A conduta da guerra no início do século XIX

Analisando o caso específico do Brasil, tendo como corte temporal a independência política de Portugal, percebe-se que a primeira tentativa formal de organizar as forças militares imperiais foi o Decreto de 1º de dezembro de 1824, que dava nova estrutura ao Exército, dividindo-o em 1ª e 2ª Linhas, tão regular em sua força e numeração quanto as circunstâncias permitiam, pondo fim às formações irregulares vindas do tempo da colônia e do reino Brasil, Portugal e Algarves. Nessa estrutura, a 1ª Linha correspondia ao Exército propriamente dito, e a 2ª Linha, à milícia. O primeiro, que passou a ser chamado de “Tropa de Linha”, destinava-se a garantir a defesa do território nas fronteiras, enquanto as milícias estavam voltadas ao policiamento urbano.

Após a abdicação do Imperador, em 7 de abril de 1831, a grande preocupação das lideranças políticas que ascenderam ao poder era a de impedir a ação de setores

que pudessem tomar iniciativas de caráter restaurador. Urgia a adoção de medidas que desmantelassem as engrenagens políticas, burocráticas e principalmente centralizadas que, durante o Primeiro Reinado, estiveram a serviço de D. Pedro I e da corte do Rio de Janeiro.

O ambiente de tensão e discórdia reinante nos quartéis e a presença de soldados em motins, arruaças e tumultos forneceram às classes políticas a oportunidade de colocar o Exército ou Tropa de Linha em segundo plano, sob o pretexto da indisciplina que ela mesma fomentava, e criar, em 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional, que passaria a ser subordinada ao Ministério da Justiça.² À Guarda Nacional caberia

defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, manter a obediência às leis e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.³

Tão amplas atribuições correspondiam às aspirações dos grupos que ascenderam ao poder, de modo a confinar o Exército em fronteiras distantes e em guarnições da costa, afastando-o, portanto, dos centros de decisão política.

Servindo aos propósitos dos senhores e proprietários no exercício direto de sua autoridade provincial, a Guarda Nacional acabou representando a força do poder local e provincial, em detrimento da Corte do Rio de Janeiro. Na prática, o Exército de Linha do Império Brasileiro acabava atuando pontualmente em crises específicas, como, por exemplo, nas chamadas Rebeliões Regenciais (1835-1845),

muitas vezes em combinação com a própria Guarda Nacional. Logo, os efetivos dessa Tropa de Linha eram reduzidos, e seus oficiais, apesar das medidas legais da Reforma de meados do século XIX, ainda eram recrutados no seio da própria classe dominante, mais em função do nascimento do que da meritocrática.

Na Argentina e no Uruguai, a situação se afigurava quase a mesma. Carentes de uma estrutura bélica centralizada, suas forças militares estavam calcadas no poder de caudilhos locais e regionais.

Decerto, será na fronteira sul do Império, em especial na província do Rio Grande do Sul, que esse sistema descentralizado de se fazer a guerra tendo como base a Guarda Nacional se fará mais presente e com maior vitalidade.

Isso se deu porque efetivamente era conveniente não só para os estancieiros gaúchos e lideranças políticas locais, como para o Império. Na realidade, esses estancieiros eram verdadeiros “senhores da guerra”, que armavam seus peões e os transformavam em esquadrões de cavalaria a serviço de seus interesses particulares e do poder central, estabelecendo com a Corte do Rio de Janeiro, capital do Império, uma relação tênue de desconfianças e fidelidades que obrigava a mínima intervenção ou interferência do poder central nas questões político-partidárias locais.

Sobre essa relação centro-província, Izecksohn (1997) comenta que

A elite imperial mantinha distância da turbulenta conjuntura do Prata, buscando afastar-se da instabilidade política que marcava a evolução das repúblicas vizinhas. Ainda assim, a atitude do império para com seus vizinhos pautava-se pela formulação de políticas intervencionistas que visavam à defesa tanto dos interesses do governo central quanto dos **estancieiros gaúchos**.⁴ (grifo nosso)

Ora, desde a Independência, o Império herdou da Coroa portuguesa várias questões fronteiriças na região platina, e, para esses povos que viviam nessa região, a guerra fazia parte do seu cotidiano e de seu imaginário coletivo, tão comuns que eram os entrechoques de fronteira e entre os próprios estancieiros. Acrescentando-se a esse ambiente corriqueiro de guerra a Rebelião Farroupilha (1835-1845),⁵ que, por mais de 10 anos, levou as pro-



Figura 1 – Óleo sobre tela de 1893 homenageia uma carga de cavalaria farroupilha
Fonte: acervo do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS)

víncias do Sul a uma guerra entre grupos locais que apoiavam ou eram contra o poder central do Império.

Em todos os conflitos anteriores em que o Império esteve envolvido na região platina, houve sempre uma presença marcante da Guarda Nacional nas operações militares. Como salientamos, os interesses gerais do Governo Imperial normalmente procuravam se adequar aos interesses dos estancieiros do Rio Grande do Sul em relação aos países limítrofes e vice-versa. Dessa forma, as forças empregadas provinham da própria organização militar local, apoiada na capacidade desses grandes proprietários gaúchos em manter um razoável poder de mobilização militar entre peões, parentela e apadrinhados.

Notadamente, o Império escorou-se, até ser deflagrada a Guerra do Paraguai, nessa força de caráter miliciano, provinda de uma sociedade na qual a militarização cumpria uma necessidade vital, permitindo que a organização e a conscrição militar funcionassem segundo um padrão ditado pelo clima de urgência das necessidades de uma frente permanente de guerra, num típico ambiente de fronteira.

Curiosamente, a região do Império em que mais acentuadamente se mostrava o desenvolvimento de vocações militares era justamente o Rio Grande do Sul, onde os laços com o poder central estavam, vez por outra, enfraquecidos, obedecendo a uma dinâmica própria entre aliados e inimigos partidários do Império. Essa situação singular demonstrava como a resolução das questões platinas entrelaçava-se com as lutas internas da política das províncias do Sul.

De peão de fazenda a combatente ginete de cavalaria

Os rio-grandenses estavam empenhados na defesa das fronteiras desde antes da independência e tinham composto o grosso das tropas que haviam empunhado armas pelo Império na Guerra da Cisplatina (1825-1828). A perda do território do atual Uruguai teve repercussões morais e econômicas na elite ligada às armas no Rio Grande do Sul. Durante a guerra, por conta do interesse do Império Brasileiro, no reinado de Dom Pedro I, o comando militar foi entregue a oficiais de fora da província, que desconheciam as peculiaridades que a geografia local impunha às artes bélicas.

O tipo de guerra travada em campo aberto com cavalaria ligeira era ignorado pelos comandantes nomeados pelo imperador, em geral treinados na Europa e acostumados aos cercos prolongados. A nomeação desses militares em detrimento dos comandantes locais criara um atrito entre o centro do Império, a Corte do Rio de Janeiro e a província periférica. Além disso, as pastagens perdidas para o território vizinho frustraram os planos econômicos da elite local.

Nesse contexto, queremos salientar que, por conta desse modo de vida peculiar “de fronteira”, formou-se no sul do Império uma sociedade com características e dinâmicas próprias. Uma destas características, se não a principal, é a formação de uma sociedade guerreira com uma relativa capacidade de mobilização militar.

Para se entender a facilidade que se tinha em transformar o peão da fazenda em um soldado, particularmente, de cavalaria,

deve-se entender o funcionamento das fazendas e estâncias criadoras de gado e produtoras de couro e charque à época de fins do século XVIII e início do XIX.

Essas estâncias, primeiramente denominadas “Chimarrãs”, nome derivado do gado chimarrão, nascido da reprodução selvagem dos rebanhos introduzidos na região, sobretudo pelos espanhóis, e fazendas de grande dimensão exigiam um tipo de trabalho e habilidade do peão muito típica de um ambiente selvagem de guerra, em especial da guerra praticada na região à época, baseada em choques rápidos de cavalaria, com relativo número de efetivo de combatentes e sem necessidade de qualquer apoio logístico. Vivia-se no campo, montado a cavalo e armado. Nas invernadas, passava-se meses transportando gado e procurando melhores pastagens; nas sedes das fazendas, carneava-se e tirava-se do gado toda base da economia local.

De fato, o que nos interessa evidenciar neste trabalho é que, em todos os casos, surgiu uma ligação naturalmente necessária entre o estancieiro brasileiro, geralmente um oficial da Guarda Nacional, e seu congênere no Uruguai e na Argentina, um político caudilho local, com este peão/soldado. Era uma relação de fidelidade pessoal do peão com seu patrão e que mais tarde, no desenrolar da Guerra do Paraguai, provocaria inclusive casos de deserção em massa quando da morte do seu comandante/patrão no campo de batalha, evidenciando que esse soldado estaria ligado não à causa de um determinado estado nação e sim ao seu chefe local. Para ilustrar, José Bernardino Bormann (1897) comenta um caso em que o general

conde de Porto Alegre mandou prender um comandante de um corpo da Guarda Nacional, e todos os soldados do corpo desertaram e seguiram para o Uruguai. O mesmo Corpo, reintegrado mais tarde, conduziu-se com bravura no conflito.⁶

Sobre esse entendimento da guerra e do que seria a nação para esses soldados/peões é revelador. É o que nos conta Dionísio Cerqueira, jovem alferes do Exército Imperial, baiano, militar de carreira, frequentador dos bancos escolares da Corte do Rio de Janeiro, quando em 1865 travou os primeiros contatos com os contingentes do Rio Grande do Sul:

De vez em quando, ouvíamos clamar em tom de motejo aos camaradas do norte, quando as lufadas glaciais passavam gemendo: “Mandai, Mãe do Deus, mais alguns dias de Minuano para acabar com tudo que é baiano”. Baiano, para aquela gente simples e boa, era o brasileiro que não nascera na sua província. Para eles, o Brasil dividia-se em duas partes: uma, muito grande e de bons ginetes, a que davam o nome de Província; a outra — a Bahia — pequena, e de gente que não sabia montar a cavalo.⁷

Outra evidência de como essa relação entre as fazendas e estâncias platinas se articulava com o serviço militar e com a mobilização para a guerra, temos, no caso argentino, o seguinte decreto de 1815, que ditava:

Todo hombre de campo que no acredite tener propiedades legítimas o tierras de qué subsistir, será reputado sirviente, y obligado a llevar papeleta de conchabo de su patrón, visada cada tres meses por el juez de paz, so pena de declarársele vago y castigado con cinco años de servicio mi-

litar obligatorio, o, si no sirviera para ese destino, con dos años de conchabo obligatorio a cargo de un patrón, la primera vez y de diez años la segunda, en caso de reincidencia.⁸

A típica guerra à gaúcha do início do conflito

Até meados do século XIX, o Brasil irá, por diversas vezes, intervir na região platina, seguindo duas orientações previamente estabelecidas pela diplomacia imperial: a livre navegação dos rios da região (estuário do Prata, Paraná e Paraguai) e a existência e integridade territorial do Paraguai e Uruguai em detrimento da hegemonia de Buenos Aires.

Nesse sentido, desde a perda da então Província Cisplatina (1828), forças militares brasileiras atuaram na região a mando do poder central da Corte do Rio de Janeiro, como no caso da deposição de Oribe, no Uruguai (1851), e de Rosas, na Argentina (1852), ou mesmo através da atuação dos próprios estancieiros gaúchos, muitos deles coronéis da Guarda Nacional, que, tendo seus interesses econômicos ou políticos contrariados, agiam nas regiões de fronteira tanto na parte uruguaia quanto nas províncias argentinas de Misiones, Corrientes e Entre Ríos.

Esse circular entre os países e províncias da região era facilitado também pelos aspectos físico-geográficos locais, tendo como paisagem natural a Campanha Gaúcha⁹ a dominar a maior parte da região.

A mobilização militar ocorrida nessas intervenções platinas por parte do Império já sinalizava um aumento considerável dos efetivos em combate — cerca de 25.000 ho-

mens da coligação do Império com o Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes, só para citar como exemplo a Batalha de Monte Caseros (1852). No entanto, dois importantes elementos da guerra à gaúcha ainda estavam presentes, mesmo nesse caso, de uma tropa de considerável efetivo: o apoio de alguma facção política local, o que facilitava toda a logística necessária à manutenção da tropa pronta para o combate, e o fator tempo, a outra característica que julgamos fundamental nesse tipo de clássica guerra limitada.¹⁰

De fato, até a guerra contra o Paraguai, os custos da mobilização foram comparativamente baixos, já que o Governo Imperial não carecia de uma liberação excessiva de recursos. Investiu-se basicamente em uma armada regionalmente poderosa como elemento de dissuasão.

A utilização da Guarda Nacional, que se confundia com a própria peonada armada das estâncias gaúchas, com seus patrões/coronéis, e de pequenos contingentes do Exército regular, em sua maioria artilheiros e infantes, foi suficiente para exercer a hegemonia imperial na região. Além disso, com a possibilidade de se contar com aliados nas elites platinas descontentes das regiões em que o Brasil intervinha, a obtenção de tropas e mantimentos tornava-se mais fácil, e as forças responsáveis pela retaguarda não eram comprometidas.

Nesse sentido, como principal administrador das atribuições coercitivas, o poder central da Corte do Rio de Janeiro convocava os estancieiros, através da Guarda Nacional, para auxiliar nas intervenções relativas à “pacificação do Prata”. Enquanto

se tratava de intervenções de curta duração, é certo que o Estado brasileiro pôde contar com o auxílio desses segmentos, já que os custos dessas mobilizações não ameaçavam nem prejudicavam o controle das atividades produtivas, em especial a base da economia escravocrata.

Assim, até a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a disposição para cooperar nas ações bélicas no Prata esteve sempre relacionada aos interesses dos estancieiros gaúchos, os quais, dotados de um grau mais elevado de autonomia quanto à tomada de decisões, viviam em atritos, principalmente na fronteira com o Uruguai. Por isso, é bastante simbólico o ato conhecido do estancieiro e coronel da Guarda Nacional Antonio de Souza Netto, que, no período das tensões pré-guerra em 1864, veste seu uniforme militar e vai à Corte do Rio de Janeiro em entrevista com o próprio imperador D. Pedro II, exigir a intervenção do Império no Uruguai em favor dos interesses dos súditos gaúchos, o que de fato, foi atendido.

Ao voltarmos nosso olhar para o início do conflito da Guerra da Tríplice Aliança (1864/65), percebemos que o Paraguai conseguirá uma sequência de rápidas vitórias seguindo também os princípios desse modo de guerrear, que se baseava, entre outras características já apontadas, na utilização da surpresa, nas ações rápidas da cavalaria, no conhecimento do terreno e no aproveitamento do butim de guerra para alimentação e alojamento das tropas.

Isso se dará tanto no Teatro de Operações Norte, na invasão do Mato Grosso, quanto no Teatro de Operações Sul, na invasão da província argentina de Corrientes

e de algumas cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul no Império.

Nesse contexto, cai sob controle paraguaio no ano de 1865 uma parte do sul da província brasileira do Mato Grosso e as vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana na província do Rio Grande do Sul, além da província argentina de Corrientes.

Analisar essa primeira fase da guerra é perceber as ações pontuais de chefes militares locais, atuando de forma isolada e descoordenada com as forças de resistência dos países invadidos, Argentina e Brasil, apesar dos evidentes episódios de heroísmo relatados à posteridade, como nos casos do Forte de Coimbra e da Colônia Militar de Dourados, em Mato Grosso, ou mesmo da ação de Paunero e Manuel Lagraña na tentativa de recuperar Corrientes em poder dos paraguaios, entre outras tentativas conhecidas de barrar o avanço paraguaio.

O que não deixa de ser curioso é que, ainda nessa primeira fase de ofensiva paraguaia, um elemento alheio à guerra gaúcha entrará em cena e decidirá estrategicamente a guerra: a força naval; e a consequente supremacia dos rios, conquistada pela Armada Imperial após a vitória na Batalha Naval de Riachuelo, em 11 de junho de 1865.

Após a derrota de Riachuelo e a Rendição em Uruguaiana, em 16 de setembro de 1865, na qual o exército invasor comandado pelo tenente-coronel Antonio de La Cruz Estigarribia rende-se com mais de 5.000 soldados, inicia-se a fase da contraofensiva aliada.

No entanto, devemos salientar que, apesar do grande esforço e dos recursos empregados nessa fase da guerra, nunca vistos

até então na região, nota-se que os comandantes militares que irão dar continuidade às operações militares serão, em sua maioria, os mesmos chefes, patrões, estancieiros, caudilhos e coronéis da Guarda Nacional e generais em comissão (brigadeiros), inseridos na mesma ótica e ética da “guerra à gaúcha”.

Será nessa fase a corriqueira denúncia de ambos os lados da utilização da degola, tão comum à época e tão natural, à falta de um serviço eficiente de prisioneiros de guerra e de leis e regulamentos militares. Sobre a prática das degolas que ocorreram durante o conflito, cabe salientar que uma das hipóteses desse artigo é refletir sobre essa prática guerreira no contexto e como característica dessa “Guerra à Gaúcha”, que, por sua vez, se modificou durante a Guerra da Tríplice Aliança, mais especificamente no comando de Caxias.

Nesse sentido, a “degola” que irá ser admitida ou tolerada, no início do conflito — mesmo que, na maioria das vezes, por orientais, argentinos e gaúchos brasileiros — passa depois a ser inclusive reprimida, apesar de, pontualmente, ainda existirem casos isolados na fase final da guerra, como o relatado por Francisco Doratioto na decapitação comandada pelo conde D’Eu do coronel paraguaio Caballero. Interessante perceber que, após o término do conflito, afastado o Exército profissional como



Figura 2 – Antonio de Souza Netto proclamando a República de Piratini no contexto da Revolta Farroupilha

Fonte: óleo sobre tela de Antonio Parreiras (acervo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

Fotografia: acervo do jornal Correio do Povo (Porto Alegre-RS)



Figura 3 – General Antonio de Souza Netto com uniforme do Exército do Imperial

Fonte: óleo sobre tela de Azevedo Dutra (acervo do Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre-RS)

Comentário do autor: Participou de toda a primeira fase da Guerra do Paraguai. Morto em decorrência de ferimentos na Batalha de Tuiuti (1866).

ator principal, essa prática irá se repetir nos conflitos vindouros da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895).

Para termos uma ideia do esforço que o Império despendeu no período, é interessante verificar a **Tabela 1**, dos gastos do governo à época do conflito.

Período	Percentagem de gastos
1863-1864	21,94%
1864-1865	32,79%
1865-1866	49,56%
1866-1867	45,06%
1867-1868	45,15%
1868-1869	41,89%
1869-1870	42,30%

Tabela 1 – Percentagem dos Gastos com o Ministério da Guerra nas Despesas Gerais do Império (1863-70)

Fonte: CARREIRA, 1980, p. 402-462

Com a formalização da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai), em 1º de maio de 1865, e com a contenção dos ataques paraguaios no Teatro de Operações Sul, visto que o teatro do Mato Grosso obedecia a uma outra dinâmica, iniciou-se a marcha rumo ao território paraguaio sentido Sul-Norte, facilitada pelo retraimento das tropas de Lopez para o interior de seu país.

A invasão do Paraguai propriamente dita iniciou-se no ano de 1866, tendo os Aliados subido o curso do rio Paraguai a partir do Passo da Pátria. A primeira posição a ser tomada foi o Forte de Itapiru. Após a ocupação do Passo da Pátria (23 de abril de 1866) e a Batalha de Estero Bellaco (2 de maio de 1866), as forças aliadas acamparam nos pântanos de Tuiuti, em 20 de maio de 1866, onde sofreram um ataque paraguaio quatro dias depois.

Analisar essas diferentes batalhas sob o enfoque que estamos procurando evidenciar no presente trabalho é observar como os elementos que caracterizam esse modo de fazer a guerra estavam evidentes nesses entreveros, tendo, no entanto, um elemento novo, que irá desestabilizar todo esse modelo vigente: o aumento considerável do efetivo em combate.

A falta de experiência de se organizar e de se colocar em marcha eficazmente um grande exército composto de três nações irá fazer com que epidemias, fome, falta de cavalos, de uniformes e calçados, entre outros problemas logísticos, sejam comuns na condução do conflito, pagando-se um alto preço em vidas por tais erros e condutas.

Ricardo Salles, ao comentar esse período da guerra, discorre que

Nos primeiros meses do conflito, o grosso do contingente era composto por gaúchos que formavam os corpos de cavalaria. O estilo caudilho de guerrear, que, aliás, já era uma marca do próprio comandante das tropas brasileiras, Osório, caracterizava-se pela improvisação no que diz respeito às provisões de guerra; vivia-se do terreno.¹¹

Desses ataques de cavalaria nessa fase, passarão para a história militar as famosas “cargas” da vanguarda do general Andrade Neves, barão do Triunfo, com sua *caballería loca de cuenta* (“cavalaria louca varrida”, como era conhecida e temida pelos paraguaios). O que se percebe é que, ao adentrar em território paraguaio, essa grande massa de combatentes acabou tendo que enfrentar uma nova realidade da guerra nessa região: a terra arrasada, os entrenchamentos e a guerra de posição, pois, até então, os con-
fli-

tos no rio da Prata tinham sido de curta duração, com uso predominante de cavalaria e artilharia em batalhas campais decisivas.

A derrota de Curupaiti e a exaustão do modelo de guerra à gaúcha

Após a Batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, muitos foram os críticos, à época, da inércia evidenciada pelas tropas aliadas pelo não prosseguimento em aproveitamento do êxito após a vitória, rumo ao Norte em direção a Curuzu e Curupaiti, o que possivelmente destruiria o restante do exército paraguaio em retirada.

Na verdade, não havia cavalos para realizar tal manobra, a linha de abastecimento estava em seu limite operacional, havia problemas com fornecedores de toda ordem, falta de pagamentos de soldos, divergências entre os chefes aliados, entre outras questões, o que demonstrava como a marcha até ali tinha sido realizada a duras penas.

De fato, até a região de Tuiuti, entre vitórias e derrotas, prosseguiu a marcha dos exércitos em sua direção geral, mas não no ritmo e velocidade que se esperava. Nas palavras do comandante em chefe do Exército Aliado, o presidente argentino Bartolomé Mitre: “em vinte e quatro horas, estaremos nos quartéis, em duas semanas, em Corrientes e, em três meses, em Assunção”.¹²

Desse modo, ao analisar a derrota do ataque aliado a Curupaiti, como ícone nesse conflito do fim do modelo de guerra que chamamos de “à gaúcha”, pontuaremos algumas características dessa batalha que se enquadram em nosso objeto. Vamos a elas:

- Antes do ataque propriamente dito,

os aliados aceitaram a conferência de Iataiti-Corá, proposta por Solano Lopez, típica reunião entre chefes caudilhos, em que se fizeram presentes o argentino Bartolomé Mitre, o uruguaio Venâncio Flores e o paraguaio Solano Lopez (os brasileiros não enviaram representante para reunião, dizendo-se desautorizados pelo imperador e pelo Tratado da Tríplice Aliança), o que, de fato, concedeu tempo às forças paraguaias para fortificarem ainda mais Curupaiti.

- Existência de sérias divergências entre os principais líderes e representantes do Exército Aliado: Mitre, Flores, Porto Alegre, Tamandaré e Polidoro. Interessante notar que além de gaúchos de nascimento, Porto Alegre e Tamandaré eram primos, ou seja, excetuando o general Polidoro Jordão, visconde de Santa Teresa, todos os outros poderiam ser enquadrados nessa perspectiva do pensamento de guerra à gaúcha na compreensão intelectual de se pensar a guerra.
- Desconhecimento do terreno.
- Não aproveitamento efetivo da armada no ataque principal, o que caracterizaria uma eficaz operação combinada.
- Realização de um ataque frontal a uma posição defensiva sem a utilização do flanqueamento ou envolvimento da mesma.

Cabe aqui uma citação extraída de *Maldita Guerra*, de Francisco Doratioto (2002), sobre o ataque a Curupaiti:

Segundo testemunho paraguaio, os aliados avançavam com vistosos uniformes e bandas de música, para cadenciar o avanço de infantaria; os oficiais montavam cavalos e, devido a seus “reluzentes uniformes de gala”, constituíram em alvos fáceis para os atiradores paraguaios. “Era impressionante vê-los avançar com muita galhardia, como se fossem para uma festa ou um desfile militar”, causando a impressão de estarem seguros da vitória.¹³

A chegada do marquês de Caxias — o rompimento de um paradigma

Se analisarmos todos os cinco anos do conflito, fica evidente que a derrota de Curupaiti pôs em cheque todo o desenvolvimento da guerra, desde seu comando, sua condução, até seus motivos e razões para a sua continuidade.

Diversos acontecimentos se precipitaram em decorrência desse momento: o comandante das forças uruguaias, o general Venâncio Flores, se retira da guerra, explodem rebeliões em várias províncias argentinas, forçando o comandante em chefe do Exército Aliado, o general Bartolomé Mitre, a também se retirar, com mais de 5.000 soldados argentinos, para tentar conter a guerra civil que se instalara em seu país, e, em 10 de outubro de 1866, o Império brasileiro nomeia o então marquês de Caxias como novo comandante das tropas brasileiras. Em 17 de novembro de 1866, Caxias chega ao Forte de Itapiru (Passo da Pátria) no Paraguai. O comandante da Esquadra Brasileira também é trocado: sai Tamandaré e assume o vice-almirante Joaquim José Ignácio, visconde de Inhaúma.

Deixemos o próprio Caxias contar

como encontrou o Exército em Campanha:

O 1º Corpo de Exército ocupava Tuiuti, e o 2º Corpo, Curuzú. Cavalos só cerca de 3.000 e em mau estado. A Cavalaria do 2º Corpo estava a pé. Não havia carros e bois de carretas para qualquer movimento. Os dois Corpos de Exército pareciam de países diferentes, tais as disparidades que apresentavam. Era preciso centralizar tudo. E isso demandava tempo... Cumpro o dever de lealdade declarando que, em todo este trabalho, sempre fui perfeita e completamente auxiliado pelo governo (Gabinete Liberal) de quem recebi as maiores provas de confiança que era possível receber. Assim correram as coisas nos primeiros 14 meses.¹⁴

De fato, evidencia-se que, nessa primeira fase do conflito, a organização militar ainda obedecia ao padrão precário das lutas dos estancieros e caudilhos do Sul. Entretanto, o contingente empregado era tão numeroso, que não se podia viver do terreno, isto é, do saque, em território de um aliado. Esses chefes militares, caudilhos e oficiais da Guarda Nacional com experiência de comando de tropas de pequenos efetivos ou de grupos e esquadrões de cavalarianos armados, viram-se às voltas com as complexidades logísticas de organização de um grande contingente militar, de questões sanitárias, confecção de mapas dos terrenos inexplorados, de comércio nos acampamentos, entre outras demandas, que uma guerra moderna para os padrões da época exigia.

Somente com a chegada do marquês de Caxias — o militar de maior prestígio no Império — ao teatro de operações em 1866 é que se passou a ter uma atenção sistemática para os aspectos organizacionais do exér-

cito em campanha, rompendo paradigma da época, inovando em táticas e estratégias militares, utilizando-se de experiências e tecnologias conhecidas das guerras mais recentes, como por exemplo, a Secessão Americana (1860-65) e a da Criméia (1853-56).

Procurando dar um panorama do que Caxias encontrou ao chegar no *front*, Izecksohn (1997) arremata:

O ano de 1867 se constituiu num momento extremamente difícil para a condução da guerra contra o Paraguai. As tropas que haviam empreendido a primeira etapa daquela campanha encontravam-se imobilizadas numa região pantanosa. Seus aliados argentinos, em sua quase totalidade, haviam-se retirado do teatro de operações em decorrência das revoltas então latentes nas províncias de Corrientes e La Rioja, transferindo toda a responsabilidade pelas ações em território inimigo às forças brasileiras, uma vez que tropas aliadas (Uruguaias), além de inexpressivas, haviam sido numericamente dizimadas na Batalha de Tuiuti (24/05/1866). O moral das tropas era baixo, e o descontentamento começava a ser refletir na imprensa da Corte, nos discursos dos parlamentares de oposição e na ameaça, sempre presente, de rompimento da Aliança.¹⁵

Curupaiti, como ponto de inflexão da guerra, influenciou inclusive no recrutamento de combatentes para o conflito. Se, no início da Guerra, coube à província do Rio Grande do Sul o maior número de combatentes, a partir de 1867, essa participação cairá bastante. Regiões mais distantes da área do conflito, como o Norte e o Nordeste, contribuíram durante os anos de 1867 e 1868 com a maior parte das tropas enviadas ao Paraguai. Províncias como Bahia,

Pernambuco e Minas Gerais recrutaram muito mais que aquelas normalmente acostumadas às convocações guerreiras, como o Rio Grande do Sul, atestando o desgaste proporcionado pela guerra e a consequente necessidade de se dar à campanha uma dimensão de esforço nacional.

Mas, será na parte da tática e da estratégia militar, do apoio logístico e do uso de novas tecnologias que o comando do marquês de Caxias romperá o impasse que se criou. Decerto, a guerra de posições, à base de trincheiras e melhoramentos do terreno, através da construção de pontos fortificados, foi a eficiente resposta que Solano Lopez deu à guerra à gaúcha dos primeiros anos do conflito.

No entanto, foram os flanqueamentos realizados pelas tropas aliadas, sob o comando de Caxias, que, em última análise, cortaram a rede de apoio logístico e de comunicações dos paraguaios, forçando Solano Lopez a várias batalhas, que sucessivamente foram destruindo o Exército Paraguaio; essa análise tanto vale para a ocupação da Fortaleza de Humaitá quanto para a linha fortificada de Piquissiri.

Francisco Doratioto, em um artigo na revista *Da Cultura*, bem observa essa questão, quando atesta que

A guerra de posições, de trincheiras, era uma realidade nova, pois, até então, como procuramos evidenciar, os conflitos no rio da Prata tinham sido de curta duração, com uso **predominante de cavalaria e artilharia em batalhas campais decisivas**.¹⁶ (grifo nosso)

Caxias percebeu que a derrota de Curupaiti, a longa duração da guerra e as condições climáticas e do terreno em que eram travados os combates comprometeram

diferentes aspectos do Exército no teatro de operações.

Reorganizou a tropa em novas brigadas e batalhões, recompondo-a em efetivos e armamento; treinou, mesmo sob fogo inimigo, civis recém-alistados bem como ex-escravos, libertos sob a condição de lutarem no Paraguai; disciplinou a tropa; comprou cavalos e animais de tração e melhorou as condições de higiene dos soldados, reduzindo a mortandade decorrente de doenças.

Realizou obras adicionais de defesa, transformando o acampamento de Tuiuti em verdadeira posição defensiva, criando sólida base, da qual poderia, mais tarde, promover ações ofensivas. Enquanto aguardava a chegada do reforço do 3º Corpo de Exército, que estava sendo organizado pelo general Osório, no Rio Grande do Sul, mapeou a região em volta de Tuiuti e identificou as posições inimigas.

Com essa finalidade, tomou a iniciativa pioneira, antes só promovida durante a Guerra Civil norte-americana, de utilizar dois balões cativos, apesar de o trabalho de observação ficar comprometido pelos nevoeiros e, ainda, pelas inúmeras fogueiras que os paraguaios faziam para dificultar a visão de suas posições.

Caxias também se preocupou com os serviços médicos e as condições de vida em Tuiuti. Ele cuidou seriamente da hospitalização, disponibilizando ambulâncias para socorrer os

feridos; forneceu à tropa vestuário apropriado ao clima paraguaio; melhorou a alimentação e as condições de higiene no acampamento. Na questão sanitária, a tropa brasileira que Caxias encontrou estava desfalcada pelos combates e doenças em 1/3 do efetivo com que contava ao transpor o rio Paraná, apesar dos reforços de recrutas que recebera nesse período.

Para cuidar de tantos soldados doentes, havia 11 hospitais brasileiros na região: dois no Uruguai, dois em Buenos Aires (esses quatro foram unificados por Caxias em um só, em Montevideu), três em Corrientes, um em Cerrito, um em Itapiru, outro no Passo da Pátria e um em Tuiuti.¹⁷

Ao assumir o comando em chefe, o marquês ficou impressionado com o número de militares enfermos e ordenou que uma comissão de saúde, comandada pelo coronel Pinheiro Guimarães, os inspecionasse; em 15

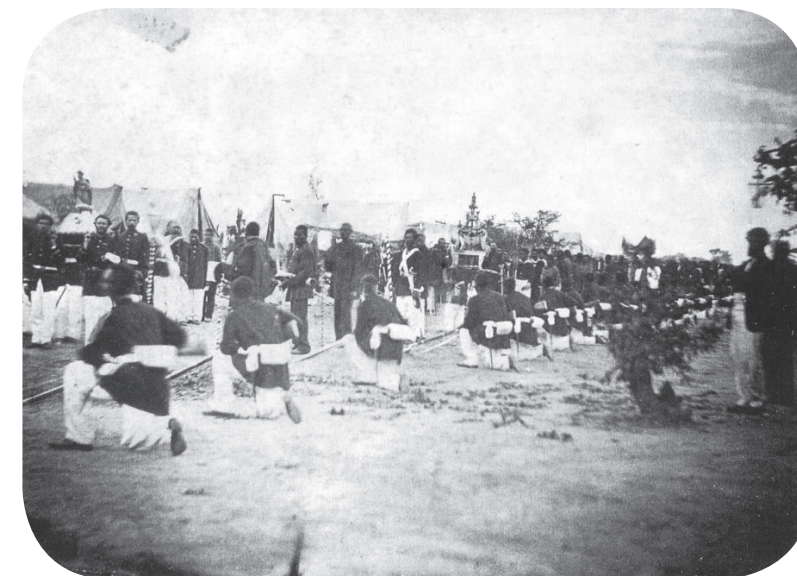


Figura 4 – Serviço religioso no acampamento brasileiro em Tahy

Fonte: Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional

Comentário do autor: Procissão à Nossa Senhora da Conceição em maio de 1868, já no comando de Caxias.

dias, dois mil falsos doentes, aptos para o serviço militar, foram despachados para o acampamento em Tuiuti.

A organização proposta pelo novo comando centralizado brasileiro chegava aos detalhes. Quando o exército esteve acampado em Tuiuti, os “comerciantes” que o seguiam eram tão numerosos, que formavam uma pequena cidade. Caxias adotou algumas medidas para organizar a presença dos comerciantes nos acampamentos militares. Na Ordem do Dia de 26 de novembro de 1867, determinou que fosse criado um corpo com a denominação de Voluntários do Comércio. Essa tropa seria composta pelos comerciantes estabelecidos nos acampamentos, havendo um para cada quarteirão, diretamente subordinados ao inspetor de polícia do campo. Assim, os próprios comerciantes, acrescidos de todos os que seguiam o exército de campanha, ficavam encarregados de defender suas propriedades por ocasião dos combates.

No ano seguinte, em 1868, Caxias baixou novas instruções para ordenar a presença desse comércio. Os acampamentos militares e as unidades de marcha ficariam assim: primeiro, vinha um Corpo de Exército; em seguida, a Pagadoria e o Corpo de Transporte; depois vinha o segundo Corpo de Exército; seguiam-se as Bagagens; depois, o Transporte e o Forneimento; por fim, o Comércio.¹⁸

Foram 14 meses de reorganização, mas outro exército emergiu naquele conflito, feito nos campos de batalha do Paraguai. Sob o comando do marquês de Caxias, uma série de paradigmas e procedimentos, até então adotados comumente nas lutas platinas, vai cair em desuso nessa Campanha para, só a partir daí, o Exército Aliado marchar como um corpo organizado rumo a Assunção.

Conclusão

Como procuramos demonstrar, a organização militar dos primeiros contingentes enviados à guerra obedeceram ainda, em larga escala, aos padrões “caudilhescos” e improvisados que predominavam nos conflitos platinos anteriores à Guerra da Tríplice Aliança.¹⁹ Até então, eram guerras pontuais, que, por diversas vezes, foram decididas em uma batalha específica, na qual, após a vitória, o vencedor oferecia ao vencido as suas condições e exigências.

Um dado importante que procuramos evidenciar encontra-se no fato de que, nos primeiros anos do conflito, a maior parte do contingente era composta por gaúchos, que formavam os corpos de cavalaria. O estilo platino de guerrear, tendo como exemplo típico o primeiro comandante das tropas brasileiras, o general Osório, caracterizava-se pela improvisação no que diz respeito ao apoio logístico de guerra; vivia-se do terreno.

Não é à toa que, em Passo da Pátria, começo da invasão do território paraguaio, o grosso da cavalaria brasileira já não dispunha de cavalos. Isso também se refletia em toda rede de suprimento: tudo era novo, mais complexo e de grandes magnitudes, desde as distâncias geográficas aos contingentes mobilizados.

A Guerra do Paraguai, nesse sentido, trouxe consigo um elemento novo para a época: o desgaste pelo fator tempo. Quando a guerra chegou a um impasse após a derrota de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, ficou claro que a vitória sobre o inimigo requereria esforço concentrado e organizado, o que de fato só ocorreu a partir do comando do marquês de Caxias, em 1867, decorrido mais de um ano e meio de hostilidades.

Caxias teve de reorganizar o Exército Imperial e pôr fim, inclusive, às disputas políticas entre seus chefes, de modo a criar condições para vencer o conflito. Para isso, tornou mais eficientes as tropas brasileiras na guerra, fortaleceu a posição do Exército e ampliou sua autonomia em relação ao Governo brasileiro, de modo a ter agilidade de comando nas ações de combate.

Foi inclusive essa relativa autonomia que permitiu ao Exército construir, no período da guerra, uma identidade própria, dissociando-a, paulatinamente após o término do conflito, do Estado monárquico para associá-la ao conceito de Nação. Como bem observa Salles (1990),

a guerra do Paraguai — por sua magnitude e devido a opor estados nacionais centralizados e não forças regionais — colocou no centro dos acontecimentos um aparato militar do Império que até então desempenhara funções secundárias: o exército regular.

Foram dois anos de acampamento, amontoando milhares de seres humanos em uma faixa relativamente estreita de terreno, sob fogo de artilharia inimiga, enfrentando escaramuças e pequenos combates de reconhecimento, com alimentação deficiente, sob administração militar que se reinventava nesse novo tipo de guerra.

Ao estudarmos essa guerra, fica evidente que a campanha do Paraguai requereu um grande esforço por parte das autoridades brasileiras, ultrapassando inclusive as questões político-partidárias do Império. A manutenção da tropa e do equipamento exigiu uma completa mudança nos métodos de guerrear. Era necessário um cuidado com o abastecimento e com as questões logísticas como um todo. Pelas circunstâncias, o Estado Imperial e o Comando

do Exército viram-se obrigados a montar uma poderosa máquina administrativa para dar conta dessas novas missões.

Nessa perspectiva, o que se percebe é que, sendo a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) um marco na formação dos estados nacionais que se envolveram no conflito, o comando do marquês de Caxias, por seu caráter inovador de fazer a guerra, é o ponto de inflexão fundamental para se entender o conflito como um todo e as inovações estratégicas, táticas e operacionais em particular. Dogmas sobre tática militar de época, como aqueles que diziam que as montanhas e os pântanos eram terrenos intransponíveis, são rompidos de uma forma até então original.

Notadamente, a presença de Caxias no comando das Forças Brasileiras na Guerra do Paraguai normalmente é associada aos movimentos estratégicos e aos grandes combates de dezembro de 1868, na chamada “Dezembrada”. Essas ações, porém, foram viabilizadas graças à sua atuação como organizador e disciplinador da tropa nos críticos anos de 1866 e 1867.

É perceptível, nesse contexto, que as guerras “limitadas” platinas não puderam dar conta dessa nova complexidade, que o conflito com o Paraguai trouxe consigo.

Foi preciso, de fato, uma total mobilização dos recursos humanos, comerciais, agrícolas, militares, naturais e tecnológicos, particularmente do Brasil e do Paraguai, de modo a anular a capacidade de retaliação do adversário, evidenciando assim que características de uma “guerra total” já puderam ser percebidas nesse grande conflito bélico, que envolveu os países da região. 🌐

Referências

Fontes primárias

CAXIAS, Duque de – Luís Alves de Lima e Silva. *Campanha do Paraguai*. Diários do Exército em Operações. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Coleção Caxias.

Annaes do Senado do Império do Brasil. Segunda Seção em 1870 da 14ª Legislatura, de 1 a 31 de julho. Vol.II.

Lei nº 602, de 1850 – *Dá nova organização à Guarda Nacional do Império*. Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil.

Fontes secundárias (livros e revistas)

BORMANN, José Bernardino. **História da Guerra do Paraguai**. Curitiba: Imprensa Paranaense Editores Jesuino Lopes, 1897.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História Financeira Orçamentária do Império no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

CUNHA, Marco Antonio. **A Chama da Nacionalidade: Ecos da Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000.

DORATIOTO, Francisco F. M. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Caxias na Guerra do Paraguai. Os anos críticos de 1866 e 1867. **Da Cultura**. Rio de Janeiro: FUNCEB, Ano III, nº 5, 2003.

_____. Guerra e regeneração: três estudos sobre o Paraguai. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 2, 2005.

FRAGOSO, Augusto Tasso - **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. 5v., Bibliex, Rio de Janeiro, 1950.

IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997.

POMER, León. **Historias de Gauchos y Gauchisoldados**. Buenos Ayres: Libros de Indoamerica, Colihue, 2007.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

THOMPSON, George. **Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. RJ: Civilização Brasileira, 1968, p. 140.

² CUNHA, Marco Antonio. A Chama da Nacionalidade – Ecos da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000, pp. 21-22.

³ Lei nº 602, de 1850 – *Dá nova organização à Guarda Nacional do Império*. Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-602-1850-559843-publicacaooriginal-82255-pl.html>.

⁴ IZECKSOHN, Vitor. O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997, p. 81.

⁵ **Rebelião Farroupilha ou Guerra dos Farrapos**: Entre as revoltas que ocorreram durante o Período Regencial do Império, foi a mais longa. A rebelião contra o poder central levou as províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a proclamar duas repúblicas independentes do governo imperial. A origem do conflito estava na insatisfação dos proprietários rurais gaúchos, que administravam a produção de charque (carne-seca), gado e couro e foram obrigados a pagar um imposto de 25% sobre essas mercadorias. Por outro lado, as mesmas mercadorias que eram produzidas na Argentina e no Uruguai pagavam uma taxa de impostos muito menor, de 4%.

⁶ BORMANN, José Bernardino. *História da Guerra do Paraguai*. Curitiba: Imprensa Paranaense Editores Jesuino Lopes, 1897, I vol., p.83.

⁷ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*, 1865-1870. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980. p. 72.

⁸ POMER, León. Historias de gauchos y gauchisoldados. Buenos Aires: Libros de Indoamerica, Colihue, 2007, p. 52.

⁹ Pampa, Pampas, Campos do Sul, Campos Sulinos e Campanha Gaúcha são termos que se referem à região pastoril de planícies com coxilhas localizada no sul da América do Sul. Abrange a metade meridional do estado brasileiro do Rio Grande do Sul (ocupando cerca de 63% do território do estado), o Uruguai e as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Córdoba, Entre Ríos e Corrientes.

¹⁰ **Guerra limitada**: Campanhas rápidas visam atingir objetivo político ou econômico com o menor desgaste possível. Seria uma modalidade específica de guerra, limitada no tempo e no espaço, com objetivos pontuais claros e bem definidos, geralmente envolvendo um cálculo razoável da relação custo-benefício da escalada do conflito, bastante comum nos séc XVIII e XIX.

¹¹ SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 124.

¹² THOMPSON, George. Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Conquista, 1968, p. 54.

¹³ DORATIOTO, Francisco F. M. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 243.

¹⁴ Annaes do Senado do Império do Brasil. Segunda Seção em 1870 da 14ª Legislatura, de 1 a 31 de julho. Vol.II, p. 37.

¹⁵ IZECKSOHN, Vitor. O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997, pp. 24-25.

¹⁶ Revista Da Cultura, Ano III, nº 5, p. 14.

¹⁷ DORATIOTO, Francisco. Caxias na Guerra do Paraguai. Os anos críticos de 1866 e 1867. In: Da Cultura (revista), Ano III, nº 5.

¹⁸ Caxias. Duque de – Luís Alves de Lima e Silva. *Campanha do Paraguai*. Diários do Exército em Operações. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Coleção Caxias.

¹⁹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra, SP, 1990, p. 94.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440

FHE

Fundação
Habitacional
do Exército

POUPEX

Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

POUPEX

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.

JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG



Escola Sul-Americana de Defesa, identidade cultural e bolivarianismo

Assimetrias na integração dos estudos de defesa

Rodrigo Pereira Pinto*

Introdução

Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) foi criada em 17 de abril de 2015 para a “elaboração de políticas de defesa e, também, a capacitação de civis e militares nos assuntos de defesa e segurança regionais” (PEREIRA, 2015). A Escola foi fundada em Quito, no Equador.

Fatores dos mais diversos acabaram configurando o subcontinente Sul-Americano como um dos mais estáveis em termos de defesa, criando um ambiente praticamente livre de anacronismo e divergências que impossibilitem a cooperação e integração no âmbito da segurança e defesa regional.

As fronteiras entre as nações da América do Sul estão praticamente consolidadas, sendo espaços que favoreceriam a integração regional, não fosse a existência de diversas assimetrias, que podem constituir obstáculos ao estudo integrado dos assuntos de segurança e defesa. Neste trabalho serão destacadas as assimetrias culturais, que têm origem nas identidades existentes no ambiente sul-americano.

As diferentes origens, a grande diversidade cultural e divergentes identidades

em presença são causas de antagonismos que podem constituir obstáculos para que a ESUDE atinja os objetivos propostos no momento de sua criação.

A ESUDE

A Escola Sul-Americana de Defesa foi criada a partir do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e do Centro de Estudos Estratégicos (CEE). A Escola surgiu da intenção de compartilhar concepções de defesa e facilitar o conhecimento acerca da Base Industrial de Defesa (BID) dos países membros.

A Escola Sul-Americana de Defesa, com sua inauguração ocorrida em Quito, no Equador, irá agregar conhecimento e qualidade às pesquisas elaboradas pelo Centro de Estudos Estratégicos (criado em 2011 pelo CDS), pois seu principal objetivo é a formação de equipes especializadas em Defesa e Segurança Regional, tanto de civis quanto militares, com ligação às forças armadas dos países sul-americanos. (VIEIRA, H. et al., 2015)

Mais do que pensar concepções estratégicas nos campos da segurança e da defesa (papel que cabe ao Centro de Estudos Estra-

* Maj Inf (AMAN/00, EsAO/09). Atualmente, é aluno da ECEME. (rodipinto@hotmail.com)

tégicos), a ESUDE busca prioritariamente a formação de quadros militares e civis nos estudos de defesa e segurança regional (NA-FALSKI, 2010, p. 96-97). Assim, militares e civis passarão a receber uma formação mais voltada à realidade da defesa na América do Sul (CARMO, 2015).

No complexo ambiente da integração sul-americana, que compreende a dimensão econômica, política e de segurança (CERVO, 2008, p.02), a expectativa é que a ESUDE se afirme como uma instituição de ensino capaz de

[...] promover uma visão conjunta da defesa e da segurança regional em uma perspectiva **multicultural**, de diversidade e pluralidade, que pretende contribuir para a consolidação da integração regional do bloco sul-americano, conciliando a **identidade regional** com os múltiplos interesses dos países que compõem o bloco. (FERREIRA; FONSECA; e COSTA, 2016 – **grifo nosso**)

Assim, o que se espera da ESUDE é que possa propor estudos e apresentar soluções para os temas que afetem a segurança e a defesa regional, considerando o multiculturalismo existente, sendo capaz de “abandonar velhas rivalidades e criar uma maior conversão regional para temas de Segurança e Defesa” (VIEIRA, H. et al, 2015).

Para atingir seus objetivos, a ESUDE ofereceu em 2016 um total de quatro cursos: Curso Sul-Americano de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos; Curso Avançado de Defesa Sul-Americano para Altos Funcionários (civis e militares) dos Ministérios da Defesa; Curso Sul-Americano de Defesa e Pensamento Es-

tratégico; e Curso sobre Perspectiva de Gênero em Defesa. (ESUDE, 2016)

A concepção filosófica da Escola é ampla e profunda, permeando as diversas formas de expressão do poder nacional dos estados-membros. Sua ação deve ir além do campo militar, abordando o setor social, político, ambiental, econômico e de infraestrutura regional (VIEIRA, H. et al., 2015).

Sendo assim, os cursos ministrados sob a supervisão da ESUDE deverão balizar uma concepção sul-americana de defesa, em que serão considerados os aspectos regionais, as características psicossociais — as identidades nacionais — e as realidades econômicas existentes no subcontinente.

Identidade cultural

As discussões acerca do conceito de identidade, em um sentido sociológico, são amplas e dinâmicas. Entretanto, é possível estabelecer uma origem etimológica que facilite o entendimento do termo.

A palavra “identidade” tem origem no latim “*identitas*”, cujo significado é “a mesma coisa”, mesma origem da palavra “idem”, que significa “o mesmo”. Sabendo isso, conclui-se que “identidade” pode representar, não só o que é semelhante e comum, como também o que é capaz de representar a igualdade no coletivo.

Tamanho é a importância da cultura para a formação de uma identidade individual e coletiva, que existem culturas que ultrapassam nações. Segundo Moraes [ca.2012], mesmo que um estado desapareça, sua cultura pode permanecer existindo.

A busca ou o resgate das identidades vêm ganhando cada vez mais espaço na pesquisa acadêmica, como forma de compreensão das relações entre o Homem, a sociedade, o estado e o poder, como afirma Aguiar:

São mudanças políticas que trazem à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina contemporânea, reabrindo o tema da identidade, da multiculturalidade, ao passo que se trava uma aproximação entre a história latino-americana, a formação excludente dos nossos estados-nação, bem como o questionamento da herança colonial dentro dos atuais padrões de poder. (AGUIAR, 2016, p.274)

A relação entre estado e identidade é tão estreita que Cuche (2002, p.188) concluiu que um dos papéis do estado é ser o gestor da identidade que lhe cabe, instaurando instrumentos de controle sobre essa identidade. Nesse sentido,

a legitimação da Identidade de um povo, de uma nação, representa entre outros significados o reconhecimento de sua cultura, modo de vida, língua, costumes entre outras[...] (SOUZA, 2011, p. 34)
A construção de identidades vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. (CASTELLS, 1996, p.23)

Ainda nesse sentido, Hall (2002, p.62) afirma que são “características culturais — língua, religião, costume, tradições e sentimento de ‘lugar’”. Dessa forma, a identidade de um indivíduo será “definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2002, p.13).

A identidade cultural é um conceito mais restritivo no campo sociológico, sendo caracterizada pelas relações entre indivíduos, cercadas por significados que envolvem a percepção de semelhanças, pelo compartilhamento da língua, das expressões de arte, religiosas, bem como da percepção do trabalho (OLIVEIRA, 2010), servindo como um elemento capaz de unir os esforços dos membros de um grupo em prol de um objetivo comum, tal como a defesa (FERREIRA; FONSECA; e COSTA, 2016).

Com relação às questões culturais, o papel desempenhado pela divisão do trabalho tem particular importância na construção da identidade na América. Foi da repartição dos Homens pelo desempenho funcional que se fez a divisão das estruturas sociais que compõem o imaginário coletivo das nações sul-americanas. Assim, “os índios [...] passam a estar associados à estrutura social da servidão, os negros, à escravidão, e o europeu, ao trabalho assalariado” (QUENTAL, 2012, p.60).

Sobre a utilização da língua como fator de identificação, Hall (2002, p.40) afirma que ela é “um sistema social e não um sistema individual” e que “preexiste a nós”, ou seja, é um código atemporal, que precede as estruturas sociais, determinando uma cultura e influenciando na percepção da identidade.

A identidade cultural e o sentimento de nacionalidade são, muitas vezes, indissociáveis, impedindo que a análise de um ocorra sem a interpretação do outro, pois “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2002, p.47).

“A identidade e sentimento de pertencimento são construídos de forma coletiva” por aqueles que possuem um passado — uma origem histórica comum (FERREIRA; FONSECA; e COSTA, 2016). Sem esse sentimento de pertencimento “o sujeito moderno experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva” (HALL, 2002, p.48), que incapacita à vida em coletividade.

A construção da cultura nacional se faz pelo amálgama da história de determinado povo, que transparece na literatura nacional, nos versos e prosas que levam de um passado comum a um futuro desejado; pelo uso das tradições (das históricas e das inventadas); e pelo mito da fundação e gênese do povo.

Sendo assim, Hall (2002, p.49) destaca que não é possível entender a existência de uma nação como um fenômeno social isolado. Deve-se perceber que, além de uma entidade político-jurídica, a nação é uma entidade que produz sentido à existência, em um complexo sistema de representação cultural coletiva.

As culturas nacionais, ao produzir sentido sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2002, p.51)

Tendo por ponto de partida os fatores que constituem o sentido de identidade e sabendo que a identidade cultural é um dos pilares que permitem a existência das nações

modernas, pode ter início o estudo das divergências que configuram entraves à integração dos estudos de segurança e defesa na América do Sul.

Divergência cultural sul-americana

Uma vez que se conhecem os fatores que constituem a identidade de um povo e a complexidade de sua identidade cultural, percebe-se que não é possível estabelecer na América do Sul uma identidade regional única, que seja capaz de representar povos com tamanhas diferenças.

As diferenças existentes entre os povos sul-americanos são responsáveis pela percepção de estranhamento que gera distanciamento entre os povos da região. Nem mesmo a semelhança advinda de um passado histórico comum pode romper esse processo de estranhamento.

Dentre os diversos fatores capazes de gerar divergências e antagonismos na América do Sul, destaca-se que

É enorme a variedade, a diversidade cultural, institucional e social entre nossos vizinhos. As pessoas são acolhedoras, as culinárias são riquíssimas, as paisagens e a música são atrativas. Nem tudo, porém, foi até hoje captado pelos brasileiros. (PATRIOTA, 2012, p.16)

É necessário levar em consideração que o ambiente sul-americano é composto por países com identidade própria, altamente miscigenados, com diferentes culturas, personagens e políticas. Essa diversificação gera antagonismos que dificultam a integração dos estudos de defesa em ambiente

acadêmico. Em verdade, o maior indicativo dessas divergências está na ausência de um consenso sobre o que é ser *sul-americano* (JUNIOR, 2008, p.17).

O sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1975) tentou retratar a América Latina como uma área com semelhança sociológica, caracterizada por uma origem hispânica comum, pois, na América do Sul, encontram-se predominantemente duas origens europeias colonizadoras: Portugal e Espanha. Esses dois países da Península Ibérica trouxeram para o novo mundo suas características sociológicas, imprimindo um ritmo e um arranjo social capazes de replicar parte de sua identidade na região da América do Sul.

Embora afirme que a diferença entre colonização portuguesa e espanhola seja arbitrária, Freyre ressalta que existem diferenças marcantes entre o português e o espanhol e que isso repercutiu na América do Sul. Diz ele que “o modo de a gente do Peru ou do Equador ser hispânica é diferente do modo de ser hispânico do argentino ou do brasileiro” (1975, p. xxxi).

Resta claro que, em meio a essas semelhanças, são as diferenças que acabam tendo preponderância no entender das identidades, criando um distanciamento sociológico e dificultando o papel da ESUDE na sua parcela da integração regional.

Como afirma Hall: “as identidades nacionais e outras identidades ‘locais’ ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização” (2002, p.69).

Aceitar as diferenças culturais na América do Sul pode ser benéfico para minimizar o ressurgimento dos nacionalismos, sendo o multiculturalismo “uma resposta à universa-

lização e homogeneização cultural crescente no tempo presente”, favorecendo o “diálogo entre as diferenças, vislumbrando construir uma identidade que contribua para as relações entre os países que compõem o bloco” (FERREIRA; FONSECA; e COSTA, 2016).

A relação entre as identidades nacionais, regionais e globais são fatores a se considerar, pois, mesmo que as identidades nacionais — expressas pelo respeito à cidadania — permaneçam fortes, as identidades locais, regionais ou comunitárias vêm ganhando espaço, podendo até suplantar as primeiras (HALL, 2002, p.73).

O que se observa, nesse contexto, é o receio pela aculturação. Busca-se, assim, uma forma de negar o *outro*, que é totalmente estranho, por intermédio da aliança com o *outro*, que, não sendo igual, ao menos se mostra parecido.

A divergência cultural sul-americana pode ser explicada sob o enfoque da identidade cultural, que se expressa sob três fatores constitutivos: o fator histórico; o uso da língua e do idioma; e a percepção do trabalho.

A língua, em sua forma escrita ou falada, como se viu anteriormente, é um dos principais vetores da identidade cultural de um povo.

Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. (HALL, 2002, p.40)

Na América do Sul, a língua predominante é o espanhol, seguido pelo português,

falado somente no Brasil, e — de menor projeção — outras línguas de origem nativa ou europeia. O fato de a língua portuguesa ser falada apenas no Brasil dificulta a ação dos brasileiros na integração regional, uma vez que a maioria dos países da América do Sul tem no espanhol um fator de *identidade*.

Independente disso, Freyre ressalta que, mesmo o Brasil sendo uma exceção no contexto colonizador espanhol, o país “não deixou de receber o impacto espanhol em dias decisivos de sua experiência pré-nacional” (FREYRE, 1975, p. xxxi).

A família das línguas Ibéricas, origem portuguesa e espanhola, coloca em situação de similaridade e afinidade os idiomas predominantes na América do Sul, sem deixar de ser um obstáculo maior para os brasileiros na comunicação dos estudos de segurança e defesa da ESUDE.

A língua, entretanto, não é o único fator que dificulta a integração em âmbito regional. Gonçalves destaca que, na América do Sul,

há um grande *deficit* de integração, que não decorre propriamente da falta de vontade política, e mais da herança histórica, cultural, nacionalista, soberanista. (GONÇALVES, 2012, p.216)

Assim, a assimetria cultural provém também das raízes históricas que deixaram marcas diferentes em cada um dos povos da América do Sul, colocando em lados opostos até o que é idêntico, como os aspectos geográficos e históricos (ALVAREZ, [ca. 2016]).

Para Seixas (2008, p. 96), “o passado colonial e a submissão aos impérios dominantes ou hegemônicos não são critérios suficientes para definir a identidade cultural

de um povo”, sendo notório que o colonialismo comum aos países sul-americanos não foi capaz de torná-los iguais ou tão semelhantes como se poderia crer.

O processo histórico da construção das nacionalidades imprimiu ritmos e condições geopolíticas que distinguiram definitivamente os destinos da América Portuguesa e da América Espanhola. Prova disso é a configuração espacial dos países da América do Sul. As preocupações portuguesas e sua obsessão por cuidar de suas fronteiras desde a Europa, “temeroso de ser engolido pela Espanha” (RIBEIRO, 1995, p.149), fez com que se preocupasse mais do que os espanhóis em demarcar e cuidar de suas posses na América.

Os processos de independência também distinguem a colonização espanhola e portuguesa na América, trazendo significativa diferenciação nas identidades nacionais. A fragmentação da América Espanhola e a manutenção territorial do Brasil — representante único da América Portuguesa — deixaram marcas nos povos sul-americanos que os diferenciam mais do que os igualam.

Comparando o bloco unitário resultante da América portuguesa com o mosaico de quadros nacionais diversos a que deu lugar a América hispânica, pode-se avaliar a extraordinária importância desse feito (RIBEIRO, 1995, p.22)

e concluir como esse processo alterou a percepção das identidades nacionais.

Assim,

os dois processos de independência possuem o denominador comum da invasão da Península Ibérica por Napoleão Bo-

naparte, mas as características diferentes dessas sociedades e seus contextos externos repercutiram sobre a formação dos Estados nacionais no Cone Sul. (DORATIO-TO, 2012)

A relação de poder e a intervenção das metrópoles no cotidiano sul-americano fizeram com que a colonização espanhola tivesse um predomínio das ações militares sobre as terras do novo mundo (HOLANDA, 1995, p.95), o que irá imprimir uma *nuance* particular na construção da identidade dos países de colonização espanhola na sua comparação com o Brasil português.

Diferentes concepções culturais derivadas de componentes históricos apontam para possível sentimento de animosidade — do passado ou atual.

Nos Andes, os conflitos que deram origem ao esfacelamento da utopia bolivariana foram endógenos: hispânicos contra hispânicos; caudilho contra caudilho. Na região do Prata, o único espaço sul-americano onde as frentes colonizadoras se encontraram, os conflitos foram de outra natureza, carregados de antagonismos herdados da Península Ibérica. Castelhanos de um lado, luso-brasileiros de outro, disputando a demarcação dos limites artificiais e irrealizáveis das Tordesilhas. (CORRÊA, 2012 p.210)

As grandes dimensões do Brasil dentro do subcontinente sul-americano, bem como o peso de sua economia, são fatores que despertaram preocupações em seus vizinhos.

A maior expansão das fronteiras brasileiras ocorreu quando o país ainda era uma colônia portuguesa e um jovem Império. As ações que levaram à expansão territorial

brasileira geraram um senso comum de que o país era expansionista e *imperialista*. Nesse contexto, o país era responsável por “responder las previsibles sospechas acerca de las siempre temidas aspiraciones hegemónicas o ‘imperialistas’ de Brasil en la región” (CAETANO, 2012).

La región presenta la siguiente situación: dos países grandes, Brasil y Argentina, **con no disimuladas tendencias expansionistas**, y tres países chicos (geográfica, demográfica o económicamente chicos): Uruguay, Bolivia y Paraguay. (SCHILLING, 1978 – **grifo nosso**)

Embora as aspirações imperialistas brasileiras pareçam infundadas hoje, deixaram no imaginário coletivo sul-americano um latente receio e a sensação de perigo iminente, que pode dificultar a integração dos estudos de segurança e defesa na ESUDE.

Outro fator fundamental para a compreensão da formação da identidade cultural é a maneira como os povos se relacionam com a atividade laboral. Na América do Sul, existe a crença de que tanto espanhóis quanto portugueses percebem o trabalho como um “fruto exótico” (HOLANDA, 1995, p.39), estando esses povos muito mais propensos ao ócio e ao lazer do que ao trabalho.

A percepção do trabalho como uma prática sem virtude desencadeou precárias ideias de solidariedade entre os povos ibéricos na América do Sul (HOLANDA, 1995, p.39), o que constitui um óbice cultural à integração dos estudos de segurança e defesa na Escola Sul-Americana de Defesa.

Desse fator acabam decorrendo prazos mais dilatados e resultados menos expressi-

vos quanto à produção científica, sendo apenas o 15º país do Mundo em produção científica, apesar de ter a 5ª maior população mundial. Seguindo o Brasil em produção científica estão a Argentina (37º), Chile (45º) e Colômbia (50º) (SCIMAGO, 2015).

Assim, independente das muitas semelhanças e diferenças entre brasileiros e os *outros* da América do Sul, o que se observa é uma reatividade brasileira e uma falta de identificação entre *nós* e os *outros*.

Ribeiro (1995, p.243) afirmou que “nosso país tem tanta seiva de singularidade que torna extremadamente difícil aceitar e desfrutar o convívio com outros povos”, sendo corroborado por Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 40 e 184), que ressalta os povos da América do Sul tendo uma alma comum, apesar de tantas diferenças, lembrando que de nada adianta propagar princípios democráticos e liberais enquanto existirem lutas por personalismo ou de um contra o outro.

O embaixador José Botsfego Gonçalves (2012, p.216) critica a postura “soberanista” e “excessivamente nacionalista” existente nos sul-americanos, entre os quais deveria haver um consenso em torno da visão de desenvolvimento regional que seria benéfica a todos. Essa postura histórica permeia todas as relações regionais e dificulta a integração.

Quando se tem presente tamanha “dissimilaridade” (sic) de formação, estas personalidades nacionais coletivas tão divergentes, assim como as contraposições históricas formidáveis que permaneceram ao longo da vida independente dos nossos países (a ponto de nossas respectivas

hipóteses de conflito estarem, até poucas décadas, centradas em um contra o outro), torna-se mais fácil valorizar a significação histórica da aliança estratégica a qual conseguimos construir a partir do projeto de integração. (CORREIA, 2012, p.213)

Dessa forma, fica evidente que as tentativas de integração — não só no campo dos estudos da segurança e defesa — encontram obstáculos em uma série de fatores culturais que ora repelem, ora aproximam os povos da América do Sul. O Brasil, como o *outro*, tem papel fundamental na identificação das assimetrias e no sentimento de pertencimento necessário ao processo de integração regional. Deve levar em conta “o peso da história, o enraizamento profundo das soberanias e das identidades nacionais na região” (SORJ; FAUSTO, 2011, p.21) para que as assimetrias sejam superadas e para que sejam atingidos os níveis de integração que se almejam.

O bolivarianismo

Uma das tentativas históricas para aglutinar os “iguais” das Américas foi descrita por Simón Bolívar, em sua *Carta da Jamaica*, onde expressa o desejo (ou sonho) de constituir em todo o Novo Mundo um governo central que confederasse os estados, “já que têm uma só origem, uma só língua, os mesmos costumes e uma só religião” (BOLÍVAR, 1815, p.12)

Ressurgido na última década do século XX com a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela, o bolivarianismo é um movimento político-ideológico que remonta aos preceitos da “visão pan-americana concebida por

Simón Bolívar (1783-1830)” (SILVA, 2011). Bolívar foi um artífice da independência de vários países sul-americanos, sendo reconhecido como herói nacional na Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador.

Hoje o bolivarianismo sul-americano aparece como uma mistura dos ideais de Simón Bolívar e das concepções de Che Guevara e Fidel Castro (FILHO, 2007, p.10). Esse bolivarianismo moderno considera a união dos países em razão de identidade cultural e fatores históricos, sendo corrosivo à integração dos estudos de defesa propostos na ESUDE, pois apresenta um discurso carregado de ideias paranoicas, atribuindo à disputa e ao conflito uma dimensão moral, pregando um “desfecho conspirativo oposicionista” (SEABRA, 2010, p.217).

A política externa bolivariana de Hugo Chávez interferiu em episódios internos da Bolívia, Equador e Peru, (FILHO, 2007, p.10) desrespeitando princípios de soberania nacional, o que impacta no relacionamento entre esses países e dificulta a integração regional.

O estudo do discurso de Bolívar deixa latente que sua concepção de integração não incluía o Brasil, de colonização portuguesa. Apesar da ligação pessoal recente entre os chefes de governo bolivarianistas e os presidentes Lula e Dilma, desde a origem, o movimento bolivarianista trata diferentemente o Brasil. As ações revolucionárias de Bolívar na América não visavam ao Brasil, mantendo um afastamento político e ideológico desde o princípio com este país.

Esse distanciamento dos governos bolivarianistas frente ao Brasil tornou-se evidente no protesto diplomático ocorrido por

ocasião do discurso do presidente Michel Temer na abertura da Assembleia Geral da ONU, no dia 20 de setembro de 2016. Na ocasião, Bolívia, Venezuela e Equador (países que mais destacadamente apresentaram características bolivarianistas) retiraram seus representantes da Assembleia em sinal de protesto contra o governo brasileiro por divergências políticas (BATISTA, 2016).

Nesse contexto, bolivarianistas se valem de uma visão míope, na qual o Brasil seria uma nação *imperialista*, e nutrem um sentimento anti-Brasil, fundamentando no *anticolonialismo* de Simón Bolívar, o *anti-imperialismo* do século XXI.

A luta contra aqueles considerados opressores (incluindo o Brasil “imperialista”) fica evidente no texto de Bonilla-Molina e El Troudi:

La Revolución Bolivariana no es un proceso nuevo; por el contrario, constituye la síntesis de resistencia a la opresión y el poder constituido que ha librado nuestro pueblo contra la conquista, la colonización, contra el Fordismo y el Estado de Bienestar Keynesiano, contra las políticas imperialistas de sustitución de importaciones y reparto de los mercados y ahora contra el neoliberalismo. (BONILLA-MOLIN; EL TROUDI 2009)

A integração sul-americana fica comprometida em função desses movimentos políticos e ideológicos que buscam a união apenas em uma unidade de pensamento em congruência de identidades.

Ainda que não se alastre pela América do Sul, o movimento bolivarianista acaba sendo fonte de atrito e de tensão no subcontinente. A mobilização da população e o

fortalecimento das forças armadas em países como Venezuela, Bolívia e Equador, além de forças paramilitares na Colômbia e Paraguai, dificultam a formação de doutrinas de defesa no âmbito da ESUDE.

Heloísa Vieira (VIEIRA et al, 2015) destaca que a tentativa de segregação regional e separatismo ocorrida na Bolívia em 2009 e a instabilidade da Venezuela desde 2014 são entraves à integração dos estudos de segurança e defesa regional.

Dessa forma, observa-se que existe uma divergência cultural entre os países que são membros da Escola Sul-Americana de Defesa. Essa divergência tem origem nos elementos que constituem a identidade cultural de seus povos, com vasto lastro na constituição histórica das nações da América do Sul, e constitui um entrave à integração dos estudos de segurança e defesa regional.

Conclusão

A integração regional vem recebendo cada vez mais destaque nos planejamentos estratégicos dos países da América do Sul. Por motivos diversos, a integração nos assuntos de defesa foi desprezada e representou historicamente um hiato nas relações entre países sul-americanos.

A criação da Escola Sul-Americana de Defesa é um marco na integração dos países da América do Sul. Sua função principal é elaborar estudos que facilitem e tornem mais eficazes os esforços dos países-membros nos assuntos de segurança e defesa nacional.

Os estudos elaborados na ESUDE terão como subproduto as interações entre as diferentes identidades culturais dos países

que compõem o quadro da escola. Em meio a semelhanças e diferenças, cada país tende a considerar seus fatores de identidade na elaboração de políticas nas mais diversas áreas.

As questões de defesa, entretanto, se apresentam como assuntos mais delicados, por se encontrarem em um dos pilares da construção da identidade cultural de um povo, envolvendo as questões relativas à nacionalidade e o sentimento de pertencimento. As questões de defesa e a formação de nações e pátrias estiveram presentes desde a gênese da identidade cultural de cada um dos povos da América do Sul.


No estudo da segurança e da defesa regional, estarão presentes alguns dos principais elementos que constituem a identidade cultural de um povo: a língua, o passado histórico e a percepção do trabalho. Ao mesmo tempo em que esses fatores identificam um povo, são instrumentos na rotina da ESUDE e podem se tornar óbices à integração regional, pois, ao mesmo tempo em que integram os que se identificam como “iguais”, repelem os considerados “diferentes”.

Com isso, a percepção de semelhantes identidades levou ao surgimento do bolivarianismo, um dos principais obstáculos à plena integração regional e, em especial, aos estudos de segurança e defesa da América do Sul.

A identificação se mostra fator preponderante para integração em âmbito regional, sobretudo abordando assuntos de segurança e defesa. Seja a identificação de semelhanças ou de ameaças, a aglutinação ou a repulsa entre os países e os povos da América do Sul pode ser um dos maiores obstáculos à exis-

tência de uma escola regional que pesquise sobre segurança e defesa integrada.

Conclui-se que existem semelhantes identidades culturais no âmbito da ESUDE, mas que as diferenças são mais determinantes no contexto regional, sendo estas diferenças os principais pontos de divergência capazes de se transformar em

obstáculo aos objetivos daquela Escola. Nesse cenário, caberá ao Brasil reconhecer sua visão “soberanista” e sua repulsa aos *outros* e suas diferenças, de forma a romper as barreiras impostas pelo idioma e tornar realidade a integração regional em assuntos de segurança e defesa propostos pela ESUDE. 

Referências

- AGUIAR, Jórissa Danilla Nascimento. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.21, n.41, p.273-289, jul./dez. 2016.
- ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. (Des) Construção da identidade latino-americana: heranças do passado e desafios futuros. **Revista Intercâmbio**. [ca. 2016].
- BATISTA, Henrique. Países críticos ao impeachment se retiram da Assembleia da ONU durante discurso de Temer. **O Globo**. Nova York, 20 Set 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/paises-criticos-ao-impeachment-se-retiram-da-assembleia-da-onu-durante-discurso-de-temer-20145413>>. Acesso em 21/09/2016
- BOLÍVAR, Simon. **Carta de Jamaica** - Contestación de un Americano Meridional a un caballero de esta isla. Kingston, 1815. Disponível em: <<http://uniondelsur.menpet.gob.ve/interface.sp/database/fichero/free/27/1.PDF>>. Acesso em 10 jul. 2016.
- BONILLA-MOLINA, Luis; EL TROUDI, Haiman. **Historia de la revolución Bolivariana**. Disponível em: <www.monografias.com/trabajos25/revolucion-bolivariana/revolucion-bolivariana.shtml>. Acesso em 12 jul. 2016.
- CAETANO, Gerardo. *Uruguay y Sudamérica: MERCOSUR, UNASUR y los desafíos de una nueva inserción internacional*. In: Fundação Alexandre de Gusmão. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília, 2012, p. 119-156.
- CARMO, Marcia. Escola de Defesa da Unasul começa a funcionar em busca de autonomia regional. BBC Brasil, Buenos Aires, 17 Abr 2015, Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150417_escola_defesa_unasul_mc>. Acesso em 11/09/2015.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, v. II, Paz e Terra, São Paulo, 1996, p.22 -28.
- CERVO, Amado Luís. A crise da América do Sul e a solução diplomática. **Meridiano 47**. Brasília, n. 92, mar. 2008.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. Oportunidades e desafios da integração sul-americana. In: Fundação Alexandre de Gusmão. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília, 2012, p. 209-214.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DORATIOTO, Francisco. A formação dos Estados do Cone Sul. In: Fundação Alexandre de Gusmão. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília, 2012, p. 19-42.

ESUDE. **Cursos aprovados para 2016**. Disponível em: <<http://esude-cds.unasursg.org/index.php/academia/cursos/34-cursos-aprovados-para-2016>>. Acesso em: 12 set 16

FERREIRA, Jamylle de Almeida; FONSECA, Maria V. Rodrigues; e COSTA, Rejane Pinto. Processos de construção da identidade sul-americana de defesa: um olhar multicultural. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 9., 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466495292_ARQUIVO_ESUDEenviadoABED2.pdf>. Acesso em 17 jan. 2017.

FILHO, Pio Penna. Hugo Chávez e a diplomacia Venezuelana. **Meridiano 47**, Brasília, n. 87, p. 10-11, out. 2007.

FREYRE, Gilberto. **O brasileiro entre os outros hispanos**: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975.

GONÇALVES, José Botafogo. Debates. In: Fundação Alexandre de Gusmão. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília, 2012, p. 215-216.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: SILVA, T.T.; LOURO, G.L., 7. ed. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Wilson Tadashi Muraki. Unasul: ‘uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo’. Será? **Meridiano 47**, Brasília, n 95, p.15-17, jun. 2008.

MORAIS, Noara Herculano Pereira. **A identidade cultural latino-americana no mundo pós-moderno sob a perspectiva do interculturalismo**. [ca. 2012]. Disponível em: <www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=78631a4bb5303be5>. Acesso em: 12 jan. 2017

NAFALSKI, Guilherme P. N. **Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciência Sociais e Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa. **Identidade Cultural**. 2010. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Identidade%20cultural>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar, Discurso Inaugural. In: Fundação Alexandre de Gusmão. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília, 2012, p. 09-17.

PEREIRA, Rômulo Bini. Escola de defesa sul-americana. **Estadão**, São Paulo, 08 jul. 2015. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,escola-de-defesa--sul-americana,1721200>>. Acesso em 15 abr.2016.

QUENTAL, Pedro de Araújo. A Latinidade do conceito de América Latina. **GEOgraphia**. Niterói, v.14, n.27, p.46-75, jan./jun. 2012.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Pulo: Companhia das Letras, 1995

SCHILLING, P.R., **El expansionismo brasileño**. Cidade do México: El Cid Editor, 1978.

SCIMAGO. SJR — **Scimago Journal & Country Rank**. Retrieved July 21, 2015. Disponível em: <www.scimagojr.com/countryrank.php>. Acesso em 23 jan. 2017.

SEABRA, R. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 13, n. 2, p.211-220, jul./dez. 2010.

SEIXAS, R. Identidade Cultural da América Latina: Conflitos Culturais Globais e Mediação Simbólica. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v.7, n.12, p. 93-120, 2008. Disponível em: <www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82312/85285>. Acesso em 02 mar 2017.

SILVA, E.P. **A influência do Bolivarianismo na América do Sul: possíveis reflexos para o Brasil no campo militar do poder nacional**. 2011. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. **Brasil e América do Sul: olhares cruzados**. Rio de Janeiro: Plataforma Democrática. 2011.

SOUZA, A. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v.4, n.4, p.29-39, dez.2011. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364/n4Ailton.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2017.

VIEIRA, H. et al. **Panorama da Escola Sul-Americana de Defesa na Perspectiva Brasileira**. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/panorama_da_es.pdf>. Acesso em 22 maio 2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Cooperação internacional para desenvolvimento e segurança da Amazônia

Histórico e perspectivas

Rui Cesar Rech*

Introdução

O estabelecimento gradativo do pensamento independente de Defesa Nacional brasileiro foi marcado pelo rompimento do vínculo com o direcionamento de defesa norte-americano, previamente materializado pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e pela criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorridos ao final da II Guerra Mundial, respectivamente, em 1947 e 1948. O rompimento com esse alinhamento aconteceu em 1977, com a denúncia do acordo militar Brasil-Estados Unidos, realizada pelo presidente Geisel. Naquele momento histórico, iniciava-se a reorganização do *status quo* internacional baseado na conformação de blocos baseados em interesses políticos e econômicos, em detrimento do viés ideológico. Naquele cenário, o Brasil e os outros sete países sul-americanos do arco amazônico formularam, em 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Esse tratado visava fornecer uma resposta política ao conceito de soberania relativa e ao dever de ingerência difundido por nações desenvolvidas, que refletiam interesses escusos sobre a

região amazônica. O TCA ganhou personalidade à luz do direito internacional em 1998, com o estabelecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Por estar consoante com sua posição de destaque no continente sul-americano e preocupado com a delimitação de sua área de influência e poder regional, o Brasil reforça a quebra do paradigma de cooperação norte-sul, participando efetivamente da implementação da cooperação entre países em desenvolvimento. Nesse sentido, adicionalmente à sua participação em associações como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) de 1986, o MERCOSUL de 1991, e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de 1996, o Brasil então passa a fazer parte de blocos, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o G-20 econômico, o G-20 OMC e o Fórum IBAS.

Mudanças na estratégia das nações e dos blocos regionais foram requeridas perante as novas ameaças que se destacaram no despontar do século XXI, como o terrorismo, conjuntamente a outros atos e fatos. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), anteriormente designada por Comu-

nidade Sul-Americana de Nações, surgiu em 2008 em face desse cenário, determinando ao Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) o encargo de implementar políticas de defesa, cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, indústria e tecnologia de defesa, além de formação e capacitação de recursos humanos.

Às Forças Armadas brasileiras foram determinados novos papéis, perante a necessidade de adequação da estrutura de defesa, em consonância com a estatura nacional. Esses papéis foram alinhados à movimentação para a integração política e econômica, nos âmbitos regional e mundial. Nesse sentido, foram emitidas diretrizes norteadoras da defesa brasileira: a Política de Defesa Nacional em 2005 (posteriormente atualizada em 2012, como Política Nacional de Defesa) e a Estratégia Nacional de Defesa em 2008 (revista em 2012, quando foi aprovada a versão atualmente em vigor) (BRASIL, 2012a). A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2012b) prevê que o planejamento da defesa deva priorizar a Amazônia, por meio de inúmeras ações, entre elas, o fortalecimento da presença militar, uma vez que, em face das suas riquezas minerais e biodiversidade, essa região é foco da atenção internacional.

É nesse contexto de mudanças e de crescimento da projeção internacional brasileira que este artigo propõe fornecer um embasamento teórico sobre cooperação internacional, com foco principal na América do Sul, e discutir a complementaridade da OTCA e do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL para a segurança e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Desenvolvimento

Histórico das organizações regionais sul-americanas

A integração da América Latina, em especial da América do Sul, tem sido um processo que enfrenta constantemente velhos dilemas e novos desafios. Esse processo não se trata de realidade nova, caracterizando-se, portanto, segundo Ricardo Vélez Rodríguez (2006, p. 1), um “ideal que corresponde a projetos antigos”. Levando-se em conta essas perspectivas, mal se pode compreender o que se passa hoje em termos de integração, uma vez que as opções do presente estão condicionadas pelos pressupostos que iluminaram as opções do passado.

A pioneira tentativa integracionista foi conduzida por Simon Bolívar, que idealizou a Grã-Colômbia, a partir da união dos vice-reinados do Peru e de Nova Granada (FEDOZZI, 2005). Novamente, em 1836, Bolívar propôs a união dos países que se libertaram da colonização espanhola, sendo que a ideia não prosperou devido à falta de estrutura administrativa dessas novas nações (DA SILVA, 2008).

A primeira iniciativa de integração pan-americana surgiu efetivamente em 1889, com a Primeira Conferência Internacional de Estados Americanos, realizada em Washington. Foi a antecessora da União Pan-Americana e tinha objetivos puramente comerciais, entretanto já se destacava a pretensão órbita em torno dos Estados Unidos da América (EUA), potência emergente, que pretendia tutelar o continente americano (RICOBOM, 2010).

Já no início do século XX, sob a égide da Doutrina Monroe, verificam-se ações

* Maj Inf (AMAN/99, EsAO/07, ECEME/16).

norte-americanas no continente sob os princípios básicos da ordem e estabilidade. Nesse sentido, as prioridades eram a eliminação de movimentos de caráter revolucionário e a condução da política dos demais estados latino-americanos. Como crença, podem-se arrolar a centralidade e a responsabilidade do papel norte-americano nesta tarefa (PECEQUILO 2003).

Em 1925, surgiu o Pacto ABC, firmado entre Brasil, Argentina e Chile, como comprometimento de solução pacífica de controvérsias, descartando a ingerência de nações exógenas ao subcontinente nos assuntos internos. O Pacto ABC foi o primeiro instrumento internacional sul-americano motivado pela vantajosa parceria, ao invés da submissão aos desígnios dos EUA (CONSIDERA, 2006).

Em 1948, foi instituída a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), como organismo da ONU para a discussão sobre os rumos tomados pela América Latina na busca de sua inserção internacional. Segundo Considera (2006), as análises, estudos e reflexões nascidos no âmbito da CEPAL representam o primeiro diagnóstico traçado baseado nas condições históricas próprias da América Latina. Esse diagnóstico baseou-se na análise da conjuntura contemporânea, a partir da realidade própria dos países da região, ao invés de importar conceitos e receitas concebidas em realidades distintas. O pensamento preconizado pela CEPAL proporcionou um impulso integracionista mais amplo do que o iniciado, de forma incipiente, no começo do século XX, por Brasil, Argentina e Chile. Esse fórum permitiu que se idealizasse uma área de livre comércio envolvendo a América Latina.

Já em 1960, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Peru, agregados posteriormente por Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela e México, constituíram a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), buscando promover a liberação tarifária e o aumento do comércio intrarregional. No entanto, essa iniciativa fracassou, servindo como ensinamento para as iniciativas futuras (FURTADO, 1983). Na mesma intenção da ALALC, Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela estabeleceram o Pacto Andino em 1969. Entretanto, o acordo se enfraqueceu devido à crise política envolvendo Peru e Equador na década de 1970 e pela saída do Chile em 1976. O Pacto Andino deu origem à Comunidade Andina em 1997. Em substituição à ALALC, foi criada em 1980 a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), contando com a participação da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Em 1978, os oito países do arco amazônico formularam o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que, em 1998, evoluiu para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA, [s.d.]).

Em 1988, a nova Constituição Brasileira estabelecia, em seu artigo 4º, parágrafo único, que

a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988)

Nesse sentido, tendo por base a ALADI, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

surgiu em 1991, integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e, em 2012, pela Venezuela. O MERCOSUL, além de abordar um contexto comercial, foi importante para a consolidação da democracia no continente, contribuindo para a perenização de valores e estabilização política regional (PFEIFER; TEIXEIRA DA COSTA, 2006).

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) integra, desde o ano 2000, os doze países do subcontinente, com a finalidade de promover o desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações, por meio da integração física desses países. Teve sua prioridade reafirmada em 2004, por ocasião da fundação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Finalmente, com a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, atingiu-se uma grande conquista na direção da aspiração elencada na Constituição Brasileira, e a América do Sul ganha *status* de organização internacional, reconhecida na Organização das Nações Unidas (ONU). Passa a ser capaz de negociar com outros países, blocos de países e instâncias multilaterais. Em seu Tratado Constitutivo,¹ a UNASUL descreve os órgãos, participantes, conselhos, presidência, fontes jurídicas, objetivos,² entre outros aspectos. Foi nesse fórum que, em dezembro de 2008, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Desafios de segurança e defesa na América do Sul

As abordagens tradicionais sobre a segurança militar advogam a existência de uma anarquia no sistema, que leva, inevitavelmente,

a um dilema de segurança. Para Herz (1950), grupos ou indivíduos vivendo em um ambiente dessa natureza se preocupam em ser atacados, subjugados, dominados ou aniquilados por outros grupos ou outros indivíduos. Essa situação acarreta um círculo vicioso de aquisição de poder e segurança para se preparar para o pior. A América do Sul é uma região que também passa pelo dilema de segurança (SILVA; FLÔR, 2011).

No entanto, Alexander Wendt (1992) considera que, apesar da existência da anarquia no sistema internacional, não é inevitável que ela produza um dilema de segurança, pois ela pode fomentar uma cooperação entre os estados. Dessa forma, a operação do dilema da segurança é um resultado das práticas dos Estados e não da estrutura do sistema. Nesse sentido, os estados estruturam instituições com a finalidade de reduzir essas incertezas. Entre elas, estão as comunidades de segurança.

O conceito de “comunidade de segurança” foi desenvolvido por Karl Deutsch (1957), evidenciando a necessidade de integração de interesses e a busca pela solução pacífica dos conflitos. Segundo Azambuja (1995), a segurança cooperativa está contida no conceito de comunidade de segurança. Nessa ótica, os estados inseridos em um mundo multipolar integram comunidades que buscam o diálogo interestatal de forma colaborativa, redefinindo as prioridades de segurança em prol do conjunto, cooperando em ações e políticas para o controle de armas, contraterrorismo, inteligência e até segurança econômica, tudo com a finalidade de superar o dilema de segurança.

A dimensão regional de segurança pode ser interpretada como uma forma de promover relações pacíficas e preditivas entre os seus membros, construindo segurança através da cooperação. Além do mais, uma organização regional de segurança deve ser entendida como uma instituição que possui uma referência à provisão de segurança através da coordenação de defesa, segurança e política em algum nível (FAWCETT, 2008).

A região sul-americana é uma área de paz, onde a violência é presente (NASER; MORAES, 2014). Esse paradoxo se deve à ausência de guerras formais *versus* a violência social na região. O alto índice de violência regional é atribuído a inúmeros problemas de ordem interna, que transbordam as fronteiras nacionais, causando atritos e comprometendo a segurança e a defesa regional. Dentre suas causas, destacam-se a concentração de renda, o crime organizado, o narcotráfico, os crimes transnacionais, a miséria, a fome e a desindustrialização.

O cenário decorrente de tal paradoxo sugere uma interessante situação, em que a lógica do dilema de segurança de John Herz estaria invertida. Ou seja, no caso sul-americano, as maiores ameaças teriam origem não em políticas de poder adotadas por estados, mas na incapacidade destes de adotar políticas públicas no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais. Nesse caso, os principais problemas não seriam “de” fronteira — questão de defesa —, mas estariam “na” fronteira — questão de segurança. Sob tal inversão, a ameaça passaria a ser o vizinho fraco, incapaz de controlar seu próprio território, e não o vizinho forte (VILLA; MEDEIROS FILHO, 2007).

Com relação à participação de outros países no contexto de defesa regional, resalta-se que os EUA se fazem presentes na região, ocupando bases militares sob o pretexto de combater o tráfico de drogas (Plano Colômbia)³ bem como pela reativação da Quarta Frota, sendo sempre uma preocupação a ser considerada (DEAK, 2006). De forma mais discreta, na América do Sul, também se fazem presentes Inglaterra, China e Rússia, além da França, que detém a posse sobre a Guiana Francesa.

São preocupantes as forças insurgentes e sua associação com o narcotráfico e o crime organizado, destacando-se as FARC, na Colômbia, o Sendero Luminoso, no Peru, e o Exército Popular do Paraguai. Ainda existem no continente alguns pontos de tensão que apresentam certa latência, especialmente entre Peru e Equador (região do rio Marañon), Bolívia e Chile (saída para o mar), Venezuela e Colômbia (demarcação e controle da fronteira), Venezuela e Guiana (região do Essequibo) e Guiana e Suriname (região do Triângulo do Novo Rio) (SILVA, 2012). Ainda recentemente surgem problemas que dizem respeito à questão das papeleiras, entre Argentina e Uruguai; da nacionalização das reservas de gás natural e dos “brasivianos”, na faixa de fronteira entre Bolívia e Brasil; da revisão do contrato de exploração da usina hidroelétrica de Itaipu e a dos produtores de soja “brasiguaios”, entre Paraguai e Brasil. A disputa sobre o Triângulo da Concórdia, entre Peru e Chile, também permanece latente, mesmo após o posicionamento do Corte Internacional de Justiça (2014) sobre o assunto.

Embora os atritos acima referenciados sejam recentes, analistas entendem que, no quadro atual, não há prevalência de rivalidades agudas entre os estados nacionais da América do Sul, como se caracterizava até o início da década de 1990 (COSTA, 2014). A criação de uma base industrial de defesa sul-americana combinada é também um dos desafios de defesa relacionados com a defesa da região, uma vez que a própria Política Nacional de Defesa Brasileira a contempla:

A integração da indústria de defesa sul-americana deve ser objeto de medidas que proporcionem desenvolvimento mútuo bem como capacitação e autonomia tecnológicas. O Brasil deverá buscar parcerias estratégicas, visando a ampliar o leque de opções de cooperação na área de defesa e as oportunidades de intercâmbio. (BRASIL, 2012b, p.18)

Em relação às novas ameaças na área de defesa, Stephen Cimbala (2002) defende que a repercussão do terrorismo internacional pós 11 de setembro de 2001 gera a necessidade de uma reforma do pensamento estratégico das Forças Armadas em relação ao seu emprego. Para ele, é imprescindível o desenvolvimento de um novo pensamento estratégico para a Era da Informação, que deve ser desenvolvido a partir de um questionamento profundo sobre o nosso entendimento a respeito da guerra.

Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Quando se fala da Amazônia, podem surgir divergências quanto à sua delimitação, pelo fato de essa região ser compartilhada por várias soberanias. Entretanto, no

presente texto, julga-se pertinente, como critério legal de delimitação, aquele que consta no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA):

O presente Tratado se aplicará nos territórios das Partes Contratantes na Bacia Amazônica, assim como, também, em qualquer território de uma Parte Contratante que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculado à mesma. (OTCA, 1978, Art. 2)

Segundo o IBGE (2011), cerca de 60% da floresta amazônica encontra-se no Brasil, e os 40% restantes distribuem-se entre a Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. A região que compreende a floresta amazônica representa cerca de 40% das terras da América do Sul e de 60% do território nacional, abrangendo 30% das reservas mundiais de floresta e 20% da disponibilidade de água doce da Terra. Essa região abriga grande riqueza mineral e biodiversidade natural, representando o maior banco genético de espécies animais e vegetais do mundo. No que se refere à população, a Amazônia é habitada por mais de 30 milhões de pessoas; entre estas, há 25 milhões de brasileiros, o que representa 13% da população nacional.

A Amazônia, pela potencialidade de suas riquezas, é objeto de cobiça bem como da preocupação honesta de ambientalistas cujo interesse é a preservação da floresta para o bem da humanidade.

Em resposta aos conceitos de soberania relativa e ao dever de ingerência em face de interesses escusos sobre a floresta amazônica, em 3 de julho de 1978, os oito países do

arco amazônico (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) formularam o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Esse tratado estabelece como princípios básicos a competência regional, a soberania nacional, a igualdade, a cooperação regional, além de equilíbrio e harmonia entre desenvolvimento e preservação dessa região transfronteiriça, conforme consta em seu primeiro artigo:

As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios. (OTCA, 1978)

O Tratado afirma que a promoção do desenvolvimento harmônico da Amazônia deve ocorrer por meio de ações coordenadas conjuntas, deixando claro que o desenvolvimento socioeconômico e qualquer outra atividade, como a preservação do meio ambiente, são responsabilidades inerentes à soberania de cada estado (ARAGON, 2002).

O frágil progresso do TCA verificado até a década de 1990 foi devido à ausência de um espaço definido para a consulta e a harmonização dos planos de desenvolvimento entre os países-membros. Visando mitigar essa situação e fortalecer seus objetivos, buscando-se uma nova gestão solidária e comum, o TCA evoluiu para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1998, ganhando personalidade à luz do direito internacional, com força para enfren-

tar os problemas e os desafios do desenvolvimento sustentável da região, tendo sido então instaurada a Secretaria Permanente da Organização, em Brasília, desde dezembro de 2002.

A Décima Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, realizada em Lima, no Peru, em novembro de 2010, estabeleceu a agenda estratégica de Cooperação Amazônica. Nessa agenda, consta a mais recente visão de futuro da OTCA:

Ser uma Organização reconhecida no âmbito dos países-membros e no âmbito internacional como referência na cooperação regional, na discussão e posicionamento nos temas da agenda internacional relativos à Amazônia e no intercâmbio de experiências, atuando com base nos princípios de pleno exercício da soberania no espaço amazônico, no respeito e harmonia com a natureza, o desenvolvimento integral sustentável e a redução de assimetrias dos Estados da região. (OTCA, 2016)

A reunião estabeleceu também a missão atual da Organização:

Ser um foro permanente de cooperação, intercâmbio e conhecimento, orientado pelo princípio da redução de assimetrias regionais entre os países-membros, auxiliando nos processos nacionais de progresso econômico-social, permitindo uma paulatina incorporação desses territórios às respectivas economias nacionais; promovendo a adoção de ações de cooperação regional que resultem na melhora da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia; atuando sob o princípio de desenvolvimento e modos de vida sustentáveis, em harmonia com a natureza e o ambiente, levando em consideração a normativa interna dos países-membros. (OTCA, 2016)

As ações estabelecidas pela OTCA, alinhadas com os objetivos estratégicos, são focadas em agendas setoriais, que abrangem as seguintes áreas: conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis; assuntos indígenas; gestão do conhecimento e intercâmbio de informações; gestão regional de saúde; infraestrutura e transporte; turismo; fortalecimento institucional, financeiro e jurídico; e temas emergentes, como mudanças climáticas, desenvolvimento regional e energia (OTCA, 2016).

Para atingir a visão e, missão da Organização, dentro das áreas elencadas, foram estabelecidos, também na Décima Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, os seguintes objetivos estratégicos:

- facilitar o intercâmbio e a cooperação entre os países-membros promovendo o desenvolvimento e modos de vida sustentáveis com caráter estratégico na região a fim de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, com ênfase nas populações vulneráveis, nos povos indígenas e outras comunidades tribais;
- velar para que os interesses e a soberania dos países-membros sejam respeitados e promovidos;
- facilitar e fomentar ações direcionadas à preservação, proteção, conservação e aproveitamento sustentável da floresta, da biodiversidade e dos recursos hídricos da Amazônia;
- promover o aproveitamento dos recursos amazônicos dentro do respeito e harmonia com a natureza e o ambiente;
- promover e disseminar a cultura dos povos que habitam na Região Ama-

zônica assim como fomentar o respeito e a proteção dos conhecimentos e saberes ancestrais e atuais da Região Amazônica;

- promover a articulação dos planos e programas dos países-membros para o desenvolvimento das populações amazônicas, prestando atenção especial às populações vulneráveis, aos povos indígenas e outras comunidades tribais.

Destaca-se ainda que, desde a instituição da Primeira Secretaria Permanente da Organização, em 2002, dirigida pela Dra. Rosalía Arteaga,⁴ foi demonstrado empenho em participar da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, atual UNASUL, já que se afirmava que não seria possível alcançar a integração do subcontinente, deixando de lado a região que representa mais de 40% do total do território sul-americano (ARTEAGA, 2006).

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)

Em face das características únicas da região amazônica, já citadas acima, entende-se que a Amazônia atualmente representa a nossa maior vulnerabilidade estratégica. A questão sobre a defesa da Amazônia, no entanto, não foi contemplada pela OTCA, que se restringiu aos âmbitos político, econômico e social.

Os problemas mais relevantes da região amazônica, conforme Meira Mattos (2007) são: extração desmedida dos recursos naturais e os consequentes impactos no ambiente, tráfico de armas e drogas, ques-

tões de demarcação de reservas indígenas, biopirataria, manipulação dos dados sobre a preservação da floresta e a influência que a região sofre em face de sua fronteira. Esta última é caracterizada, principalmente, pela existência de narcoguerrilha, neopopulismo, aumento do poder militar, movimentos autonomistas e atuação de um grande número de organizações não governamentais internacionais (ONGs). Esses fatores, em conjunto com outras ocorrências, demandam uma grande preocupação de defesa na Amazônia. Dessa forma, a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2012b) prevê que o planejamento da defesa deva priorizar a Amazônia, por meio de inúmeras ações, entre elas o fortalecimento da presença militar.

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, estabeleceu, em seu Tratado Constitutivo, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). O Conselho de Defesa Sul-Americano⁵ é o elemento catalisador da relação de segurança cooperativa entre os estados-membros, sendo composto pelos ministros da defesa desses países. O CDS é responsável por implementar políticas para defesa e cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, indústria e tecnologia de defesa, além de formação e capacitação de pessoal militar. Possui como objetivos consolidar uma zona de paz sul-americana, construir uma visão comum em matéria de defesa, articular posições regionais em fóruns multilaterais sobre defesa, cooperar regionalmente em matéria de defesa e apoiar ações de desminagem, prevenção, mitigação e assistência a vítimas de desastres naturais visando à construção de medidas de confiança com o intuito de fortalecer a esta-

bilidade na América do Sul. A UNASUL e o CDS, portanto, convergem para o estabelecimento de uma segurança cooperativa que construa a confiança mútua entre os países do continente (SILVA e FLÔR, 2011).

Ainda se destaca o alerta do então ministro da Defesa Celso Amorim afirmando que a cooperação em defesa no entorno estratégico é crucial para o Brasil. Por meio do CDS, as nações sul-americanas constroem confiança entre suas forças armadas, cooperam em iniciativas comuns e coordenam suas políticas de defesa, com envolvimento de civis e militares no desenvolvimento de uma identidade comum em defesa na América do Sul (BRASIL, 2014).

O CDS também contribui com a segurança e o desenvolvimento sustentável da região amazônica por meio de iniciativas relacionadas com a indústria de produtos de defesa brasileira, já que lidera, entre outros objetivos de ação regional, o projeto do avião treinador básico UNASUR 1, o projeto de VANT, o projeto de um navio-patrolha fluvial com a Colômbia, a revitalização de blindados Urutu do Suriname e o interesse de nossos vizinhos por projetos como o SISFRON e o PROTEGER. Também se destaca como fator de integração regional na área de defesa a criação em 2013 da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) (BRASIL, 2014).

Dessa forma, verifica-se que o CDS atualmente tem um papel relevante, aparecendo como instituição legítima, à luz do direito internacional, no âmbito do continente sul-americano, como integrador de defesa e segurança, em especial na região amazônica, fazendo frente às novas ameaças surgidas no cenário mundial e sul-americano, podendo

implementar políticas e ações que contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável e a defesa e segurança da região.

Perspectivas para segurança e defesa da Amazônia

A OTCA identificou-se com a construção de um espaço político de diálogo sub-regional, buscando consensos entre seus membros para desenvolver temas nos âmbitos político, econômico e social que reflitam positivamente no futuro da Amazônia sul-americana. Para isso, prioriza suas ações nas áreas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis, assuntos indígenas, gestão do conhecimento e intercâmbio de informações, gestão regional de saúde, infraestrutura e transporte, turismo, fortalecimento institucional financeiro e jurídico e, em temas emergentes, como mudanças climáticas, desenvolvimento regional e energia.

A UNASUL, e em especial o seu CDS, aparecem como instituições regionais com potencial para responder com oportunidade e efetividade às exigências das realidades dos países sul-americanos, em especial na área de segurança e defesa. Para isso, contam com o escopo de efetivar políticas para defesa e cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, indústria e tecnologia de defesa, além de formação e capacitação de pessoal militar.

Dessa forma, fica evidente que não existe superposição de esforços entre essas organizações internacionais, mas sim uma possibilidade de complementaridade de atuação. Não se visualiza a unificação dessas organizações, por abarcarem propósitos e atores não idênticos, apesar de poderem atuar de forma sinérgica.

Nessa perspectiva, cabe ao CDS vincu-

lar-se com os demais organismos de integração e cooperação sub-regional e regional já existentes, em especial com a OTCA, no contexto amazônico, de modo a aproveitar seus acervos e experiências adquiridas, gerando uma complementaridade vital para imprimir dinamismo e efetividade ao processo de construção do espaço comum seguro e sustentável na Amazônia sul-americana, permitindo sua correta inserção em um mundo globalizado, cada vez mais dinâmico, complexo e competitivo.

Conclusões

Este artigo apresentou um breve histórico da integração regional sul-americana, além dos principais desafios de segurança e defesa na América do Sul. Também analisou o escopo de atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na construção da segurança e desenvolvimento sustentável da região amazônica.

A Amazônia, com suas potencialidades e desafios, demanda esforços conjuntos para estabelecer sua segurança e desenvolvimento sustentáveis. Nesse contexto, a postura da OTCA é a de que ela deve constituir um espaço político de diálogo sub-regional, para a busca de consensos e convergências em temas de importância para o futuro da região amazônica, principalmente nas áreas política, econômica e social.

O CDS, assim como a UNASUL, é dotado de instâncias institucionais, instrumentos e mecanismos que lhes permitem contribuir de forma efetiva com a segurança e defesa da Amazônia. Dessa forma, conclui-se que a atuação da OTCA e do CDS não caracteriza redundância de esfor-

ços, mas evidencia perspectivas de grandes oportunidades para complementarem suas ações nos diversos campos do poder, em prol de um espaço comum desenvolvido e seguro.

Resta então ao CDS e à OTCA, assim como aos seus países-membros, preservar os logros já alcançados e promover o fortalecimento das organizações de integração, outorgando-lhes a capacidade necessária para provocar efetivos processos de tomada de decisões e execução das mesmas, potencializando sua função

de tornar os espaços mais adequados para a discussão e ação concertada para avançar no processo.

A Amazônia é um território que não passa despercebido aos olhos do mundo, por ter uma importância intrínseca até hoje não plenamente aproveitada. Suas potencialidades são as chaves para sua segurança e seu desenvolvimento sustentável, baseado em políticas regionais idealizadas por meio dos acordos de cooperação já existentes. 🌐

Referências

ARAGÓN, Luis. (2002). **Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia?** Em: MELHO, Alex Fiúza de [org]. O futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI. Belém, Editora da Universidade Federal de Pará. Brasil. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso: 12 out 2016.

ARTEAGA, Rosalía. (2006). **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): um desafio permanente.** Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política, n.4, abril/junho 2006, pp.86-100. Brasília, Projeto Raúl Prebisch.

AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. **As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva.** Estud. av. vol.9 no.25 São Paulo Sept./Dec. 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério da Defesa. **Desafios e Oportunidades para a Defesa no Entorno Estratégico Brasileiro.** Palavras do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura da 1ª Jornada Estratégica da Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA, **Brasília, 14 de novembro de 2014.**

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa: paz e segurança para o Brasil.** 2ª edição, Brasília, DF, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.** 2ª edição, Brasília, DF, 2012b.

BUZAN, Barry. **Security: a new framework for analysis.** London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CIMBALA, S. J. **Military Persuasion in War and Policy: the power of soft.** Westport, CT: Praeger Publishers, 2002.

CONSIDERA, Carlos Alexandre Fernandes. **Desenvolvimento Produtivo e Equidade Social na América do Sul: Metas de Integração Social no Século.** 2006. 86f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da. **Integração política e econômica da América do sul – o Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração.** Seminário Internacional. – Departamento de Geografia – USP, 2014.

CORTE INTERNACIONAL DA JUSTIÇA. **Diferendo Marítimo Perú vs. Chile. Judgement,** 27 janeiro 2014. Disponível em: <www.icj-cij.org/docket/files/137/17930.pdf>. Acesso em: 13 out 2016.

DA SILVA, José Guilherme Carvalho. **A integração sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA.** Universidade Federal do Pará, 2008.

DEAK, André. **Estudo do Exército detalha presença militar norte-americana na América do Sul.** Agência Brasil. 18 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-01-18/estudo-do-exercito-detalha-presenca-militar-norte-americana-na-america-do-sul>. Acesso em 20 jul 2016.

DEUTSCH, Karl. **Political Community and the North Atlantic Area.** Nova Iorque: Greenwood Press, 1957. EUA. National Military Strategy. Washington, 2015. Disponível em: <http://acqnotes.com/acqnote/acquisitions/national-military-strategy-nms>. Acesso em: 10 jul 2016.

FAWCETT, Louise. **Regional Institutions.** In: WILLIAMS, Paul D. (Ed.) Security studies: an introduction. Nova Iorque: Routledge, 2008.

FEDOZZI, Maria Cristina Goiana. Sistema Interamericano. **Cadernos de Estudos Estratégicos,** Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2005.

FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man.** New York: The Free Press, 1992.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HERZ, John H. **Idealist internationalism and the security dilemma.** World Politics, v. 2, n. 2, p. 157-180, jan. 1950.

IBGE. **Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal.** Brasília, DF, 2011.

MATTOS, Meira Carlos de. **A Tese da Internacionalização da Amazônia.** In O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2007.

OTCA. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Site na Internet. Disponível em: <http://otca.info/portal/index.php?p=index>. Acesso em: 20 jul 2016.

_____. **Tratado de Cooperação Amazônica.** Brasília, 3 de julho de 1978. Disponível em: <http://otca.info/portal/admin/_upload/tratado/TRATADO_COOPERACION_AMAZONICA_ESPpdf>. Acesso em: 20 jul 2016.

_____. **Protocolo de Emenda.** Disponível em: <http://otca.info/portal/protocolo-emenda.php?p=otca>. Acesso em: 20 jul 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre, UFRGS, 2003.

PFEIFER, Alberto e TEIXEIRA DA COSTA, Roberto. Relatório: Política Sul-Americana. In. MARCONINI, Mário (Org.). **A Política Externa Brasileira em Perspectiva: Segurança, Comércio e**

Relações Bilaterais. São Paulo, Aduaneiras, 2006.

RICOBOM, Gisele. **A integração sul-americana e o diálogo intercultural: novas perspectivas a partir da universidade.** Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, UNUBRASIL, Curitiba, 2010.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Integração Sul-Americana – Projetos e Perspectivas.** Palestra apresentada no VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, em 09/10/2006, na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. Ibérica, Revista Interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos.

SILVA, Antonio. L.; FLÔR, Cláudio. **UNASUL, Conselho de Defesa Sul-Americano e Cooperação: Lições da Cooperação Militar entre as Marinhas de Brasil, Argentina e Uruguai.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.17 n. 2 p. 1- jul/dez 2011.

SILVA, F. J. S. S. **O poder militar brasileiro como instrumento de política externa.** In SILVA FILHO, E. B.; MORAES, R. F. (orgs.). **Defesa Nacional para o século XXI:** política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. **Guerra e Antiguerra: sobrevivência na aurora do Terceiro Milênio.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1995.

VILLA, Rafael A. D.; MEDEIROS FILHO, Oscar. **Agências de Segurança e Defesa na América do Sul: percepções sobre o complexo regional de segurança.** Trabalho apresentado no 1º Encontro Nacional da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), realizado nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2007.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the Social construction of power politics.** International Organization, v. 46, n. 2, p. 391-425, primavera 1992.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Nota Nr 265, Distribuição 22, do Ministério de Relações Exteriores, Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Brasília, 23 de maio de 2008.

² Os objetivos da UNASUL estão expostos no sítio web da organização: <www.unasursg.org/es/objetivos-especificos>. Acesso em 15 out 2016.

³ A intervenção levada a cabo pelos EUA na Colômbia foi baseada no mecanismo conhecido como securitização, descrito por Barry Buzan (1998, p. 27-31), apresentando relevância no entorno estratégico brasileiro e na problemática amazônica.

⁴ Política equatoriana, ex-presidente e vice-presidente do Equador; a Dra. Artega foi a primeira Secretária-Geral da OTCA.

⁵ Consejo de Defensa Suramericano (CDS). Disponível em <www.unasursg.org/es/node/21>. Acesso em 13 out 2016.

Participação do Exército Brasileiro em operações de paz

Breve análise e perspectivas de futuro

Rodrigo Campos Torrezam*

Introdução

O Brasil, há muito tempo, vem contribuindo com o esforço de organismos internacionais de paz, quer pelo envio de observadores militares desarmados, quer pela inserção de tropas armadas nas áreas conflagradas. Os objetivos têm sido monitorar o cessar-fogo entre as partes envolvidas e desenvolver as melhores condições para o pleno restabelecimento da paz regional.

O país foi um dos membros fundadores da Liga das Nações,¹ criada com o fim da 1ª Guerra Mundial (ABFIPONU, 2015). Ao término da 2ª Guerra Mundial, participou da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, tendo Oswaldo Aranha — chefe da delegação brasileira na ONU — realizado a abertura da primeira sessão especial da Assembleia Geral, em 1947, inaugurando a tradição, que se mantém até os dias de hoje, de ser um brasileiro o primeiro orador naquele fórum.

Segundo o Ministério da Defesa (BRASIL, 2015b), o Brasil participa de operações de paz desde a década de 1930 e de missões de paz da ONU desde 1947, quando observadores militares brasileiros foram enviados

à região dos Bálcãs. Com tropa, a primeira participação brasileira no âmbito da ONU ocorreu em 1956, com a Força de Emergência das Nações Unidas (FENU), para pôr fim à crise no Canal de Suez entre Egito e Israel. Nesse contexto, já participou de mais de 50 missões de paz, tendo contribuído com mais de 33.000 militares, policiais e civis, segundo o MRE (BRASIL, 2017).

Segundo Brasil (2015),

a participação em missões de paz vem trazendo crescente prestígio à política externa e ao Exército Brasileiro, aumentando a projeção nacional no cenário mundial.

Nos últimos anos, especialmente após o término da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fenômeno da globalização, inclusive de problemas e conflitos, tem-se observado uma crescente participação do Exército Brasileiro (EB) em missões dessa natureza, buscando colaborar com a paz e o desenvolvimento mundial.

As missões de paz têm sido usadas como uma forma de treinar pessoal das FA e projetar poder militar, enfatizando a estratégia da dissuasão, além de fortalecer a imagem do país no contexto internacional.

* Maj Inf (AMAN/99, EsAO/07, ECEME/16), especializado em Estudos de Política e Estratégia (ADESG/12). Foi observador militar da Missão das Nações Unidas para a Paz no Sudão (UNMIS/10-11).

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2005, p. 07) cita que

a persistência de ameaças à paz mundial requer a atualização permanente e o aparelhamento das nossas Forças Armadas, com ênfase no apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa.

Define, ainda, como Objetivos Nacionais de Defesa:

- V – contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
- VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

Segundo o *site* oficial do Exército Brasileiro (BRASIL, 2015), as perspectivas em âmbito internacional tendem para a concessão de mandatos por parte da ONU a fim de que organismos regionais conduzam operações de manutenção de paz, diminuindo, assim, o controle direto da ONU nas operações. Apesar da tendência de redução de operações de paz com emprego de tropa no curto e médio prazo, em razão do seu alto custo e das dificuldades de atingir resultados definitivos, as Nações Unidas devem continuar a conduzir operações de manutenção de paz nos próximos anos.

Segundo Salvador (2007, p. 11), o Brasil é hoje um dos maiores colaboradores para com as operações de paz das Nações Unidas, contribuindo tanto nos fóruns do Comitê Especial sobre Operações de Paz, criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como na disponibilização de tropas, observadores militares, policiais e civis.

Para a Força Terrestre, ainda segundo o *site* oficial do Exército Brasileiro (BRASIL, 2015), “o emprego de forças militares em operações de paz continuará a ser uma constante nos próximos anos”, e o EB deve, portanto, estar preparado para receber essas missões, conforme determina a PND, e mais, deve buscar alternativas de participação, com a preparação de tropas de diversas naturezas, capazes de compor forças de paz.

Breve retrospectiva da participação militar brasileira em operações de paz sob a égide das Nações Unidas

Após a participação na FENU, em que, segundo Seitenfus (2008),

além da supervisão da região do Canal de Suez, os militares brasileiros foram encarregados de manter a paz e a segurança na Faixa de Gaza e na fronteira internacional da Península do Sinai em sua face ocidental,

o Brasil garantiu sua participação nos Bálcãs, como mediador na Guerra da Grécia, através da Delegação Brasileira da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs – UNSCOB, criada em 21 de outubro de 1947 pela Resolução 109 (II) da Assembleia Geral das Nações Unidas (SALVADOR, 2007, p. 07).

Cabe ressaltar que o Brasil teve dois comandantes da força militar da FENU. De janeiro de 1964 a agosto de 1964, o general de divisão Carlos F. Paiva Chaves e, de janeiro de 1965 a janeiro de 1966, o general de divisão Syseno Sarmento (SEITENFUS, 2008, p. 04).

Segundo Fontoura (1999), pode-se dizer que o Brasil, até o ano de 1999, não

tinha tradição em matéria de participação com tropa em forças multinacionais autorizadas pelo Conselho de Segurança. Foram identificadas apenas três ocasiões em que o Brasil se viu frente à possibilidade de participar dessas Forças. A primeira, no caso da Guerra da Coreia, tendo o pedido não sido aceito; uma segunda, no Zaire (1996), para compor uma Força Multinacional no contexto de uma intervenção humanitária, que não prosperou; e a do Timor Leste, com a efetiva participação.

A Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET) teve início em junho de 1999.

O Brasil, a convite da ONU, enviou cinco oficiais de ligação, seis policiais e vinte e dois observadores eleitorais para acompanhar o referendo sobre a independência do país; porém, devido a uma onda de violência que assolou o país, no mesmo ano, a ONU criou a Força Internacional no Timor Leste (INTERFET), tendo o EB participado com um pelotão de Polícia do Exército (PE) reforçado com elementos de saúde e comunicações. Em fevereiro de 2000, com o fim da violência e a retirada das tropas indonésias, a ONU criou a Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor Leste (UNTAET), sob a chefia do brasileiro Sérgio Vieira de Mello. (SEITENFUS, 2008, p. 06).

Missão	Localização	Militares	Policiais	Civis	Período
UNEF I	Sinai e Faixa de Gaza	6.300	-	-	1957-1967
ONUC	Congo	179	-	-	1960-1964
UNSF	Nova Guiné Ocidental	2	-	-	1962
DOMREP	República Dominicana	1	-	-	1965-1966
UNMOGIP	Índia/Paquistão	10	-	-	1965-1966
UNFICYP	Chipre	20	-	1	1964-1967
UNAVEM I	Angola	16	-	-	1989-1991
ONUCA	América Central	34	-	-	1990-1992
UNAVEM II	Angola	77	39	4	1991-1995
ONUSAL	El Salvador	63	16	5	1991-1995
ONUMOZ	Moçambique	218	66	16	1993-1994
UNOMUR	Ruanda/Uganda	13	-	-	1993-1994
UNPROFOR	ex-Iugoslávia	90	23	-	1992-1995
UNTAC	Camboja	-	-	19	1993
UNOMIL	Libéria	3	-	-	1993
MINUGUA	Guatemala	39	37	-	1994-2001
UNOMSA	África do Sul	-	-	12	1994
UNAVEM III	Angola	4.174	48	-	1995-1997
UNCRO	Croácia	2	1	-	1995-1996
UNPREDEP	Macedônia	5	-	-	1995
UNTAES	Eslovênia Oriental	9	2	-	1996-1998
UNMOP	Península de Pevlaka	5	-	-	1996-2006
MONUA	Angola	35	39	-	1997-1999
UNAMET/ UNTAET	Timor Leste	62 ¹	18	19	1999-2006
MINUSTAH	Haiti	6.000	-	-	2004-2006

Tabela 1 – O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas 1957-2006

Fonte: adaptado de SEITENFUS (2008, p. 5 e 6)

Comentário do autor: Esse número não nos parece fidedigno, tendo em vista que, segundo a ABFIPONU (2015), a média de efetivo no Timor era de 120 militares, entre oficiais observadores militares, integrantes do Quartel-General das Forças de Paz, uma companhia de Polícia do Exército e policiais militares. O efetivo nem sempre foi de uma companhia, tendo sido reduzido a um pelotão reforçado em 2002; portanto, um número mais adequado nos parece que seria próximo de um total de 400 militares.

A **Tabela 1** apresenta um resumo dos efetivos brasileiros enviados para operações de paz da ONU no período de 1957 a 2006.

Na tabela, é possível verificar que os maiores efetivos enviados pelo Brasil foram para a UNEF I – Sinai e Faixa de Gaza (6.300 militares), UNAVEM III – Angola (4.174 militares) e MINUSTAH – Haiti (6.000 militares até 2006). Esses números são devidos à participação brasileira com tropas de grandes efetivos (valor batalhão ou superior) nessas OMP. Além dessas, o EB participou com tropas na UNAMET/ UNTAET e na UNOMUZ, em Moçambique.

Observa-se ainda que a participação de militares em missões de paz da ONU

Sigla	Nome da Missão	País
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendum no Saara Ocidental	Saara Ocidental
MINUSTAH	Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti	Haiti
UNFICYP	Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre	Chipre
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano	Líbano
MONUSCO	Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo	República Democrática do Congo
UNISFA	Força Interina de Segurança das Nações Unidas em Abyei	Abyei
UNOMIL	Missão das Nações Unidas na Libéria	Libéria
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul	Sudão do Sul
UNOCI	Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim	Costa do Marfim

Tabela 2 – Missões de paz da ONU em curso, com participação de militares brasileiros
Fonte: BRASIL (2017)

ocorreu de forma contínua nos períodos de 1957 a 1967 e de 1989 até os dias atuais, sendo que, a partir dos anos 90, a participação se intensificou, evidenciando a projeção internacional e de inserção do Brasil e do EB no concerto das nações.

Participação atual de tropas do Exército Brasileiro em missões de paz das Nações Unidas

Segundo o MRE (BRASIL, 2017), mais de 1.700 militares brasileiros das três Forças singulares participavam de nove das dezesseis missões de paz ao redor do mundo, sob a égi-

de da ONU. A **Tabela 2** apresenta as nove missões em que o Brasil toma parte atualmente.

O Exército toma parte de todas elas, seja com observadores militares, seja com oficiais de ligação ou como parte dos estados-maiores da missão, à exceção da UNIFIL (participação exclusiva da Marinha), o que significa dizer que o EB tem responsabilidade em 90% das missões da ONU em que o Brasil toma parte e em 50% do total de missões da Organização.

A **Tabela 3** apresenta os efetivos militares que atuaram nas missões do Brasil com tropa entre os anos de 2004 e 2012. Cabe ressaltar que, em cada ano, estão computados dois contingentes na MINUSTAH, à exceção

Efetivos de tropas em operações de paz na MINUSTAH e na UNIFIL

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
MINUSTAH	1.200	2.400	2.396	2.396	2.396	2.396	43.96	4.395	2.099
FTM-UNIFIL	-	-	-	-	-	-	-	261	267

Tabela 3 – Efetivo de tropas brasileiras em OMP
Fonte: BRASIL (2012a, p. 163)

de 2004 e 2012, o que significa dizer que somente 50% dos efetivos estiveram presentes ao mesmo tempo em solo haitiano.

Observa-se que a principal missão em que o Exército toma parte é a MINUSTAH, tendo inclusive seu comando militar desde o início. Segundo dados da ONU de outubro de 2014, do total de 2.338 militares como tropa (contingente autorizado pela resolução 2.180 – Conselho de Segurança, de 14 out. 2014), o Brasil contribuía, à época, com 982 militares, sendo 15 mulheres (ONU, 2015, p. 5), caracterizando-se como o principal contribuinte de tropas para essa importante missão, com quase 45% de seu efetivo, sendo que esse efetivo já foi mais que o dobro do atual, por um período de dois anos após o terremoto ocorrido no Haiti em 2010 (ver **Tabela 3**). Em maio de 2017, o total era de 1.505 (ONU, 2017a, p. 1), sendo 968 brasileiros, destes, 19 mulheres (ONU, 2017, p. 5), o que representa aproximadamente 64% do atual efetivo militar da MINUSTAH. Até o final da missão, o Brasil terá enviado mais de 35 mil militares.

No Haiti, o EB, por intermédio da Companhia de Engenharia Militar, tem participado do esforço de desenvolvimento daquele país, desempenhando atividades como perfuração de poços artesianos, construção de pontes e açudes, contenção de encostas, construção e reparação de estradas, além de atuar em missões de defesa civil, sobretudo após o terremoto ocorrido em 2010² e a passagem do furacão Matthew em 2016.

As ações realizadas pelo Batalhão de Infantaria de Força de Paz no Haiti objetivavam a manutenção do controle da área de responsabilidade do BRABATT e contri-

buem para a segurança e estabilidade de Porto Príncipe. Cabe destacar que o Batalhão realiza mais de 3.000 patrulhas por mês nas ruas da capital haitiana (DEFESANET, 2015a).

A MINUSTAH, para as tropas do EB, está com seus dias contados, tendo em vista a resolução 2.350, do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), que determinou o fim dessa missão em 15 de outubro de 2017. Desde a resolução 2.243 do CSNU, de 14 de outubro de 2015, em que já se previa o fim da missão, não ocorrido conforme planejado devido à passagem do furacão Mathew, o EB estuda, em coordenação com o MD e MRE, o envio de tropas para outras missões de paz, sendo a hipótese mais cogitada atualmente o envio de tropas para a UNIFIL, na qual, atualmente, a Marinha do Brasil (MB) tem papel preponderante, ou para países da África — Mali, Congo ou Sudão do Sul. Essas assertivas são ratificadas no artigo *O Brasil vai enviar tropas para outra missão de paz após deixar o Haiti?* (KAWAGUTI, 2016).

O envio de tropas à África seria um novo desafio para as tropas brasileiras, devido à distância do Brasil (praticamente o dobro da distância para o Haiti), o que demandaria uma grande operação logística. Nesse aspecto, o Líbano seria a opção mais viável economicamente, devido à atual presença da MB na missão e, culturalmente, devido aos laços entre os dois países, decorrentes da imigração (KAWAGUTI, 2016). A experiência do envio de tropas a Angola e Timor Leste com certeza certifica a capacidade de vencer esse obstáculo e, aparentemente, o EB está disposto a aceitar novos desafios, por confiar em sua capacidade de planejamento

e coordenação, além de acreditar na capacidade operacional de seus homens para o cumprimento da missão com grande êxito, apesar dos óbices que se apresentariam; porém, conforme enfatiza a pesquisadora Eduarda Hamann (*apud* Kawaguti, 2016), “o Itamaraty tradicionalmente tem um peso muito grande no processo decisório”.

A participação de tropas do Exército Brasileiro nas operações de paz das Nações Unidas e seus aspectos positivos e negativos

Conforme vimos, a principal missão de que o EB faz parte atualmente é a MINUSTAH.

A missão no Haiti também possibilita às forças participantes a oportunidade de aprimorar os seus sistemas operacionais e logísticos bem como de manter o intercâmbio com tropas de outros países. (BRASIL, 2012a, p. 162)

A pesquisa realizada por Júnior (2013, p. 156 e 157) demonstrou que o emprego das viaturas blindadas de transporte de tropa Urutu em operações na MINUSTAH propiciou ensinamentos que foram empregados com êxito em GLO, além de aprimorar o adestramento das guarnições, bem como permitiu o aprimoramento do material de emprego militar. Os resultados da pesquisa demonstram, ainda, que

os militares que têm oportunidade de integrar o Esqd Fuz Mec F Paz desenvolvem um nível de conhecimento [...] que os torna positivamente diferenciados em relação a seus pares. (JÚNIOR, 2013, p. 157)

O mesmo estudo apresenta que a capacidade de liderança dos militares que participaram da MINUSTAH foi potencializada positivamente por essa experiência.

A experiência do Exército Brasileiro em missões de paz tem mostrado que as operações de manutenção da paz (OMP) se configuram em uma excelente oportunidade para o aprimoramento técnico e operacional de uma parcela da Força Terrestre, além do aperfeiçoamento dos equipamentos militares em uso em situação real. Esse adestramento e aperfeiçoamento de equipamentos é refletido em toda a Força quando do retorno desses militares e equipamentos para as OM de origem, gerando benefício para todo o Exército.

Finalmente, é importante ressaltar que essas operações criaram condições para o desenvolvimento de uma doutrina militar que contemplasse as técnicas de intervenção de tropa em conflitos de baixa intensidade. Para tanto, cada contingente vem apresentando significativa contribuição. O Centro de Instrução de Operações de Paz, em parceria com o Centro de Instrução de Blindados, vem desempenhando relevante papel de compilação e divulgação das valiosas lições aprendidas em solo haitiano. (SANTOS, 2007, p. 10)

Desde o início das operações no Haiti, observou-se, por todos os integrantes da Força Terrestre, um aperfeiçoamento gradual dos equipamentos de uso individual do combatente. As operações que iniciaram basicamente com soldados equipados com capacete, colete balístico e suspensório, hoje contam com óculos de proteção UV e contra estilhaços, luvas e proteções nos joelhos

e cotovelos, câmeras acopladas aos capacetes para filmagem das ações, colete tático operacional configurável, bandoleira de três pontos para o armamento, mochilas de hidratação em substituição ao cantil, entre outros equipamentos individuais que permitem maior nível de operacionalidade ao militar brasileiro.

Importante foi a evolução do trabalho de comando exigido no contexto das operações em amplo espectro. Em todos os níveis, devido à necessidade patente na situação real de conflito, as técnicas de planejamento, redação e emissão de ordens foram aperfeiçoadas pelos militares participantes dessas operações. Da mesma forma, houve grande ganho na prática da administração de pessoal e material nas OMP, que foi transplantado para o dia a dia dos quartéis, gerando grande ganho de eficiência administrativa na Força.

Segundo DEFESANET (2015b), passados dez anos de operação no Haiti, o Brasil tornou-se referência internacional em treinamento de tropas para missões de paz, realizado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), criado a partir do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), do Exército Brasileiro.

“As visitas, cooperações internacionais e intercâmbios aumentaram muito depois da pacificação de regiões violentas no Haiti, como Cité Soleil, em 2007”, disse o coronel José Ricardo Vendramin Nunes, comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. (CCOPAB). (DEFESANET, 2015b)

Essa busca deve-se às características urbanas das operações da MINUSTAH, diferentemente da grande maioria das opera-

ções de paz, que ocorre em ambiente rural. O CCOPAB treina dezenas de oficiais estrangeiros por ano. O tenente-coronel Mangez, do Exército Francês, citou: “Acho importante a experiência do Brasil em treinar grandes contingentes, como faz para a Minustah” (DEFESANET, 2015b).

A forma de atuação no Haiti, com o processo de retomada do território de um grupo armado criminoso, seguido do estabelecimento de pontos fortes e realização de patrulhamentos intensivos, evitando o restabelecimento dos criminosos no local, serviu de doutrina base para a instalação de unidades de polícia pacificadora (UPP) nas comunidades do Rio de Janeiro (DEFESANET, 2015b).

Em aula da disciplina de contrainsurgência,³ ministrada em 31 de agosto de 2015, na ECEME, foi senso comum entre os oficiais-alunos brasileiros presentes, bem como entre os instrutores (um americano e um espanhol) e o palestrante paquistanês, que as experiências obtidas nas operações do EB na MINUSTAH contribuem significativamente para seu adestramento em caso de futuro emprego em um ambiente de contrainsurgência, um tipo de conflito moderno de difícil solução militar e de adestramento peculiar e diverso do combate convencional. Assim, a experiência no ambiente operacional do Haiti contribui sobremaneira para que a Força Terrestre esteja apta ao cumprimento de suas missões, caso seja exigida em operações dessa natureza.

As OMP permitem ao EB valorizar seus recursos humanos por meio do voluntariado para participar nesse tipo de missão. Dentre os militares voluntários, são selecio-

nados os que possuem melhor desempenho profissional (DEFESANET, 2015b), incentivando todos a buscarem a máxima eficiência em sua rotina de trabalho, além da proficiência em idiomas estrangeiros.

Segundo Cardoso (1998, p. 141), um dos fatores positivos para a participação do EB em OMP é o fato de possibilitar perceber recursos para o preparo e emprego da Força, de forma complementar o orçamento anual de defesa.

Os gastos do governo brasileiro são altos para manter as tropas no exterior, e somente parte destes é reembolsada pela ONU. Esses recursos representam para o Exército

um investimento extra, que provavelmente não seria recebido, caso a tropa não estivesse em OMP (FONTOURA, 1999, p 297 a 299).

A **Tabela 4** apresenta os recursos gastos pelo governo brasileiro com a MINUSTAH e com a UNIFIL, além do repasse da ONU ao governo brasileiro. Logicamente, nem todo o recurso apresentado na tabela é destinado ao EB.

Um dos principais aspectos negativos a ser levado em consideração é o questionamento da sociedade em geral sobre o fato de o Exército estar atuando no exterior em OMP ao invés de atuar colaborando com a segurança pública no país.

Oliveira (2010, p. 56) cita que as tropas do Exército Brasileiro inscritas como United Nations Stand-by Arrangements System (UNSAS) — tropas de emprego imediato da ONU —, com prontificação em até 180 dias e dependendo de aprovação do Congresso, quando do início da missão do Haiti, eram:

- um hospital de campanha (conhecido na ONU como hospital nível 2), com efetivo total de 48 militares;
- um pelotão de helicópteros médios de transporte, com quatro helicópteros, com efetivo total de 70 militares; e
- um pelotão de polícia (PE) do Exército Brasileiro, com efetivo total de 48 militares.

Segundo FONTOURA (1999, p. 151 a 159), a existência desse compromisso com a ONU obriga o Exército a manter constante atenção no adestramento e disponibilidade dessas frações, que podem vir a ser solicitadas a entrar em operações de paz dentro do prazo acordado. Assim, essa responsabilidade passa a ser fator de constante preocupação da Força, que não pode descuidar do preparo desses contingentes, sob pena de pôr em risco o compromisso do Brasil com a organização e, consequentemente, a imagem do Exército Brasileiro na esfera internacional.

Além do mais, essa inscrição de tropas na UNSAS implica a disponibilidade de meios (FONTOURA 1999, p. 151 a 159). Oliveira (2010, p. 58 e 59) cita que os meios informados não foram empregados na MINUSTAH, visto que o BRABATT estruturado pelo EB não fazia parte das tropas inscritas, mas sim um batalhão da Marinha, e certamente foi necessário reunir inúmeras

unidades para depois dar início ao processo de aquisição e reposição. O mesmo autor prossegue dizendo:

Apesar da flexibilidade demonstrada, rapidamente reunindo e enviando tropas aprestadas, demonstrou-se, também, posicionamento dúbio em relação ao sistema de pronto emprego da ONU, provavelmente atingido o prestígio do Brasil, com reflexos para a dissuasão obtida com o comportamento operativo da tropa. Possivelmente um equívoco estratégico. (OLIVEIRA, 2010, p. 59)

Essa indisponibilidade de curto prazo de tropas para a UNSAS, aliada à crescente demanda por participação do Brasil em OMP, pode causar transtornos ao Exército e enfraquecer sua imagem no âmbito internacional. O caso típico foi o envio de um segundo batalhão de força de paz para o Haiti quando do terremoto ocorrido naquele país em 2010, conforme atestou o Manual do Processo de Transformação do Exército:

A crise vivida no Haiti colocou em evidência a restrita capacidade de a Força Terrestre projetar força e fazer face a situações de contingência, o que poderia ter colocado em risco nossa capacidade de manter o protagonismo entre os demais países ali presentes. Para desdobrar um segundo contingente, foram necessárias três semanas e a participação de 84 organizações militares.

[...]
Diante dessas dificuldades, setores da sociedade poderão questionar a razão de ser de um Exército de cento e oitenta mil integrantes, que consome um orçamento anual de 22 bilhões de reais, mas que não está em condições de atuar com presteza e eficiência em situações que, embora ines-

	Gastos do Governo brasileiro		Repasse da ONU**
	em R\$ milhões		em R\$ milhões
	MINUSTAH	UNIFIL	MINUSTAH
2004	148,07	-	12,59
2005	142,38	-	77,57
2006	80,67	-	51,59
2007	112,10	-	42,63
2008	127,92	-	95,01
2009	125,41	-	20,08
2010*	673,86	-	80,02
2011	245,06	43,20	125,61
2012***	14,53	6,52	18,87
Total	1.670,00	49,72	523,97

Tabela 4 – Gastos do Governo brasileiro e repasses da ONU

Fonte: BRASIL (2012a, p. 163)

(*) Os valores de 2010 englobam o emprego da tropa, a ativação do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz e os recursos destinados a ajuda humanitária.

(**) Não há reembolsos da ONU quanto à UNIFIL, pois o memorando de entendimento ainda está em negociação.

(***) Dados computados até junho de 2012.

peradas, constituem-se na razão de ser de uma Força Terrestre.

Poder-se-ia perguntar: o que fará o Exército se nossa soberania for ameaçada em épocas do ano em que as unidades ainda não tenham iniciado o seu adestramento? (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010, p.18)

Outro aspecto negativo relevante é o aumento do risco de perda de militares em serviço quando em missões reais no exterior, como é o caso das OMP.

É certo que a decisão política de participar das operações de manutenção da paz, sempre sujeita a algum risco, não pode ser ditada pelo receio do Governo à eventual reação da opinião pública brasileira ante possíveis acidentes envolvendo nossas tropas e nossos observadores. O Governo deve, entretanto, fomentar complementarmente, junto à opinião pública, maior consciência sobre todas as possíveis implicações e consequências desse tipo de engajamento, divulgando informações adequadas e tempestivas. [...] (FONTOURA, 1999, p. 268)

Pôde-se verificar a sensibilidade do fato quando da ocorrência do terremoto no Haiti, ocasião em que vários militares brasileiros perderam suas vidas em solo estrangeiro. Na oportunidade, houve comoção nacional, além do questionamento mais acirrado da necessidade da atuação da tropa brasileira no exterior. Considerando que as mortes ocorreram por um acidente natural, pode-se imaginar que, se o mesmo número de mortos decorresse de combates, as críticas à missão e atuação das tropas no exterior seriam muito mais enérgicas, o que demandaria muita ação de comunicação social por parte do Exército e do Governo brasileiros,

além do provável desgaste da imagem da Força.

Existe ainda a possibilidade de contaminação da tropa por doenças endêmicas, visto que o ambiente das OMP normalmente é o de países com pouca infraestrutura de saúde pública e baixo nível de higiene. O Haiti, por exemplo, é um país com alto índice de malária, o que obriga a tropa a tomar mefloquina⁴ semanalmente para evitar a doença, sendo que as reações adversas dessa medicação são controversas. Além disso, as perdas podem ganhar conotação dramática, comprometendo a imagem da Força e das missões de paz:

Apesar de poucos brasileiros terem falecido em razão da participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, as fatalidades costumam ser veiculadas pela imprensa em tons emocionais, repercutindo fortemente junto à opinião pública e aos círculos políticos. Essa cobertura da imprensa pode afetar o apoio interno à participação brasileira nessas operações. (FONTOURA, 1999, p. 243)

Outro aspecto negativo é o questionamento sobre os interesses da participação nas OMP e sobre a conduta da tropa. Em entrevista à publicação eletrônica multimídia Carta Capital, em abril de 2014, o pesquisador haitiano Franck Seguy, que concluiu seu doutorado na Unicamp, com a tese *A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti*, afirmou que atuação das forças brasileiras no Haiti não é o que a mídia mostra. Seguy (2014) acusa o Brasil de agir como uma força “subimperialista” dos EUA, defendendo interesses comerciais desses e os de acesso à

cadeira no Conselho de Segurança da ONU e o aprofundamento de laços comerciais por parte do Brasil. Além disso, o pesquisador acusa as tropas brasileiras de atuarem de forma repressiva e violenta, mantendo o país na precariedade em que está, afirmando ainda que o povo haitiano deseja a retirada imediata das tropas.

O povo haitiano usa a palavra “turistah”. É um jogo de palavras entre “turista” e “Minustah”. Ou seja, é para o soldado que está fazendo turismo. Ele só tem duas coisas a fazer: repressão em momentos de luta aberta e passeio nas belas praias quando não há luta. É isso que faz o soldado brasileiro no Haiti. (SEGUY, 2014)

Seguy planeja publicar um livro com sua tese. Documentos como esse e como o de Joël Léon, da Anistia Internacional, chamado *Haiti: a primeira vítima da tentação imperial do Brasil*, denigrem a imagem do país e afetam a integridade moral do Exército Brasileiro, que passa a ter sua credibilidade tão mais ameaçada quanto maior a sua participação em operações de manutenção da paz.

Com a análise dos aspectos positivos e negativos da participação de tropas do Exército Brasileiro nas operações de paz das Nações Unidas, infere-se que os negativos podem ser evitados, controlados ou remediados, na maioria dos casos, internamente pelo próprio EB, e em outros, em coordenação com outros órgãos da Presidência da República, enquanto os positivos suplantam em muito a importância dos últimos, de forma que a participação do EB, de maneira geral, é um fator extremamente positivo para a Força sob vários prismas.

A influência e a importância, para o Exército Brasileiro, de sua participação nas operações de paz das Nações Unidas

O período recente em que o Brasil assumiu tarefas de coordenação e comando militar de importantes operações, como no Haiti (2004) — comando do componente militar — e no Líbano (2011) — comando do braço marítimo —, trouxe grande prestígio à política externa do país, aumentando a projeção brasileira no cenário mundial (BRASIL, 2015b).

O general de divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz, comandante das tropas na Missão da ONU no Congo (MONUSCO) de 2013 a 2015, foi selecionado pela ONU para essa importante missão, devido à sua excepcional atuação como comandante na MINUSTAH. Cabe lembrar que a MONUSCO contou, à sua época, com um efetivo com mais de sete mil soldados de diferentes nações. As operações comandadas pelo general Santos Cruz na MINUSTAH, “Blue House” e “Jauru Sudamericano” — esta última considerada a maior operação de combate já realizada no Haiti —, foram um ponto de inflexão na estabilização do Haiti (DEFESANET, 2013) e ponto fundamental de sua escolha. O prestígio obtido em favor do EB no contexto internacional, demonstrada a elevada capacidade de nossos militares em todos os níveis, se configura em importante fator dissuasor de ameaças contra a soberania nacional.

As OMP são excelentes oportunidades para se adestrar e testar a logística militar. Essas operações demandam deslocamento e manutenção de tropas em operação a gran-

des distâncias, além de favorecer as operações logísticas conjuntas com a Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil. Quer no movimento de pessoal, quer no transporte de material, essas operações logísticas têm ocorrido com pleno sucesso, ficando patente a capacidade do Brasil e de suas Forças Armadas em movimentar tropas para onde seja necessário, causando efeito dissuasório de ameaças em âmbito internacional e atestando o profissionalismo do soldado brasileiro.

O ambiente em que as OMP estão inseridas, no contexto da ONU, exige do componente militar a execução de ações de cooperação civil-militar (CIMIC). Nesse sentido:

As atividades de CIMIC são essenciais, pois fortalecem o relacionamento entre forças militares, autoridades civis e a população nativa da área sob a responsabilidade de uma autoridade militar, a fim de contribuir para o cumprimento da missão de um contingente militar e garantir um ambiente seguro e estável. (BRASIL, 2014b, p 7-23)

Dessa forma, o adestramento do EB em operações CIMIC nos OMP capacita o militar brasileiro a atuar nesse tipo de operação em qualquer outro tipo de conflito em que venha a tomar parte, além de servir de referência para a relação e parceria do Exército com organizações civis no Brasil.

Segundo o general José Ricardo Vendramin Nunes, antigo comandante do CCO-PAB, em entrevista à DEFESANET (2015b), a manutenção da capacidade operativa permitiu que o Exército aplicasse com êxito o modelo adotado na MINUSTAH na pacificação de territórios dominados por gangues

criminosas nos bairros pobres do Haiti como base para as intervenções exitosas realizadas no Rio de Janeiro (Morro do Alemão, Complexo da Penha e da Maré). A atuação exitosa nessas operações interagências com as forças de segurança pública foi em muito facilitada, pois vários militares, em todos os níveis hierárquicos, que tiveram participação nas forças de pacificação e que atuaram nas comunidades cariocas, já haviam vivido experiência semelhante no Haiti, o que lhes conferiu adestramento e autoconfiança para atuar no Brasil, guardadas as devidas proporções e aspectos legais diversos.

Além disso, a experiência brasileira no Haiti em operações urbanas tem grande valia do ponto de vista operativo do combate moderno. Cada vez mais, os conflitos atuais se afastam do ambiente rural para o interior das cidades. Para comprovarmos a assertiva, basta observarmos o ambiente das guerras recentes travadas no Afeganistão, Iraque, Líbia e outros lugares onde os embates se deram pela disputa do controle das cidades em um ambiente de operações no amplo espectro.⁵

Segundo o *site* DEFESANET (2015a), com informações obtidas junto ao Comando Militar do Sul, a BRAENGCOY, em operação no Haiti, realizou uma quantidade considerável de trabalhos. Esses trabalhos, que ajudaram na melhoria da qualidade de vida do povo haitiano, propiciaram aos diversos contingentes que se sucederam o adestramento em situação real, similar à que pode ser encontrada em uma Zona de Administração em combate, dando grande importância operativa ao adestramento e experiência ganhos pelas tropas de engenharia.

Segundo o general Santos Cruz, as OMP obrigam os militares a exercitar a flexibilidade, iniciativa, ação, vontade e determinação, além do destemor diante dos riscos. Esses atributos são imprescindíveis para quem atua em “sistemas complexos” como as operações de paz (BRASIL, 2015a). Atrelada a eles, segue a liderança em todos os níveis da hierarquia militar. É certo que a participação das tropas nas OMP prepara e testa cada soldado e cada comandante no exercício desses atributos, e isso é extremamente positivo para a manutenção da capacidade operativa de uma força armada, uma vez que é notório que o principal instrumento de combate é o ser humano.

De forma geral, pode-se inferir que a participação brasileira em OMP, em especial a partir do início da concentração de tropas para a MINUSTAH, obrigou o Exército a evoluir na preparação das tropas para serem enviadas ao exterior, além de trazer à baila a necessidade de se manterem os efetivos militares em adestramento constante. Verificou-se ainda que, fruto desta participação e da experiência que se vem acumulando na Força, a necessidade de meios modernos, disponíveis, eficientes e adequados é fundamental fator de sucesso das operações, e que o EB tem respondido bem à demanda no sentido de se modernizar, se reaparelhar e se adequar às necessidades das tropas em operação, o que se reflete no aumento da capacidade militar.

Conclusão e recomendações

A capacidade de empregar a estratégia da dissuasão⁶ consiste em ideia dorsal da

defesa nacional brasileira, sendo um dos instrumentos da política externa de qualquer país para a defesa de seus interesses. Neste íterim, a participação do Exército Brasileiro em operações de paz tem colaborado para a defesa nacional, uma vez que a excelência de nossas tropas, atuando em missões dessa natureza, é fator constantemente mencionado em fóruns de debates oficiais e não oficiais sobre o tema. Assim, o EB não pode abrir mão de atuar cada vez mais em operações sob a égide das Nações Unidas, pois elas colaboram sobremaneira para cumprimento da missão constitucional da Força Terrestre de defender a pátria, garantindo a soberania nacional.

Verifica-se que os militares que participam enquadrados como tropa nas operações da ONU adquirem um excelente nível de adestramento, fruto do seu treinamento inicial — antes do embarque para a área de operações —, que é complementado pela prática constante do dia a dia das operações em ambiente de conflito. Esse tipo de ambiente não pode ser representado ou simulado em solo nacional com o realismo necessário para se obter resultado semelhante. O adestramento e a *expertise* adquiridos se infiltram por toda a Força Terrestre por ocasião do retorno desses militares, e, conseqüentemente, a disseminação do conhecimento e das boas práticas pela instituição oxigena a Força e colabora para a manutenção de altos índices de capacidade operativa.

Em virtude das experiências em Angola, Timor Leste e, principalmente, no Haiti, observa-se que vários tipos de tropas podem ser empregados em OMP, desde que enquadrados nas necessidades particulares de cada

missão. Portanto, todas as funções de combate⁷ podem participar do cumprimento das missões de paz, possibilitando, assim, o emprego no exterior de um amplo espectro de especializações militares nessas operações, o que resultará no retorno ao país de recursos humanos treinados, que disseminarão seu conhecimento e experiência em todo o território nacional, ampliando a operacionalidade e adestramento do Exército.

Assim, a participação do Exército Brasileiro com tropas em OMP deve privilegiar, não só o emprego das armas-base, mas também a participação de tropas logísticas e de apoio ao combate, uma vez que estas são tão importantes quanto as tropas de infantaria e cavalaria no desenrolar de qualquer conflito. Assim, os ensinamentos colhidos por essas tropas também serão de grande valia para a manutenção de elevado nível de adestramento da Força. Nesse sentido, sugere-se que o envio de contingentes para missões da ONU não só continue seguindo o padrão da MINUSTAH, onde as tropas de arma-base estão apoiadas por elementos de diversas armas, quadros e serviços, mas que se busque o envio de outros tipos de tropa como frações constituídas combinadas com tropas de outros países.

Quanto mais especializadas as unidades enviadas ao exterior, maiores serão os benefícios para a Força. Assim, cabe o estudo do envio de tropas, não somente de infantaria “pura” (a pé ou motorizada), mas de unidades especializadas atuando de acordo com suas especificidades, tais como a infantaria mecanizada, com suas novas viaturas Guarani,⁸ projetando esta viatura no cenário internacional. Da mesma forma, ter-se-ia um

grande ganho com o emprego de uma fração de comunicações especializada em guerra eletrônica e guerra cibernética, atuando em um ambiente de espectro eletromagnético e idioma diversos dos existentes no ambiente operacional do Brasil; de um hospital de campanha dotado de recursos humanos e meios necessários a seu desdobramento, operando em terreno inóspito e sem as facilidades presentes no território nacional; de uma fração de helicópteros operando em espaço aéreo diferente do brasileiro, sujeito a condições climáticas e controle de tráfego aéreo específico, que obrigaria nosso pessoal de aviação a reavaliar seus procedimentos operacionais e aperfeiçoá-los, ampliando sua capacitação; além do envio de um pelotão de infantaria dotado das embarcações Guardian 25⁹ para a realização de patrulhamento e operações ribeirinhas, entre outras possibilidades de emprego.

Segundo informações obtidas na Seção de Missões de Paz do Estado-Maior do Exército, atualmente encontra-se em estudo o envio de tropas a outras missões no exterior para compensar o decréscimo de efetivos no Haiti e manter o atual efetivo em OMP. Entre as hipóteses levantadas, estão sendo estudadas as de enviar uma companhia de segurança à MINUSCO e/ou um batalhão para compor a brigada da Espanha que opera na UNIFIL. Logicamente, o estudo do Exército deve ser aprovado no Congresso Nacional — exigência para o envio de tropas ao exterior —, o que não é tão simples, tendo em vista que muitas vezes o Executivo e Legislativo federais não veem com bons olhos a exposição das tropas brasileiras em operações de maior risco, além do impacto financeiro das

OMP. Ao contrário, pelo que foi estudado e apresentado, a Força Terrestre parece estar disposta a enfrentar maiores desafios e ampliar sua participação no exterior.

Assim, a *expertise* obtida nas OMP e posteriormente difundida no Exército Brasileiro resulta em ganho da capacidade operativa da Força e motiva seus recursos humanos. Vale ressaltar a necessidade de se priorizarem, para as futuras OMP, os militares que ainda não tenham sido enviados ao exterior como integrantes de contingente, visando atingir o maior número possível de militares com experiência, como tropa, fora do país, o que permitirá maior difusão dos conhecimentos e experiências em todo o Exército.

Por fim, para que não ocorram deslizes quanto à participação da Força nas operações de paz da ONU, vale mencionar o pressuposto básico citado por Cardoso (1998, p. 142):

[...] é importante sublinhar que a opção por participar ou deixar de participar não se atém, nem se esgota, no plano externo. Deve refletir o interesse nacional, e sobre ele inflê. É opção soberana e atributo, no mínimo, importante da dimensão externa do Estado como nação organizada. Importa exercê-la, plena e seletivamente.

Portanto, apesar não haver questionamentos de que os interesses do Exército Brasileiro sejam sempre alinhados com os interesses do Brasil, a Força Terrestre deve buscar o envio de tropas que reflitam o interesse nacional, muito mais que o interesse próprio, de partidos ou de outras instituições e organizações no contexto nacional, regional e internacional, não permitindo que grupos, nações ou outros interessados venham a tomar proveito do suor e da vida de seus homens, a não ser a favor da nação pela qual prestaram solene juramento. 🌐

Referências

ARANHA, Oswaldo. **Discurso na Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas** [SL], 1947.

Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU (ABFIPONU). **A Participação Brasileira nas Forças de Paz da ONU**. Disponível em: <www.abfiponu.org.br/historia02.html>. Acesso em: 01 abr. 2015. BRASIL.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. **NBR 6023: Informação e documentação: referências - elaboração**. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional** e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

_____. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa** e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

_____. Exército. Estado-Maior. **C 124-1: Estratégia**. 4. ed. Brasília, DF, 2004.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2014a.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.103: Operações**. 4. ed. Brasília, DF, 2014b.

_____. Exército. **Missões de paz**. Disponível em: <www.exercito.gov.br /03ativid /missaopaz/apresentacao.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. **O Processo de Transformação do Exército**. 3. ed. Brasília, DF, 2010.

_____. Exército. **O Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA)**. Portaria do Comandante do Exército nº 001-Res, de 27 de fevereiro de 2012, Brasília, 2012. Extrato disponível em: <www.eb.mil.br/web/proforca/downloads>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. Presidência da República. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Brasil sedia painel sobre operações de paz da ONU**. 31 mar. 2015a. Disponível em: <www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/03/brasil-sedia-painel-sobre-operacoes-de-paz-da-onu>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Relações Internacionais – Missões de Paz**. Disponível em: <www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/>. Acesso em: 10 ago. 2015b.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4783&catid=218&Itemid=435&lang=pt-BR/>. Acesso em: 21 jun. 2017.

CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: FUNAG, 1998.

DEFESANET. **BRAVO! DefesaNet entrevista o General Santos Cruz**. Disponível em: <www.defesanet.com.br/ph/noticia/10620/BRAVO---DefesaNet-entrevista-o-General-Santos-Cruz>. Abr. 2013. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. **Forças Armadas Brasileiras no Haiti**. Disponível em: <www.defesanet.com.br/ph/noticia/19294/Forcas-Armadas-Brasileiras-no-Haiti-/>. Jun., 2015a. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. **Missão no Haiti torna Brasil referência em treinamento de forças de paz**. Disponível em: <www.defesanet.com.br/ph/noticia/19227/Missao-no-Haiti-torna-Brasil-referencia-em-treinamento-de-forcas-de-paz/>. Maio 2015b. Acesso em: 11 ago. 2015.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: FUNAG, 1999.

JÚNIOR, Armando José Crescencio. **O Emprego dos Esquadrões de Fuzileiros Mecanizados de**

Força de Paz no Haiti: Contribuições para a Tropa Mecanizada. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2013.

NAÇÕES UNIDAS, ORGANIZAÇÃO DAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. Nova Iorque: Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, 1945.

_____. **“Summary of Contributions to UN Peacekeeping by Country, Mission and Post”**. Nova Iorque: Nações Unidas, 31 mai. 2017. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/may17_3.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. **“Summary of Military and Police Personnel by Mission and Post”**. Nova Iorque: Nações Unidas, 31 mai. 2017a. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/may17_6.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. **“UN Mission’s Summary detailed by Country”**. Nova Iorque: Nações Unidas, 30 set. 2015. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/sep15_3.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

KAWAGUTI, Luís. **O Brasil vai enviar tropas para outra missão de paz após deixar o Haiti?**. BBC Brasil, 14 out. 2016. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/internacional-37648987>. Acesso em: 21 jun. 2017

OLIVEIRA, EDSON DE. **A ampliação da participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU): o caso Haiti**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

SALVADOR, Caroline Alves. **O Brasil e as Operações de Paz das Nações Unidas**. Dissertação (Mestrado em Direito: Área De Especialização: Ciências Jurídico-Internacionais) - Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2007.

SANTOS Carlos Alexandre Geovanini dos, **Emprego de Blindados no Haiti “Operação Liberté”**. Revista Ação de Choque do Centro de Instrução de Blindados. Nº 006 p 03-08, Santa Maria RS, ano 2007. Disponível em: <www.cibld.ensino.eb.br/index.php/downloads/periodicos/acao-de-choque/file/171-acao-de-choque>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SEGUY, Franck. **Dez anos da ocupação militar no Haiti: “o povo quer que as tropas saiam já”**. <www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Dez-anos-da-ocupacao-militar-no-Haiti-o-povo-quer-que-as-tropas-saiam-ja-/6/30985>. Carta Maior Abr. 2014. Acesso em: 01 set. 2015.

SEITENFUS, R. **De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz**. In: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). (Org.). O Brasil e a ONU. Brasília: FUNAG, 2008, p. 39-58.

SILVA, Lélío Gonçalves Rodrigues da. **Uma Missão de Paz na África**. Rio de Janeiro. BIBLIEx, 2005.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

- ¹ A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em 1919, com o término da 1ª Guerra Mundial, e autodissolvida em 1946, fruto da sua incapacidade de impedir a 2ª Guerra Mundial. Considerada a precursora da ONU, tinha como objetivo reunir todas as nações para, com atos de mediação e arbitragem entre os países-membros, manter a paz e a ordem mundial, evitando-se novos conflitos.
- ² O terremoto ocorrido no Haiti em 12 de janeiro de 2010 foi catastrófico. Teve seu epicentro a cerca de 25km da capital haitiana, Porto Príncipe, e alcançou a magnitude 7,0Mw com uma série de pelo menos 33 réplicas sismológicas, 14 das quais de magnitude acima de 5,0Mw, causando grandes danos às cidades de Porto Príncipe, Jacmel e arredores. Estima-se que entre 100.000 a 200.000 pessoas morreram no evento.
- ³ A instrução curricular da matéria eletiva contrainsurgência era de responsabilidade do tenente-coronel Paim, do exército da Espanha, auxiliado pelo major Grygar, do exército dos Estados Unidos da América, ambos especialistas na área, e estava sendo ministrada pelo major Waacas, do exército do Paquistão, versando sobre o combate, do qual fez parte, à contrainsurgência, desenvolvido pelo seu país contra as forças terroristas na fronteira do Paquistão com o Afeganistão.
- ⁴ O Cloridrato de Mefloquina é um medicamento antimalárico oral usado na prevenção e tratamento de malária. Estudos indicam que o uso desse medicamento pode causar Epilepsia (risco aumentado de convulsão); doença cardíaca e outras reações adversas, porém esses estudos não são conclusivos.
- ⁵ Operações no amplo espectro: “É o Conceito Operativo do Exército, que interpreta a atuação dos elementos da F Ter para obter e manter resultados decisivos nas operações, mediante a combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio a Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra” (BRASIL, 2014a, p. 30).
- ⁶ A estratégia da dissuasão “consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revidar que representam” (BRASIL, 2004, p 3-11).
- ⁷ Função de Combate – é um conjunto relativamente homogêneo de atividades e tarefas afins, que atendem a uma finalidade comum, além dos sistemas empregados na sua execução (pessoas, organizações, informações e processos), que orienta o preparo e o emprego dos meios no cumprimento de suas missões. (BRASIL 2014, p. 75)
- ⁸ A viatura blindada para transporte de tropa média de rodas Guarani (VBTP-MR Guarani) foi concebida pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército, em parceria com a Iveco Defesa e vem substituindo as viaturas Urutu e Cascavel, fabricadas pela Engesa, e é a espinha dorsal da infantaria mecanizada do Exército Brasileiro.
- ⁹ As lanchas Guardian 25 são embarcações táticas com vocação para emprego em ações de interceptação. Fabricadas nos EUA, integram o Programa Estratégico SISFRON e destinam-se a dotar as OM do EB com responsabilidade de patrulhamento ribeirinho, especialmente na faixa fronteira.

Cerimônia de fundação da Biblioteca do Exército, no Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias
Da esquerda para a direita: princesa Isabel, D. Pedro II, imperatriz Teresa Cristina, conde d'Eu, conselheiro Franklin Dória, capitão Tito França
Arte sobre óleo de Álvaro Alves Martins (1986)





Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 0011-7641

